

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

ROSEANE AMORIM DA SILVA

OS SIGNIFICADOS DO USO DE ÁLCOOL ENTRE OS/AS JOVENS
QUILOMBOLAS DE GARANHUNS/PE: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

RECIFE/PE

2014

ROSEANE AMORIM DA SILVA

**OS SIGNIFICADOS DO USO DE ÁLCOOL ENTRE OS/AS JOVENS
QUILOMBOLAS DE GARANHUNS/PE: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Jaileila de Araújo Menezes.

RECIFE/PE

2014

Catálogo na fonte

Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586s Silva, Roseane Amorim da.

Os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas de Garanhuns/PE : uma perspectiva interseccional / Roseane Amorim da Silva. – Recife: O autor, 2014.

187 f. il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Jaileila de Araújo Menezes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós-Graduação em Psicologia, 2014.

Inclui referência e apêndices.

1. Psicologia. 2. Jovens – Uso de álcool. 3. Significação (Psicologia). 4. Quilombolas – Garanhuns (PE). I. Menezes, Jaileila de Araújo (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2014-36)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

OS SIGNIFICADOS DO USO DE ÁLCOOL ENTRE OS/AS JOVENS
QUILOMBOLAS DE GARANHUNS/PE: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Aprovado em: 14/02/2014

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Jaileila de Araújo Menezes

1º Examinador/Presidente

Prof^a Dr^a. Claudia Andrea Mayorga Borges

2º Examinador

Prof^a. Dr^a. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

3º Examinador

RECIFE

2014

Dedico este trabalho aos meus pais:

João Cândido (*In - memoriam*) e Rosilda Amorim.

AGRADECIMENTOS

Este momento da dissertação possibilita que seja lembrado o quanto várias pessoas foram importantes para que esta se concretizasse. E levou-me a uma viagem no percurso que fez com que eu chegasse aqui. Então, inicio agradecendo a Deus, por me possibilitar realizar mais um sonho em prol do meu crescimento pessoal e profissional.

À professora Jaileila Menezes, minha orientadora, pela competência, seriedade e ao mesmo tempo leveza com que esse trabalho foi conduzido. Pela parceria e por tantos conhecimentos compartilhados. Tenho certeza que chegar a UFPE e encontrá-la como orientadora, foi um presente que recebi do mestrado, pois ganhei também um exemplo de modelo profissional a ser seguido.

Aos/as professores/as do programa de pós - graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, em especial as professoras Karla Galvão e Rosineide Cordeiro, por todas as contribuições nas disciplinas e no decorrer desse percurso. A Rose, agradeço também as valiosas contribuições na qualificação e por aceitar participar de todo esse processo.

Aos/as amigos/as de curso, companheiros/as nessa jornada, juntos/as dividimos as dúvidas e inquietações, e também a beleza existente no percurso acadêmico, entre esses/as, agradeço a amizade de Élide, Cibele, Dany Almeida, Lívia, Alexandra e Elisângela companhias imprescindíveis.

Agradeço também as amigas, Julia, Edclécia e Milena que em diferentes momentos foram companheiras de ap, por estarem presentes nessa trajetória.

À professora Claudia Mayorga, pelas valiosas contribuições e disponibilidade para fazer parte desse processo.

Aos/as que fazem o grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas – GEPCOL pelas trocas e interlocuções teóricas, em especial à Malu, Dandara, Stella, Roberta e Renata pelo acolhimento e amizade.

Aos/as amigos/as professores/as da Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns, em especial a prof^ª Marilyn Sena, pelo incentivo para que eu fizesse o mestrado, pelas

interlocuções teóricas, a escuta acolhedora, e por mais uma vez estar presente em uma etapa da minha vida.

Aos/as alunos/as que cursaram a disciplina Fundamentos Psicológicos da Educação, ministrada pela prof^a Jaileila e ao monitor da disciplina, Isaac, com quem tive o prazer de realizar o estágio á docência.

Ao Centro de Referência da Assistência Social - CRAS Quilombo pelo apoio no processo da pesquisa de campo, em especial a Fabíola e Kico.

À professora Mônica Pereira, ex-professora e amiga, por mais uma vez estar presente em uma etapa da minha vida e pela revisão do texto.

À João, secretário da pós graduação, pela competência e disponibilidade para resolver as questões burocráticas.

Agradeço as lideranças das comunidades quilombolas, seu José Carlos e Edilma, e a todos/as os/as jovens que compartilharam comigo suas histórias de vida.

Agradeço aos meus pais, João Cândido (*In memoriam*), cuja saudade me permite refletir sobre o real valor da vida. Obrigada pelo exemplo de vida e de ser humano que me transmitiu. À minha mãe, Rosilda, meu porto seguro, obrigada por seu amor incondicional, por estar presente em todas as horas, apoiando-me e dando-me forças para seguir adiante.

Agradeço aos meus irmãos e amigos, João Paulo e Alexsandro, pelo companheirismo, a disponibilidade para me ajudarem sempre que preciso, pelo apoio na pesquisa de campo e por estarem sempre presentes.

À minha sobrinha Laura, cujos sorrisos e a doçura de ser criança me animaram nos momentos difíceis.

Agradeço as minhas cunhadas, Gislaine e Jaqueline pela amizade.

A todos/as os/as amigos/as que contribuem para o colorido dos meus dias.

À CAPES pela bolsa concedida que me possibilitou dedicação exclusiva ao mestrado.

(...) Mire, veja: O mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior, é o que a vida me ensinou. Isso que me alegra montão. (Guimarães Rosa, 1956, Grande Sertão Veredas).

RESUMO

Este estudo buscou investigar os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas do município de Garanhuns/PE, em interface com as questões de gênero, classe social e raça/etnia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de inspiração feminista, realizada com jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos, moradores/as de duas comunidades quilombolas localizadas na área rural de Garanhuns/PE. A realização deste estudo ocorreu em três momentos: no primeiro, realizamos observação participante nas comunidades; no segundo, 20 entrevistas semiestruturadas com os/as jovens, e, no terceiro momento, os dados construídos foram analisados a partir da perspectiva da análise do discurso e da interseccionalidade. A perspectiva interseccional possibilitou a percepção da existência da opressão, mas principalmente seus desdobramentos a partir do efeito do cruzamento entre os diversos marcadores sociais (gênero, classe, raça/etnia) e a repercussão destes nas significações sobre o uso de álcool. Observamos o modo de vida dos/as jovens quilombolas e vimos como estes/as percebem o lugar onde moram: alguns e algumas satisfeitos/as, outros/as queixam-se da necessidade de melhorias para as comunidades. Constatamos que não há uma mobilização explícita dos/as jovens na luta por mudanças, e vários fatores se fazem presentes para que esses/as não se engajem na transformação social das condições de vida de sua coletividade. A condição de jovem e quilombola é marcada pelo preconceito, discriminação e opressão por sua identidade étnico-racial e por habitarem na área rural. As situações juvenis no contexto quilombola são diversas, há os/as jovens que trabalham, que estudam, que não trabalham e não estudam, que são mães, pais, casados/as, esses/as fazem uso de álcool nos bares das comunidades, em suas casas, sozinhos/as, acompanhados/as por parentes e amigos/as. As percepções sobre o uso diferem quando o consumidor é homem (naturalização) e quando é mulher (difamação, principalmente para o consumo nos bares). As motivações para o uso de álcool entre os/as jovens são diversas: diversão, lazer, meio de esquecer os problemas e lidar com as dificuldades cotidianas, entre outras. Constatamos também que o uso de álcool é uma prática cultural nas comunidades, visto que sempre esteve presente mediando às atividades realizadas pelos/as quilombolas. No entanto, ressaltamos que há uma necessidade de um olhar cuidadoso para essa prática, pois o uso abusivo tem apresentado consequências negativas nas comunidades, a exemplo dos acidentes automobilísticos e da violência contra as mulheres em espaços público e privado. Percebemos também que o uso de álcool aproxima os/as jovens rurais e urbanos/as nas comunidades quilombolas, funcionando como um elemento de mediação entre os contextos, mas também ressaltando as condições desiguais de acesso e circulação nesses. O estudo indica a necessidade de reflexões e ações sobre as condições desiguais que têm marcado a existência dos/das quilombolas e sobre estratégias que possam ser acionadas/desenvolvidas em prol da agentividade política dessa população, considerando as repercussões do uso de álcool em seus projetos de vida.

Palavras-chave: jovens quilombolas; uso de álcool; interseccionalidade.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the meanings of alcohol use among quilombolas youth of the municipality of Garanhuns – PE, in line with issues of gender, social class and race/ethnicity. It is a qualitative study of feminist inspiration, performed with young people aged between 18 and 24 years old, who live in two quilombola communities of Garanhuns rural area. This study was performed in three stages: first, we conducted participant observation in communities; second, 20 semi-structured interviews with the youth; and third, the collected data were analyzed from the perspective of discourse analysis and intersectionality. Intersectional perspective enabled the perception of the existence of oppression, but mostly its developments from the effect of crossing the various social markers (gender, class, race/ethnicity) and the impact of these in the meanings on alcohol use. Their way of life and the manner they perceive the environment they live were observed: some are satisfied and others complain about the need of improvements for the communities. We note that there is not an explicit mobilization of them in the struggle for change, and several factors are present so that those do not engage themselves in the social transformation of their collectivity life conditions. The condition of young and quilombola is marked by prejudice, discrimination and oppression by their ethno-racial identity and dwelling in rural area. Juvenile situations in quilombola context are diverse; there are the young who works, studies, the one who doesn't work or study; those who are mothers, fathers, married; those who drink alcoholic beverages in bars of the communities or at their homes, alone or accompanied by relatives and friends. The perceptions about the use differ when the consumer is male (naturalization) or female (defamation, mainly for consumption in bars). Motivations for alcohol use among the youth are diverse: fun, leisure, attempts forget the problems and deal with everyday problems and others. We also note that alcohol abuse is a cultural practice in the communities, since it has always been present in order to mediate the activities performed by quilombolas. However, we emphasize that there is a need for a careful look at this practice, for the abuse has shown negative consequences for the communities; the examples are the automobile accidents and violence against women in public and private places. We also see that the use of alcohol approximates rural and urban youth in quilombola communities, functioning as a mediation element between the contexts, but also stressing the unequal conditions of access and movement in these ones. The study indicates the need for reflections and actions on the unequal conditions that have marked the existence of the quilombolas and strategies that can be driven/developed for the political agentivity of this population, considering the effects of alcohol use in their projects of life.

Keywords: young quilombolas, alcohol use; intersectionality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS - Agente Comunitário de Saúde

AD - Análise do Discurso

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

BVS - Biblioteca Virtual de Saúde

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior

CEAGA - Central de Abastecimento de Garanhuns

CEP - Conselho de Ética em Pesquisa

CN/DST/AIDS - Conselho Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

CONEN - Conselho Estadual de Entorpecentes

CONJUVE - Conselho Nacional Sobre Juventude Brasileira

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MS - Ministério da Saúde

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PRDS - Programas de Redução de Danos

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SENAD - Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas

SNJ – Secretária Nacional de juventude

SPM – Secretária de Políticas para as mulheres

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

USF - Unidade de Saúde da Família

WHO - World Health Organization

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Perfil das jovens participantes do estudo.....	95
QUADRO 2 – Perfil dos jovens participantes do estudo.....	96

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa - Comunidades Remanescentes de Quilombos nos municípios do Estado de Pernambuco, com destaque para Garanhuns.....	73
Figura 2 – Igreja Católica – Castainho.....	74
Figura 3 – Casa de farinha – Castainho.....	75
Figura 4 – Sala da Associação dos moradores – Castainho.....	76
Figura 5 – Escola – Castainho.....	77
Figura 6 – Creche – Castainho.....	77
Figura 7 – Igreja Evangélica – Castainho.....	78
Figura 8 – Escola – Estivas.....	81
Figura 9 – Unidade de Saúde – Estivas.....	81
Figura 10– Casa de farinha – Estivas.....	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 JUVENTUDE: OS/AS RURAIS E OS/AS QUILOMBOLAS.....	23
1.1 Jovens quilombolas	30
1.2 O encontro entre as juventudes: a relação rural-urbano.....	35
2 JUVENTUDE E O USO DE ÁLCOOL	37
2.1 O cenário sobre o uso de álcool e outras drogas.....	45
3 REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS.....	49
3.1 As pesquisas feministas.....	50
3.2 Estudos de gênero e feminismo(s) na Psicologia Social.....	52
3.3 Interseccionalidade.....	58
3.4 Relações de gênero, geração, classe social e raça/etnia.....	64
4 INCURSÕES NO CAMPO: OS MÉTODOS E CAMINHOS DE ANÁLISE.....	71
4.1 Conhecendo as comunidades quilombolas estudadas.....	72
4.2 Implicações éticas da pesquisa e Caminhos percorridos.....	83
4.3 Primeiro momento – observação participante.....	84
4.3.1 (Re) Inserção no campo.....	86
4.4 Segundo momento – realização das entrevistas e os/as participantes.....	93
4.5 Terceiro momento – Análise dos dados.....	99
5 VIVÊNCIAS DA JUVENTUDE QUILOMBOLA.....	102
5.1 As comunidades quilombolas na percepção dos/as jovens.....	103
5.2 Ser jovem e quilombola.....	111
5.3 O cotidiano dos/as jovens quilombolas.....	121
5.4 Projeto de vida dos/as jovens quilombolas.....	129
5.5 Relação rural-urbano.....	132
6 JOVENS QUILOMBOLAS USUÁRIOS/AS DE ÁLCOOL.....	137

6.1	Motivações para o uso de álcool entre os/as jovens quilombolas.....	143
6.2	Percepções e repercussões do uso de álcool.....	148
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
	REFERÊNCIAS.....	166
	APÊNDICES.....	181

INTRODUÇÃO

Estudar a temática juventude e o uso de álcool foi um interesse despertado no período da graduação em Psicologia, momento em que participei de um Projeto de Iniciação Científica – PIBIC, sobre a mesma. Quando fui realizar meu trabalho de conclusão de curso – TCC¹, encontrava-me refletindo sobre várias questões despertadas sobre a temática e resolvi trabalhar com essa. Assim, para a construção do TCC realizamos uma pesquisa em duas comunidades quilombolas, Castainho e Estivas, localizadas no município de Garanhuns/PE, sobre a vulnerabilidade dos/as jovens ao uso de álcool e outras drogas. Percebemos que o uso destas substâncias é algo frequente nas comunidades e constatamos também que a falta de informações sobre as drogas, o uso de álcool como uma prática cultural no contexto comunitário e a ausência de estratégias de prevenção ao uso das substâncias psicoativas destinadas aos/as jovens são alguns dos fatores que têm potencializado o uso de álcool e outras drogas entre jovens e adultos (SILVA; SENA-LEAL, 2010).

Para fins de dissertação de mestrado, cientes da realidade do uso de álcool como uma prática frequente no contexto das comunidades quilombolas, ampliamos o estudo referido acima, fazendo uso de outra perspectiva, no intuito de refletir sobre a seguinte questão: quais os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas?

Antes de tudo, é importante tecermos algumas reflexões sobre a quem estamos nos referindo quando falamos em jovens. O termo juventude muitas vezes é usado, inclusive em estudos acadêmicos, como sinônimo de adolescência, mas existem algumas diferenças entre esses dois termos. A noção de adolescência surgiu vinculada à lógica desenvolvimentista caracterizando uma etapa pela qual todos/as passariam independente de fatores socioculturais. A psicologia foi responsável por instituir algumas características consideradas inerentes a essa etapa da vida, com seus tempos e atributos específicos, diferenciando sujeitos normais e anormais de acordo com seu grau de aproximação às normas estabelecidas para este período (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005). Este posicionamento contribuiu para que fosse criada uma identidade do sujeito na adolescência, enquadrando-o através de normas e características e afirmando uma homogeneidade que nega a multiplicidade e a diferença entre os seres humanos.

¹¹ SILVA, Roseane Amorim da. **Vulnerabilidade de jovens do município de Garanhuns/PE em contextos de uso/abuso de álcool e outras drogas**. 2010. 123f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade de Pernambuco, Garanhuns, 2010.

No que se refere à juventude esta é considerada (ABRAMO, 2005) uma construção social, que envolve fatores históricos, culturais e contextuais. Existe uma tendência sociológica nos estudos que têm a juventude como foco, fazer uso de duas abordagens: a primeira refere-se àquela que a considera uma fase da vida, na qual os/as jovens seriam englobados como um grupo homogêneo, a chamada teoria geracional; a segunda como um grupo social diversificado através das classes sociais, conhecida como teoria classista (PAIS, 1993).

A teoria geracional é criticada por Bourdieu (1983) que defende que a existência de um grupo denominado juventude depende mais de um olhar do/a pesquisador/a do que da sua realidade objetiva. Isto porque há uma ampla variedade de características de grupos juvenis que são comprometidas ao serem classificadas dentro de um mesmo conceito. Ademais considera a idade como um dado socialmente manipulado no âmbito das relações de poder, sugerindo assim que “juventude é apenas uma palavra” (BOURDIEU, 1983, p. 112). O mesmo pode-se dizer em relação à teoria classista, visto que a classe social, ainda que seja um fator importante a ser considerado na constituição dos/as jovens, por si só não possui elementos suficientes para compreender a diversidade das juventudes e de suas vivências.

Outras perspectivas a respeito de como a juventude é compreendida são referidas por Dayrell (2003), existe uma série de imagens em torno dos/a jovens que interferem na nossa maneira de percebê-los. Uma das imagens mais prevalentes é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é um “vir a ser”, estando vivenciando a passagem para a vida adulta. Outra imagem presente é uma visão que veio se cristalizando a partir dos anos de 1960, resultado, entre outros fatores, da interferência da indústria cultural e de um mercado de consumo dirigido aos/as jovens, que se traduziu em moda, adornos, locais de lazer, músicas, revistas, entre outros aspectos (DAYRELL, 2003).

Junto a estes modos de compreensão acrescenta-se a tendência de perceber o/a jovem reduzido/a apenas ao campo da cultura, como se a juventude fosse expressa apenas quando eles/as estivessem envolvidos/as em atividades culturais. Essas imagens convivem ainda com outras: a juventude vista como um momento de crise, uma fase difícil, dominada por conflitos com a personalidade, e como um momento de distanciamento da família, apontando para uma possível crise da família como instituição socializadora (DAYRELL, 2003).

Neste estudo não nos baseamos na teoria geracional nem na classista, também não adotamos as imagens acima referidas. Buscamos, a partir dessa diversidade de perspectivas,

compreender os/as jovens, ora sendo importante refletir sobre a classe social e o contexto o qual os/a mesmos/as pertencem, ora delimitando uma faixa etária para os/as participantes da pesquisa, no intuito de visibilizar os/as mesmos/as.

Para tecermos nossas reflexões consideramos a juventude em sua diversidade, o que implicou, em primeiro lugar, considerá-la não presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social (DAYRELL, 2003). Entre essa diversidade de juventudes, fazem parte da composição deste estudo as juventudes rurais com identidades quilombolas que, apesar de possuírem a identidade quilombola como algo comum a eles e elas, apresentam peculiaridades no contexto rural de que fazem parte.

Refletindo sobre os/as jovens rurais, Wanderley (2007) pontua que esses/as pertencem à família de agricultores, que são numerosas e desenvolvem estratégias de sobrevivência baseadas em arranjos familiares para o acesso à terra, diversificação da produção, que é conjugada à produção para próprio consumo e comercialização e a participação dos membros da família nas atividades em prol da coletividade.

Assim, estudar a juventude rural implica a compreensão de uma dupla dinâmica social, “por um lado uma dinâmica espacial que se relaciona a casa (a família), à vizinhança (a comunidade local) e por outro, à cidade (o mundo urbano-industrial)” (WANDERLEY, 2007, p.23). São nesses espaços e a partir dessas relações que os/as jovens vão experienciando e constituindo-se enquanto sujeitos sociais.

O modo de vida dos/a moradores/as das comunidades quilombolas, Castainho e Estivas, que compõem este estudo, caracteriza-se como um contexto rural. A maioria dos/as jovens trabalha na agricultura, algumas jovens como domésticas na cidade, uns estudam nas escolas das comunidades ou vão à cidade estudar, outros abandonaram os estudos por diversos motivos, sobretudo pela necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar.

A respeito das comunidades quilombolas, no Brasil, uma das ideias em torno de sua constituição, se refere à estratégia de oposição a uma estrutura escravocrata, com a implementação de outra forma de vida. Desse modo, essa perspectiva rechaça o conceito de quilombo apenas como refúgio de escravos fugidos, visto formarem um grupo social, com laços de solidariedade e convivência resultantes de uma luta para resgatar a liberdade e a dignidade, sendo o uso coletivo da terra a base de uma sociedade fraterna e livre das formas

mais cruéis de preconceitos e de desrespeito à sua humanidade (MUNANGA; GOMES, 2006).

Os/as jovens quilombolas pesquisados/as têm suas trajetórias marcadas por situações em que ora a homogeneidade conferida à sua geração prevalece e ora a heterogeneidade de suas condições de gênero, raça/etnia e classe social definem seus percursos. Não podemos esquecer que eles e elas se inserem na sociedade em uma posição desigual e carregam o estigma² histórico sobre o seu local de moradia, quilombola e rural.

Outra questão que é importante ser lembrada quando se estuda a juventude rural é que, com as transformações sociais, a relação rural e urbana cada vez torna-se mais próxima, as pessoas da cidade comumente frequentam o meio rural em busca de tranquilidade, para sair um pouco da agitação do meio urbano. Os/as moradores/as do meio rural vão à cidade se divertir, resolver problemas, trabalhar e estudar (WANDERLEY, 2006). Esta realidade se aplica às comunidades quilombolas que estudamos, em que tanto os/as jovens quanto os adultos vão à cidade de Garanhuns por diversos motivos, estudo, trabalho, festas, entre outros, os/as jovens de Garanhuns frequentam as comunidades, principalmente nos finais de semana.

No presente estudo realizamos uma pesquisa qualitativa de inspiração feminista, subsidiada pelo construcionismo social. A investigação feminista ilustra uma consciência dos/as investigadores/as acerca do seu papel e envolvimento pessoal na investigação. Esta consciência é chamada de reflexividade, representando uma espécie de disciplina de autorreflexão acerca de quem somos, de como as nossas identidades interferem no nosso trabalho e como, por outro lado, o nosso trabalho influencia todos os aspectos do nosso self (NEVES; NOGUEIRA, 2005).

Foi durante o mestrado que pude ampliar meu olhar sobre as discussões feministas e de gênero a partir da disciplina *Teorias feministas e de gênero*. Os conhecimentos adquiridos na disciplina me fizeram ver o quanto seria importante incorporar esse debate em minha dissertação para que melhor eu pudesse compreender os/as jovens quilombolas e a relação destes/as com o uso de álcool. No entanto, desde o início percebi que não seria um caminho fácil trabalhar com essa perspectiva a partir da área de conhecimento que nos encontramos localizadas, a psicologia.

² O estigma representa algo de mal, que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade deteriorada por uma ação social (GOFFMAN, 1993).

Na disciplina, entre os diversos textos, tive contato com o texto de Sandra Azerêdo (2010) “Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia”, onde a autora afirma que “teorizar sobre gênero implica ‘encrenca’ (*trouble*), sobretudo para a psicologia, na medida em que essa é uma área disciplinar e a complexidade de gênero, segundo Judith Butler, exige um discurso inter e pós disciplinar para resistir à domesticação acadêmica” (AZERÊDO, 2010, p.176). Esse texto dizia muito sobre o momento que eu estava vivenciando, e considero essa uma metáfora muito feliz para se falar sobre gênero, pois muitos são os posicionamentos e os modos de olhar para a realidade social a partir dessa perspectiva. Nesse período, buscando me aproximar dessa discussão, fui ao 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR, em 2012, e mais uma vez era me confirmada a “encrenca” nas teorizações de gênero, pois algumas discussões dos trabalhos apresentados nesse evento foram bem acaloradas.

Em meio às inquietações sobre seguir esse caminho na dissertação, as leituras, as discussões na disciplina e nas orientações foram me despertando cada vez mais o interesse em compreender as teorias feministas e de gênero, pois estas foram me proporcionando um novo olhar para os acontecimentos que me rodeavam, e fui percebendo o quanto as questões de gênero, classe e raça/etnia de modo relacional estão implicadas na constituição dos sujeitos e nas significações do uso de álcool, oferecendo também subsídios para compreender a população quilombola, em que homens e mulheres, sobretudo elas, têm uma trajetória marcada pela opressão.

Fizemos uso neste estudo de uma perspectiva interseccional de gênero, classe social, e raça/etnia. O conceito de interseccionalidade teve sua origem junto as feministas negras norte-americanas, que questionaram o universalismo da categoria “mulher”, com isso as autoras Kimberlé Crenshaw (2002), Adriana Piscitelli (2008), Avta Brah (2006) e outras fazem uso do conceito para abordar os marcadores: gênero, raça/etnia e classe, de modo articulados, pois segundo as mesmas, estes marcadores estão entrelaçados na constituição das desigualdades sociais. Vale salientar que, embora tenhamos como foco a tríade clássica gênero, classe e raça/etnia, estamos considerando que estes marcadores estão perpassados pelas questões geracionais, constituindo-os e sendo constituídas.

Decidimos trabalhar com o conceito de interseccionalidade, pois este possibilita que os/as pesquisadores/as estejam atentos/as à forma como as pessoas vão se constituindo no jogo de forças a que estão expostas. O olhar interseccional nos convocou a considerarmos a

diversidade de tramas que os marcadores sociais de diferenciação vão engendrando, bem como percebemos que o tripé clássico discutido na literatura feminista que pretende enfrentar a subordinação gênero-classe-raça/etnia, também precisa ser tencionado, para que os discursos produzidos não reifiquem essas categorias de análise, sob pena de uma nova naturalização.

Assim, a partir deste olhar interseccional para a juventude e o uso de álcool, nosso estudo teve como objetivo geral: *Investigar os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas do município de Garanhuns/PE, em interface com as questões de gênero, classe social e raça/etnia*. E de modo específico buscamos:

- Identificar as especificidades das vivências de juventude no contexto quilombola em interface com as questões de gênero, classe social e raça/etnia;
- Analisar as percepções sobre o uso de álcool dos/as jovens quilombolas, as motivações para o uso e as repercussões destes usos nas suas vidas.

Nossa pesquisa desenvolveu-se a partir de três momentos, no primeiro realizamos uma observação participante nas comunidades quilombolas, Castainho e Estivas, onde foi possível participar de diferentes momentos nas comunidades, a exemplo das festas, das visitas aos bares, observação do trabalho dos/as jovens, a escola, o trajeto da comunidade para a cidade, o dia-a-dia das comunidades. Este primeiro momento nos possibilitou construirmos a pesquisa também a partir de um olhar etnográfico. O uso dessa metodologia exigiu um processo de reflexividade constante na trajetória do estudo, onde se misturaram muitas sensações e sentimentos, pois o processo de estranhamento do familiar não é fácil, mas esse foi um movimento que tentamos realizar na construção de todo o trabalho.

No segundo momento da pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas com os/as jovens quilombolas. Momento que pudemos construir novas informações junto aos/as mesmo/as, que são muito importantes para realização de nossas reflexões. O material construído foi analisado com base nos pressupostos da análise crítica do discurso, seguindo a perspectiva adotada por Conceição Nogueira (2001b) e a partir da interseccionalidade. Assim estivemos atentas nos discursos às expressões de poder, ao que representava desigualdades e opressão, às questões hegemônicas no grupo pesquisado, e também às diferenças existentes entre os/as jovens. A perspectiva interseccional possibilitou a percepção da existência da opressão, mas principalmente seus desdobramentos a partir do efeito do cruzamento entre os diversos marcadores sociais e a repercussão destes nas significações sobre o uso de álcool.

Os estudos sobre juventude e uso de álcool (VIEIRA et al, 2008; COFANI, 2012), têm revelado que os significados atribuídos ao uso são diversos e estão relacionados com o contexto onde o uso é feito, quem o faz, na companhia de quem, em que período da semana ou do dia, qual o tipo de bebida, o lugar que o uso ocupa na vida dos sujeitos, as questões de renda, moradia, escolaridade, gênero, raça/etnia, uma série de fatores que constituem e são constituídos pelos sujeitos, e nos reafirma o quanto o uso de álcool é um fenômeno multidimensional e complexo.

Não é demais lembrar que o uso abusivo de álcool ocasiona graves consequências para a saúde pública mundial. Além de que informações sobre saber beber com responsabilidade e as consequências do uso inadequado de álcool ainda são insuficientes e nem sempre contemplam as diversas populações. A Organização Mundial de Saúde - OMS coloca ainda que, existe a necessidade de que os profissionais da área de saúde, dos diferentes níveis de atenção, sejam capacitados, bem como a modificação do currículo dos cursos de graduação na área de saúde, exigindo nestes a abordagem dos problemas relacionados ao uso das substâncias psicoativas (MS, 2004). Sendo assim, pesquisas desenvolvidas sobre o referido tema atendem também a uma lacuna existente nos cursos de graduação, em geral, e de Psicologia, em particular, uma vez que essa demanda é cada vez mais frequente na sociedade.

Uma das ações do Governo do Estado de Pernambuco refere-se à *Atenção especial aos usuários de crack e outras drogas*. Neste sentido, para que sejam realizadas atividades de prevenção e promoção de saúde, é preciso que pesquisas sejam desenvolvidas nesta área, no intuito de conhecer como ocorre o processo de envolvimento dos sujeitos com o uso de álcool e outras drogas, qual o lugar dessas substâncias na vida dos sujeitos, o que pode funcionar como medidas de proteção em relação ao uso das substâncias psicoativas. É necessário também que estas contemplem populações historicamente marginalizadas e em situação de exclusão social, a exemplo dos/as quilombolas, a fim de que políticas públicas nesta área contemplem estas pessoas.

Outro ponto a ser considerado é que poucas pesquisas foram desenvolvidas considerando a juventude quilombola, conforme pudemos constatar através de uma revisão de literatura nas bases de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, na Biblioteca Virtual de Saúde – BVS, no Scielo (Scientific Electronic Library, online) e no portal da CAPES, os dados encontrados estão apresentados e discutidos no primeiro capítulo deste trabalho. No que se refere à juventude quilombola e a relação desta com o uso de álcool, não

encontramos nas bases de dados supracitadas estudos que abordem essa realidade, o que revela a necessidade de pesquisas serem desenvolvidos nessa área.

A presente pesquisa busca contribuir para a visibilidade da situação juvenil quilombola que mesmo sendo nas políticas públicas da juventude, considerada “população alvo”, a exemplo do disposto pela Secretaria Nacional de Juventude – SNJ (2013) a existência do Programa Juventude Rural, de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda para os jovens rurais, em especial, ribeirinhos, indígenas e **quilombolas**, temos visto que a efetivação das políticas ainda está longe de garantir uma existência digna para essa população.

Para apresentarmos nossas reflexões e os resultados do presente estudo, a dissertação foi organizada da seguinte forma: dois capítulos teóricos, o primeiro capítulo intitulado: *Juventude: os/as rurais e os/as quilombolas*: neste abordamos uma reflexão sobre a juventude rural a partir de algumas peculiaridades acerca dessa condição juvenil, questões relacionadas aos estudos, moradia, lazer, entre outras; construímos também um tópico intitulado *jovens quilombolas*, onde discorremos sobre questões relacionadas aos estudos desenvolvidos com jovens quilombolas e o modo de vida desses jovens; e outro tópico: *relação rural-urbana*: que discutimos a relação dos/as jovens rurais com os/as jovens urbanos/as, visto ser essa uma realidade tão presente na atualidade.

O segundo capítulo é intitulado *juventude e o uso de álcool*, neste fizemos um breve histórico do uso de álcool pela população quilombola, onde percebemos que o uso dessa substância é uma prática frequente nos quilombos desde o tempo que os mesmos foram formados. Abordamos também o que alguns estudos realizados sobre essa temática encontraram como resultados e um tópico intitulado: *o cenário acerca do uso de álcool e outras drogas*, onde discorremos sobre algumas questões sobre a política do uso de álcool; a política de atenção integral a usuários/as de álcool e outras drogas, entre outros fatores.

Após estes capítulos, apresentamos outro sobre *As reflexões epistemológicas e metodológicas*, este é constituído por 4 tópicos intitulados: *as pesquisas feministas; estudos de gênero e feminismo(s) na psicologia social; interseccionalidade; e relações de gênero, geração, classe social e raça/etnia*. Nestes tópicos, abordamos questões teóricas que estão embasando nosso estudo e que nos deram suporte para tecermos reflexões sobre os dados construídos com os/as jovens nas comunidades quilombolas.

Construímos um quarto capítulo intitulado: *Incursões no campo: os métodos e caminhos de análise*, neste abordamos nossa inserção no campo, como foram realizadas as observações, o contato com os/as jovens e demais moradores/as nas comunidades quilombolas, apresentamos quem foram os/as participantes da pesquisa, e como realizamos a análise dos dados construídos.

Apresentamos dois capítulos que são referentes às nossas análises e discussões – o primeiro intitulado: *Vivências da juventude quilombola*, onde foi abordada a percepção dos/as jovens sobre as comunidades; o ser jovem e ser jovem quilombola; o cotidiano dos/as jovens, o projeto de vida, a relação rural/urbana. No segundo capítulo, intitulado: *Os/as jovens quilombolas e o uso de álcool*, discutimos as percepções sobre o uso, as motivações e as repercussões acerca do uso de álcool entre os/as jovens.

Em seguida, tecemos nossas considerações finais, momento em que retomamos alguns pontos sobre os dados construídos e apontamos alguns caminhos necessários a serem pensados no que se refere às estratégias de prevenção ao uso de álcool nas comunidades quilombolas.

É importante ressaltar uma questão relacionada à forma como essa dissertação foi escrita. O universo acadêmico exige coerência do/a autor/a na forma como vai se expressar no texto, mas no presente trabalho, não fiz uso dessa coerência. Optei por ora falar em primeira pessoa do singular, visto ser um momento importante de sustentação de um posicionamento teórico, e ora falar em primeira pessoa do plural. Escrever este trabalho só em primeira pessoa do singular não dava conta do contexto da pesquisa, pois outras vozes foram importantes nessa trajetória. Então nos momentos em que foram importantes ressaltar a importância do trabalho coletivo usei a primeira pessoa do plural, assim o eu e o nós estão articulados na construção desta dissertação.

1 JUVENTUDE: OS/AS RURAIS E OS/AS QUILOMBOLAS

A juventude é considerada (ABRAMO, 2005; COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005; BOURDIEU, 1983; SPOSITO 1994; NOVAES, 2006) uma categoria social, marcada pela cultura, que envolve o compartilhamento de um conjunto de características, como crenças, valores, interesses, normas e práticas. Para Groppo (2000, p.15)

a juventude é uma representação, e uma situação social simbolizada e vivida com diversidade na realidade cotidiana devido à sua combinação com outras situações sociais, como a de classe ou estrato social e, devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como as distinções de etnia e de gênero.

A noção de juventude, de acordo com o pensamento sociológico, “nasceu” na sociedade moderna ocidental (tomando um maior desenvolvimento no século XX), como um tempo a mais de preparação para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial ocasionou. Preparação feita em instituições, sobretudo na escola, implicando a suspensão do mundo produtivo, da reprodução e participação social. Ficar livre das obrigações do trabalho e dedicado ao estudo numa instituição escolar se tornaram os elementos centrais da condição juvenil (ABRAMO, 2005). Mas, é importante ressaltar que não são todos/as os/as jovens que podem vivenciar esse momento, muitos abandonam os estudos e precisam trabalhar para ajudar no sustento familiar, e em alguns casos para garantir a própria sobrevivência, a exemplo dos/as jovens das classes sociais menos favorecidas economicamente e uma parcela dos/as jovens rurais do Brasil.

Entre os/as jovens brasileiros/as que vivem na zona rural o trabalho e o estudo mantêm uma relação tensa. No campo, muitas vezes, 15 anos é uma idade limite para que o trabalho se torne condição de sobrevivência e, com frequência, a vida escolar termina prejudicada (CARNEIRO, 2005).

Abramo (2005) chama atenção, para a necessidade de falar em juventudes, no plural, e não de juventude, no singular, para que sejam consideradas as diferenças e desigualdades que atravessam os/as jovens. É referido ainda por Abramo (2005, p.44) que a mudança no uso do termo juventude do singular para o plural revela uma transformação importante na própria noção social, uma vez que “a juventude, mesmo que não explicitamente, é reconhecida como condição válida, que faz sentido, para todos os grupos

sociais, embora apoiada sobre situações e significações diferentes”. Ou seja, a condição juvenil existe nas mais diversas sociedades, e o fato que deve ser levado em consideração são as diversas situações juvenis.

Abramo (2005, p.44), propôs a distinção entre *condição juvenil e situação juvenil*. A primeira diz do “modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórica geracional” e as situações juvenis “revelam o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia”, e acrescentamos, local de moradia, especificidades regionais, as relações campo-cidade, todo o contexto onde as juventudes se constituem e se manifestam.

Baseado na compreensão de Abramo (2005), Bourdieu (1983), entre outros, de que a juventude é uma categoria social e culturalmente construída, torna-se importante discorrermos sobre a juventude rural, visto que a população que compõe o presente estudo são os/as jovens rurais de identidade quilombola. No entanto, se existem dificuldades para se chegar a um consenso sobre a noção de juventude, torna-se ainda mais difícil conceituar a juventude rural, temática mais recente nas produções científicas.

De acordo com Wanderley (apud PAULO, 2010, p. 346) “até a década de 1990, a juventude rural não era pensada no universo camponês como um ator específico, mas como parte de uma coletividade familiar que tinha como principal objetivo a manutenção de sua propriedade e a reprodução do seu modo de vida”. Mas este posicionamento em relação ao modo de perceber os/as jovens rurais tem passado por algumas transformações nos últimos anos.

Maria José Carneiro (2005) afirmou que a juventude rural figura como parcela da população ainda bastante desconhecida, dado o não reconhecimento de problemas específicos que a afetavam, ao contrário dos/as jovens urbanos/as, que há muito tempo já eram vislumbrados pelas instituições, especialmente no que diz respeito à proposição de políticas públicas. Podemos perceber que passados oito anos desta afirmação feita por Carneiro (2005), no meio acadêmico esta não é mais uma realidade, já existe um quantitativo considerável de produções científicas sobre os/as jovens rurais, distribuída entre dissertações, teses, artigos, livros, entre outras.

Em uma busca que realizamos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, em dezembro de 2013, sem delimitação de tempo, utilizando o

descriptor juventude rural, localizamos 84 produções científicas, sendo 17 teses de doutorado e 67 dissertações de mestrado. Constatamos que os anos de publicação das produções encontradas, compreendeu o período entre 2003 a 2013, sendo o ano de 2010, o ano que concentrou um maior número de publicações, 16 produções científicas foram localizadas nesse ano. A região onde localiza-se o maior número de publicações é a região sudeste, com 29 produções.

Nas produções científicas que localizamos através da BDTD, percebemos que alguns temas são mais recorrentes nos estudos sobre a juventude rural, a exemplo da agricultura familiar, os assentamentos de reforma agrária ou camponeses, os trabalhadores rurais assalariados, a saída dos/as jovens do campo, a educação no universo rural, a herança da unidade de produção familiar e o envolvimento dos jovens nos movimentos de luta social pela terra. Encontramos outros temas não tão recorrentes, como juventude rural e novas tecnologias, afetividade e sociabilidade de jovens rurais, sexualidade, entre outros.

Percebemos que mesmo quando abordadas outras questões relacionadas à juventude rural, o eixo juventude-trabalho-educação e a problemática sobre a saída do jovem do campo se fazem presentes. Isso nos oferece indícios da necessidade de estudos sobre essa população pelas diversas áreas de conhecimento. Constatamos também que a maioria das produções científicas estão localizadas nos programas de pós- graduação em desenvolvimento rural, educação agrícola, extensão rural, ciências sociais e sociologia, que nos parecem ser as áreas mais interessadas em compreender essa população. Observando as produções realizadas na área da Psicologia, lugar que nos localizamos na construção do presente trabalho, vimos que das 67 dissertações encontradas, 4 foram publicadas em programas de pós graduações em Psicologia, 3 na Universidade Federal do Ceará- UFCE, e 1 na Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Entre as teses de doutorado localizadas, nenhuma foi produzida na área da Psicologia.

Das produções na área de psicologia, uma delas foi realizada com jovens rurais e urbanos de Fortaleza/CE. A autora, Daniela Furlani (2007), buscou investigar a afetividade dos jovens em relação ao lugar onde moram e a repercussão dessa nos projetos de vida dos jovens. Foi constatado que os jovens do meio rural começam a trabalhar mais cedo do que os jovens da área urbana, sendo que em trabalhos informais, sem a garantia de direitos trabalhistas, o que lhes gera uma insegurança em relação ao lugar que moram. Os jovens rurais afirmaram que esse é o principal motivo que faz com que os mesmos queiram morar em outro lugar, se tivessem oportunidades de trabalho onde vivem não gostariam de sair, pois

estão satisfeitos. Os jovens do meio urbano queixaram-se da violência urbana, gerando sentimentos opostos em relação ao lugar em que habitam. Ao mesmo tempo em que gostam do lugar, devido a características atrativas deste, a exemplo das praias e lugares para o lazer, sentem-se mal com assaltos, crimes e violência.

Essa relação entre a afetividade com o lugar de moradia e os sentimentos dos jovens que ao mesmo tempo em que querem permanecer em seu lugar de origem, necessitam migrar em busca de melhores condições de trabalho, foi encontrada também em outra dissertação na área de psicologia, intitulada: “Ficar ou partir? Afetividade e migração de jovens do sertão semi-árido cearense”. A autora, Karla Ferreira (2006), investigou os afetos que marcam a relação de jovens do sertão semi-árido nordestino com seu entorno, e com sua decisão entre migrar ou não. Observou-se que a decisão de migrar sofre influência de fatores subjetivos, a principal delas, como já referido, a relação afetiva com o local de moradia. Situações como as poucas possibilidades de emprego marcam a dialética de exclusão/inclusão, os jovens estão inseridos no trabalho, muitas vezes através da exploração de sua mão-de-obra. A negação dos direitos fica caracterizada pela carteira não assinada, que lhes garanta os direitos trabalhistas assegurados e que tem um valor simbólico de reconhecimento enquanto trabalhador. Esses fatores fazem com que alguns jovens desejem migrar para os centros urbanos, mesmo diante das novas dificuldades que esses sabem que serão enfrentadas quando optam por sair de seu local de origem.

A dissertação publicada no programa de Psicologia Social da UFPB de autoria de Charlene Gouveia (2010) aborda o impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF³ na qualidade de vida de jovens agricultores familiares Paraibanos. Foi constatado que o PRONAF direcionado especificamente aos jovens não tem se difundido na região da Paraíba. Isso se deve, principalmente, à exigência de qualificação como critério para acessar o crédito. Porém, como não são oferecidos cursos nem existem escolas técnicas nestas regiões, isto se torna um empecilho para o acesso ao PRONAF jovem. A minoria dos jovens que tem acesso ao programa faz uma avaliação positiva do mesmo, apontando melhorias em sua qualidade de vida.

³ O principal objetivo do PRONAF jovem é estimular a formação da juventude rural, através da formação e capacitação dos jovens, constituindo um incentivo do governo federal a permanência do jovem no campo. O PRONAF disponibiliza crédito rural aos jovens para iniciar o seu projeto produtivo, trabalhar no campo, gerar renda e melhorar as condições de vida da família (GOUVEIA, 2010).

Conforme explicitamos acima, os estudos sobre a juventude rural geralmente tem como foco a problemática juventude-trabalho-educação, observamos que os estudos realizados na área de psicologia também têm abordado essa realidade. Reconhecemos a importância desses fatores serem estudados na população rural, mas percebemos que é preciso que outras dimensões do modo de vida dos/as jovens rurais sejam conhecidas para uma maior compreensão dos/as mesmos/as e das problemáticas que perpassam a existência desses/as, a exemplo das questões étnico-raciais e de gênero.

Ao refletirmos sobre os/as jovens rurais, é importante dar atenção a um fato que a autora Maria Assunção Lima de Paulo (2011, p.78) enfatiza,

o termo jovem rural não é comumente usado pelas famílias e pelos próprios jovens rurais, mas, é hoje uma categoria em disputa por várias instituições. Produto de instituições modernas, esse termo pode ter significados variados e ser vivenciado de forma totalmente diferente em contextos específicos. É nesse sentido que a juventude rural pode ser percebida como uma *situação juvenil* re-significada pelos atores no interior de sistemas sociais particulares (grifos da autora).

Os/as jovens rurais possuem algumas especificidades que não podem deixar de ser consideradas, além de serem percebidos como sujeitos com desejos, sonhos, problemas e questões particulares, pertencem a famílias que são encaradas no contexto do campesinato como uma comunidade familiar, que se constitui como comunidade afetiva, de interesses e de conflitos, com padrões de sociabilidade que se diferenciam em algumas questões das famílias urbanas, inclusive por organizar as relações de trabalho e moradia em seu interior (WANDERLEY, 1999). Outra questão diz respeito à própria identificação de quem é ou não considerado jovem no meio rural, que pode mudar de um contexto para outro, como pôde ser visto na pesquisa realizada por Juliana Smith, em vila rural de Paudalho (PE),

a pesquisa revelou como “localmente se definem os jovens”. Em suas palavras, quando eu pedia para que me apresentassem jovens, orientavam-me na maior parte do tempo para jovens solteiros adolescentes. Uma mulher casada, de 20 anos com 3 filhos, o que era bastante frequente em Cajueiro, não é considerada pelos informantes como podendo me interessar. Eu deduzi que estes indivíduos não são mais considerados pela sociedade como fazendo parte da juventude, apesar de sua jovem idade. A distinção entre casado e não-casado está na base das representações sociais da juventude (SMITH, 2002 apud WANDERLEY, 2007, p. 22).

Podemos perceber que no universo rural, conforme alguns estudos enfatizam (ABRAMO, 2005; WANDERLEY, 2006) a juventude não tem uma referência específica de faixa etária, mas sim outras situações: o casamento, a maternidade/paternidade, as

responsabilidades assumidas, para aqueles/as que se tornam os/as provedores/as do lar, entre outras questões.

De acordo com Castro et al (2009, p.39) ser jovem rural “é carregar o peso de uma posição hierárquica de submissão, em um contexto ainda marcado por difíceis condições econômicas e sociais para a produção familiar”. Diversos estudos no Brasil e em outros países apontam para a tendência da saída de jovens rurais do campo para as cidades. Se essas pesquisas confirmam o deslocamento dos/as jovens, outros fatores buscam a compreensão desse fenômeno, que vem sendo analisado através de dois vieses. Existe um consenso nas pesquisas em relação às dificuldades enfrentadas pelos/as jovens rurais, sobretudo no que diz respeito à educação e as possibilidades de trabalho, e há ainda outro ponto de vista que se refere à atração do/a jovem pelo meio urbano (CASTRO et al, 2009). Mas, o interesse dos/as jovens pelo meio urbano em muitos casos advém justamente da possibilidade de acesso à escola, a um curso profissionalizante, ao ingresso no mercado de trabalho, opções de lazer, e a realização de um projeto de vida que alguns e algumas consideram ser mais difícil realizar no local onde moram.

É importante ressaltar que apesar de muitos estudos terem sido realizados tendo como foco o processo de migração dos/as jovens rurais para as cidades, não se pode esquecer, conforme pontua Brumer (2007), que as pesquisas que buscam os motivos pelos quais os/as jovens deixam o mundo rural, frequentemente, tendem a dar mais atenção aos aspectos negativos do rural e valorizar os aspectos positivos da cidade, seguindo a tendência dominante na sociedade industrial, sem refletir sobre o modo de vida e as diversas experiências que podem ser vivenciadas nos contextos rurais.

Abramovay (1998) falando sobre as aspirações juvenis existentes em relação à permanência no meio rural e na agricultura, expõe que o desejo de desenvolver a profissão agrícola é bastante alto entre os jovens, mas que o mesmo resultado não se encontra entre as jovens, que preferem exercer a atividade não agrícola como forma de satisfazer aspirações pessoais. As jovens acabam buscando os centros urbanos em busca de trabalho remunerado e reconhecimento. Muitas vezes são incentivadas pelos próprios pais a procurarem os centros urbanos por acreditarem que terão mais oportunidades de trabalho e não precisarão trabalhar no “pesado”.

Em uma pesquisa realizada com os/as jovens de Miracica, zona rural do município de Garanhuns/PE, Carvalho et al (2009) constataram que os jovens pretendem dar continuidade a atividade agrícola. Aqueles que aspiram se formar profissionalmente em outras

áreas também querem continuar mantendo relações com o campo. Essa preferência se deve ao fato do campo permitir realizar atividades para o desenvolvimento pessoal, profissional e econômico, bem como garantir moradia e alimentação. Na pesquisa acima citada, participaram 335 jovens, 190 do sexo masculino e 145 do feminino. Quando indagados se pretendem continuar cuidando do sítio onde moram, 60,5% dos jovens responderam que sim, pretendem continuar cuidando do sítio, já para as jovens o interesse de permanecer foi de 50,3%. Esse dado revela que, em alguns anos, a localidade em questão poderá ter o número de homens superior ao número de mulheres (CARVALHO et al, 2009). E corrobora os estudos de Abramovay (1998) de que as mulheres tendem a desejar a migração mais do que os homens.

A busca por alternativas fora do local de origem mostrar-se mais intensa entre as jovens, pode ter uma relação com a desvalorização da atuação das mulheres no meio rural. O desprestígio das atividades que estas desenvolvem, somado à falta de autonomia de se fazer escolhas e à condição de não serem, na maioria dos casos, herdeiras da terra, podem ser fatores que contribuem para o desejo de saírem do rural. É importante lembrar também a posição hierárquica dos/as jovens dentro da família, pois dependendo da posição que estes/as assumem eles/as estarão mais “livres” ou não para traçar projetos de vida que incluem outras atividades e outro local de moradia.

No estudo realizado com os/as jovens do município de Ouricuri, em Pernambuco, localizado no Alto Sertão, Soares, Jesus e Silva (2010) obtiveram como resultado de sua pesquisa que os/as jovens pretendem sair do campo sazonalmente para estudar e retornar a comunidade após o término dos estudos, pois as aspirações para o futuro em relação à comunidade é de estudar, cursar uma faculdade e retomar ou construir um empreendimento que gere trabalho e distribuição de renda, mas que contemple a unidade de produção familiar, pois segundo os/as participantes o melhor lugar para se viver é no campo. Podemos perceber através destes estudos realizados, sobretudo em Pernambuco, que muitos jovens têm desejado permanecer no campo.

No mundo rural, os/as jovens vivenciam cotidianamente experiências individuais e coletivas. Há espaços, a exemplo da casa, da vizinhança, que diferem da cidade, onde os/as jovens nesses espaços de convivência, constroem relações de amizades, namoram, casam, vivenciam o lazer, estabelecem relações com os meios de comunicação de massa, participam de manifestações culturais e religiosas, expressando um sentimento de pertencimento, tanto à comunidade de modo geral como aos grupos de jovens, em particular. Nesse ínterim as

experiências cotidianas dos/as jovens dependem da intensidade e da riqueza da vida social existente no meio rural, que pode se modificar dentro do mesmo contexto e de um contexto rural para outro (WANDERLEY, 2006).

É importante ressaltar, conforme enfatiza Wanderley (2007, p. 31), “que não podemos tomar a juventude rural de forma isolada, como se ela pertencesse a um mundo à parte, não integrado à sociedade em geral. Também não podemos diluí-la, como se ela fosse homogênea”. No meio rural há uma diversidade de maneiras de viver a juventude. Ela só poderá ser entendida, em profundidade, se situada num quadro mais geral, que inclua as múltiplas situações concretas, correspondentes à diversidade das experiências de vida dos/as jovens rurais. Castro et al (2009, p.61),

chamam a atenção para a necessidade de[...] refletir sobre certas repartições estanques existentes no senso comum e também no meio acadêmico acerca da juventude rural. É necessário perceber as transformações da noção de juventude, assim como ter melhor entendimento das práticas e significados distintos do que seja ser jovem em diferentes contextos e grupos.

Diante das diversas especificidades e grupos de jovens, nesse estudo abordamos a juventude rural quilombola, o que não é uma tarefa fácil, pois quando pensamos nesses/as jovens, constatamos que há uma série de identidades sobrepostas. Tomar essas identidades de maneira isolada seria incorrer no erro, pois sobre eles/as recaem o que é ser ao mesmo tempo jovem, rural e quilombola. Esta sobreposição está imersa em relações de poder e jogos identitários, enquanto jovens que vivem no meio rural, eles/as podem sofrer as mesmas ordens de problemas que os/as jovens rurais e também se beneficiar das mesmas experiências. Por serem quilombolas podem ser muitas vezes responsabilizados/as pela preservação da cultura e do território que vivem, que por ter uma questão histórica de lutas, ser símbolo de resistência, têm peculiaridades que se diferenciam de outros contextos rurais e urbanos, a exemplo do estigma que a população quilombola sofre devido a raça/etnia que possuem.

1.1 Jovens quilombolas

Em uma busca realizada em dezembro de 2013 nas bases de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, no Scielo (Scientific Electronic Library, online) e na Biblioteca Virtual de Saúde - BVS, utilizando os descritores: jovens quilombolas e juventude quilombola, encontramos um pequeno quantitativo de produções científicas que abordam esta população. Na BDTD, utilizando a opção procura básica, e o descritor jovens quilombolas,

sem delimitar o período de tempo, encontramos 12 produções científicas, sendo 8 dissertações de mestrado e 4 teses de doutorado. É no ano de 2012 em que estão localizadas o maior número de produções. Localizamos 4, das 12. A região onde o maior quantitativo de produções é encontrado é o sudeste, assim como as produções referentes à juventude rural, que tem maior quantitativo de publicações nessa região.

Destas 12 produções, 3 abordam questões relacionadas à juventude. As demais, apesar de serem localizadas pelo descritor acima referido, compreendem questões ligadas às comunidades quilombolas de modo geral, a exemplo da extensão rural e agricultura, educação, o lúdico nas comunidades e as narrativas de estórias sobre as mesmas. As produções estão localizadas em áreas do conhecimento voltadas ao desenvolvimento rural, geografia, biociências, e educação. Não localizamos nenhuma produção na área de psicologia, lembrando as delimitações de busca que foram feitas, conforme explicitamos acima. Utilizando o descritor juventude quilombola encontramos 3 produções que já haviam sido identificadas entre as 12 já referidas.

Na base de dados do Scielo, utilizando a opção busca integrada e os descritores jovens quilombolas, encontramos 1 publicação, mas que não se referia aos jovens diretamente, e sim ao acesso da população quilombola de modo geral aos serviços públicos de saúde. Utilizando as palavras juventude quilombola não localizamos nenhuma produção científica. Na BVS, a partir da opção busca integrada, e dos descritores jovens quilombolas foi obtido como resultado o mesmo artigo encontrado no Scielo, sobre o acesso aos serviços de saúde, e através dos descritores juventude quilombola foram encontrados 4 artigos, 2 em língua inglesa, mas que não abordam a questão da juventude quilombola e os outros 2 abordam a juventude, a infância e adolescência.

No portal CAPES, utilizando a opção busca avançada e o descritor jovens quilombolas, encontramos 32 produções, distribuídas entre artigos e dissertações. Um dos artigos, publicado em 2013, aborda os/as jovens moradores de uma comunidade remanescente de quilombo localizada próxima ao Vale do Jequitinhonha. As demais produções apresentam questões mais gerais que envolvem a população quilombola como um todo, a exemplo de programas de alimentação nas escolas, uso de serviços públicos, agricultura familiar, movimento das mulheres negras, entre outras questões. Fazendo uso do descritor juventude quilombola, encontramos 4 produções, mas nenhuma específica sobre a juventude quilombola.

O cenário acima descrito sobre os estudos em relação à juventude quilombola, revela o quanto essa população é invisibilizada nas produções científicas, apesar da existência de estudos sobre as comunidades quilombolas de modo geral, estes também não são muitos. Chama atenção ainda para a necessidade de um olhar ampliado para juventude quilombola, visto que esta população muitas vezes não é considerada nas discussões sobre juventude rural. Nas produções encontradas, podemos constatar algumas questões importantes sobre os/as jovens quilombolas, que visibilizam a diversidade das experiências juvenis, e as especificidades dessa população. Assim, discorreremos sobre alguns pontos que consideramos relevantes para a compreensão dos/as jovens quilombolas.

No estudo realizado pelas autoras Sandra Tosta e Lígia Costa (2013) com os/as jovens das comunidades quilombolas localizadas próximas ao Vale do Jequitinhonha, foi investigada a contribuição da instituição escolar para a construção da identidade quilombola. As autoras compreenderam que as identidades são forjadas, construídas ou negadas no interior de diversos tempos e espaços, e sempre em oposição ou contraste a outras identidades, num jogo relacional de reconhecimento ou não das alteridades. Dentre os resultados obtidos, destacam que a escola se silencia diante da cultura quilombola. Em contrapartida a esta realidade, os alunos ouvidos valorizam a escola e a educação como meio necessário para alcançarem ascensão econômica e de alguma forma contribuir para o progresso da comunidade onde vivem.

Em um estudo, intitulado: “Entre o aqui e a cidade: trajetórias de individuação de jovens mulheres negras”, realizado por Priscila Bastos (2009) no quilombo São José da Serra, localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro, foi possível constatar que as jovens têm um elevado nível de escolarização em relação aos jovens da mesma idade moradores de áreas rurais. A maior parte já concluiu o Ensino Médio ou está em fase de conclusão. A valorização dos estudos por parte dos pais está presente nas expectativas que alimentam quanto ao futuro de seus filhos e filhas (BASTOS, 2009).

Não é algo comum para a população rural a continuidade dos estudos, pois geralmente os homens precisam trabalhar logo cedo, se essa idade de início do trabalho for comparada com a realidade urbana. Trabalham para ajudar a família e, muitas vezes, saem da escola, pois fica difícil conciliar os horários de trabalho e estudos. As mulheres também abandonam os estudos ou para trabalhar, ou porque engravidaram e nem sempre possuem uma rede de apoio que lhe dê suporte nos cuidados com a criança e a casa, entre outros

motivos. Fato é que a realidade do quilombo São José, revela a diversidade dos contextos e dos modos de vivenciar a juventude quilombola que também é plural.

Mesmo com o nível de escolaridade elevado, se comparado a outros contextos rurais, as jovens que vivem no quilombo São José continuam vivenciando um intenso controle social principalmente quanto à possibilidade de circulação em diferentes espaços. Além disso, as jovens vivem com mais intensidade os conflitos da autoridade paterna/adulta, as mesmas precisam negociar com essa autoridade a sua circulação em diferentes espaços e diversão. Sair para trabalhar em alguma fazenda próxima ou para ir à escola não representava um problema, mas participar das festas em Santa Isabel, cidade próxima ao quilombo, era diferente (BASTOS, 2009). Ou seja, embora o quilombo tenha “avançado” em algumas questões, a exemplo da valorização da educação, é possível perceber que impera no mesmo uma cultura sexista, que estabelece comportamentos, e lugares que são destinados aos homens e as mulheres de modos diferenciados, reproduzindo desigualdades que se fazem presentes há anos nas mais diversas sociedades.

Na comunidade quilombola do Buieíé, localizada no município de Viçosa-MG, foi constatado que entre os/as jovens existe o desejo de adquirir *coisas modernas*, não possuí-las significava para alguns o retrocesso. Mas, o desejo de adquirir esses bens materiais, não fez com que estes/as jovens desejassem sair da comunidade, pelo contrário os vínculos de parentesco e de amizade, o sentimento de pertencimento ao lugar e à terra, e o patrimônio familiar se apresentaram como fortes justificativas para a permanência (CUPERTINO, 2012). Muitas vezes os/as jovens quilombolas são vistos como os/as principais protagonistas da preservação cultural e territorial, e são responsabilizados pela mesma, colocados em uma posição que faz com que esses/as sintam-se de fato na obrigação de lutarem e permanecerem no seu lugar de origem, sob pena de decepcionar os familiares e a comunidade como um todo, através do não desejo de permanecer no local.

Os/as jovens quilombolas de Santo Antônio de Pinheiros Altos e Santo Antônio do Guiné, comunidades estudadas por Cupertino (2012) fazem parte de um contexto comunitário em que existem poucas opções de lazer, as atividades ficam restritas ao jogo de futebol, às missas, e aos cultos evangélicos. Isso tem levado os/as jovens a buscarem em outras localidades formas de lazer como os bailes de funk e forró. Nesse sentido podemos dizer que essas comunidades quilombolas apresentam algumas características semelhantes a algumas comunidades rurais, nas quais a ausência de lazer da forma como os/as jovens gostariam de ter, tem favorecido também uma visão negativa dos/as mesmos/as em relação

aos locais de origem, a mobilidade entre o rural e o urbano e em alguns casos o desejo de morar na cidade.

Vale destacar, que os/as jovens de Santo Antônio de Pinheiros Altos não só tem buscado formas de lazer em outras localidades, eles/as também têm criado estratégias de lazer na própria comunidade. Criaram um grupo onde eles/as se reúnem para ouvir e dançar funk, brincar, conversar e namorar. Uma estratégia de reinvenção de espaços e formas de sociabilidade e lazer (CUPERTINO, 2012). Essas estratégias são uma realidade que se faz presente no meio rural, contanto é importante pontuar a circulação existente entre as culturas, visto que o funk que os/as jovens do quilombo referido acima dançam, não é uma dança da cultura quilombola, mas tem feito parte do repertório de lazer dos/as mesmos/as.

Esse modo de vivenciar o lazer, a atração pelo meio urbano e os estilos musicais originados no mesmo, bem como algumas práticas cotidianas têm feito com que haja divergência na opinião dos/as jovens e adultos e, conflitos intergeracionais. As pessoas adultas tendem a afirmar que a juventude rural quilombola é “desinteressada” por tradições e pela agricultura e o meio rural (CUPERTINO, 2012). No entanto, é preciso um olhar mais cuidadoso em relação a essas questões para saber se é desinteresse ou se os/as jovens estão agregando também outras opções que estão ao seu alcance e que em gerações passadas não se faziam presentes.

O/a jovem rural, seja ele/a quilombola ou não, está inserido em um contexto (o meio rural) que ao longo do tempo passa por importantes transformações. O desenvolvimento dos meios de transportes e das tecnologias de informação vem aumentando a interação cultural entre o meio rural e o urbano, e com isso as referências para construção das identidades e dos projetos de vida para o futuro vêm se complexificando. Em muitos contextos rurais já podemos verificar a presença não só da televisão, rádio, celular, mas também da internet.

Os/as jovens do quilombo São José, no Rio de Janeiro, frequentam diferentes espaços de sociabilidade em relação ao estudo, trabalho e lazer, que se localizam principalmente na cidade, e isso tem interferido na forma com que os/as jovens vivem suas experiências e constroem suas trajetórias de vida. A inserção escolar, por exemplo, e o convívio com as “culturas da cidade” propiciaram o diálogo com outro universo cultural. A forma de vestir, a linguagem, os bailes funks e outras características dos diferentes modos de ser jovem na cidade passaram a fazer parte do cotidiano dos/as quilombolas (BASTOS, 2009). Essa interação entre os contextos possibilita também a ampliação das referências culturais e a

construção de novas perspectivas de futuro dos/as jovens em relação a si, assim como a elaboração de novas identidades quilombolas.

Em um estudo realizado com os/as jovens das comunidades quilombolas do distrito rural de Santiago do Iguape, município de Cachoeira, na Bahia, Faria (2006) observou as formas de filiação nos povoados quilombolas e percebeu que entre as jovens praticamente não existem grupos de interesse culturais ou esportivos, enquanto os jovens têm um forte envolvimento com o futebol e com a capoeira, às jovens cabe o cuidado com os afazeres domésticos nos seus “horários de folga”. Apesar da mariscagem, prática comum na comunidade, ser uma atividade predominantemente feminina, os homens também aprendem a mariscar, mas com o passar dos anos há uma separação mais nítida entre as ocupações. Os jovens assumem a pescaria, o cuidado com os animais e com a roça, e as jovens cuidam da casa, mariscam e dão sua contribuição na agricultura. O que revela a importância de uma reflexão sobre gênero nessas comunidades para a compreensão da juventude e que não pode passar apenas pela divisão do trabalho, embora essa seja importante, mas as questões a partir das considerações de Faria (2006) vão além disso, envolvem também o lazer, e as práticas de sociabilidade entre as jovens.

1.2 O encontro entre as juventudes: a relação rural-urbano

Os contextos rurais e urbanos estão em comunicação permanente, o que pode ser percebido através dos estudos (PEREIRA, 2004; CARNEIRO, 1998) que revelam que essa realidade tem sido ampliada, nos últimos anos, através da intensa mobilidade dos atores sociais entre os diversos espaços. Isto tem ocorrido também no contexto das comunidades quilombolas, em que inclusive ocorreram mudanças culturais decorrentes da influência do meio urbano, a exemplo da inserção da televisão no cotidiano dos/as quilombolas.

Na comunidade Ivanporunduva, localizada na região do interior de São Paulo, a chegada da televisão fez com que mudasse o horário das festas para que não fosse preciso perder as novelas, os jargões foram introduzidos no vocabulário da comunidade, e os/as moradores/as mais velhos/as passaram a perceber a televisão como instrumento que estaria contribuindo para a mudança de comportamento dos/as jovens (ALMEIDA, 2005). Não só a televisão, que é um objeto que há muito tempo já faz parte das diversas culturas, mas também a circulação dos/as jovens no meio urbano têm contribuído para uma mudança no modo de se

vestir, de se comportar e na aspiração por projetos de vida diferenciados das gerações passadas.

No estudo com as jovens do quilombo São José, localizado no Rio de Janeiro, pôde ser visto que elas saem de sua comunidade para trabalhar, principalmente como domésticas nos centros urbanos mais próximos. Contudo, esse deslocamento não significa necessariamente ruptura com a comunidade de origem, assim como em outros contextos rurais (BASTOS, 2009).

Em um estudo realizado por Carneiro (1998) foi visto que a mobilidade dos jovens rurais supõe uma negociação entre, de um lado, a identidade relacionada à cultura da comunidade rural e às relações afetivas com a família e, de outro, um projeto individualizado, que supõe uma autonomia diante das redes familiares.

Sobre as relações tecidas no espaço rural-urbano, em pesquisa sobre jovens nas áreas rurais do município de Friburgo, localizado no Estado do Rio de Janeiro e de Nova Pádua, no Rio Grande do Sul, Carneiro (1998) chama a atenção para a proximidade existente entre núcleos urbanos representativos, bem como a facilidade de acesso à cidade pelos habitantes do meio rural. A integração rural-urbana abre diversas possibilidades para os jovens rurais, especialmente o prolongamento da escolarização e de escolhas profissionais. Como afirma Castro (2006, p. 266) “a vivência marcada pela circulação e socialização em espaços considerados urbanos e rurais aparecem como o somatório de possibilidades e sonhos no campo do desejo, ainda que a realidade possa construir outros caminhos”.

Foi observado por Pereira (2004), em contexto de um assentamento rural no Rio de Janeiro, que a circulação entre as áreas rurais e urbanas, tem início para alguns na época dos estudos, já que as áreas rurais dispõem apenas de escolas que, em geral, oferecem até a 4ª série, ou não há escolas, e, num segundo momento, na busca de trabalho remunerado. O estudo, trabalho e as festas são os principais fatores que motivam a circulação dos jovens rurais no meio urbano. Assim,

diferentemente das gerações rurais passadas, que construíram suas experiências num espaço social mais restrito, as gerações atuais estão cada vez mais inseridas num campo muito mais amplo de relações sociais e culturais que possibilitam um repensar sobre suas identidades e suas realizações pessoais (PEREIRA, 2004, p. 323).

Novos desafios são colocados para os/as jovens rurais que estão cada vez mais inseridos no contexto urbano. Suas experiências falam ao mesmo tempo de uma identidade

local, mas que recebem influências de lugares diferentes. O campo de possibilidade de realização de suas projeções quanto ao futuro, por exemplo, foi ampliado como resultado da complexificação das relações entre campo e cidade, assim como seus comportamentos passam a se aproximar dos/as jovens que eles/as consideram urbanos/as (PEREIRA, 2004). Os/as jovens rurais estão vivendo experiências que permitem elaborar e reelaborar práticas a partir de valores dos dois universos culturais.

Todavia, pensar nas idas e vindas dos/as jovens rurais nos faz refletir sobre a estrutura fundiária do país, na distribuição desigual dos serviços públicos, nas políticas públicas para o meio rural. Leva-nos a refletir sobre a situação de isolamento que ainda alguns contextos rurais vivenciam, onde faltam escolas e, quando essas existem não atendem todas as demandas. O mesmo acontece em relação aos serviços de saúde, às atividades de lazer, o que dificulta a vida dos/as jovens e faz com que alguns e algumas frequentem as áreas urbanas não apenas como um lugar a mais de opção de lazer, de encontro com outras pessoas, mas como o lugar da busca por questões básicas de sobrevivência, a exemplo da procura por um atendimento médico.

Temos observado também que a restrição das práticas de lazer nas áreas rurais tem contribuído para o uso de álcool entre os/as jovens, apesar de sabermos que essa não é a única causa que os/as motiva a consumir essa substância, e que o uso de álcool é perpassado por diversos fatores conforme discorreremos no capítulo a seguir.

2 JUVENTUDE E O USO DE ÁLCOOL

Muitas sociedades, em diferentes períodos históricos, recorreram ao uso do álcool, por diferentes motivos: religiosos, curativos, cerimoniais, recreativos, entre outros. O uso dessa substância psicoativa é influenciado por aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. O álcool é uma substância que dependendo do padrão de consumo e da frequência do uso, não proporciona repercussões negativas. O mesmo está presente na maioria das ocasiões sociais, em situações relacionadas a comemorações, alegria, relaxamento. No entanto, quando é consumido de forma abusiva, causa consequências de diversas ordens na vida dos sujeitos.

A passagem do uso de álcool sem problemas para um uso abusivo geralmente não se faz rapidamente, isso acontece quando o uso passa a ser priorizado em relação a outras

atividades, adquirindo cada vez mais importância na vida do sujeito. Esse processo de transição é assinalado de diversas formas, quando se começa a beber mais que o habitual para as circunstâncias, a ponto de isso ser perceptível para as pessoas que lhes são próximas; beber sozinho frequentemente, e apresentar algumas consequências advindas do uso do álcool (SILVA, 2006).

Quando se propõe a refletir sobre o uso do álcool é importante considerar também que essa é uma substância lícita, e por isso de fácil acesso, sendo comercializada em diversos lugares. As substâncias psicoativas são classificadas em lícitas e ilícitas, no entanto, não se prendem fundamentalmente a critérios técnicos, farmacológicos ou científicos, e podem variar de significado de acordo com o contexto sociocultural. No Brasil, frequentemente são consideradas ilícitas as drogas cujo comércio e consumo são proibidos por lei (maconha, cocaína, heroína, crack, entre outras) e como lícitas aquelas cuja lei permite que sejam comercializadas e consumidas (álcool, tabaco e psicofármacos). Mas essa classificação não é muito bem definida, uma vez que algumas substâncias cujo comércio é permitido (éter, cola de sapateiro, benzina) podem ser usadas para fins diferentes daqueles para os quais foram produzidas e com o propósito de alterar a consciência do indivíduo (CALDEIRA, 1999).

Quando pensamos sobre o uso do álcool realizado entre os/as jovens quilombolas, população que faz parte deste estudo, consideramos importante recorrer à história para compreendermos como essa substância passou a ser utilizada nas comunidades quilombolas. Assim encontramos dados que apontam que o uso de álcool sempre foi realizado nessas comunidades, com finalidades diversas. É relatado por Carlos Guimarães (2005) que a aguardente de cana e outros tipos de bebidas alcóolicas esteve presente integrando tanto a realidade dos quilombos quanto sendo responsável por sua inserção na dinâmica social. Isso se deu não só no âmbito interno, mas também nos seus mecanismos externos de reprodução, como o tráfico de escravos.

Ao lado de outros produtos utilizados como moeda na aquisição de escravos no continente africano, a aguardente teve importância fundamental, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII. Os interesses conflitantes entre os produtores de vinhos destilados e os brasileiros (de aguardente) levaram a Coroa, em 1649, a proibir a venda de aguardente no Brasil, mas com duas exceções: a proibição não se aplicava a Pernambuco e o uso da bebida ficava restrito à população escrava, sendo permitida a produção apenas para consumo próprio. No entanto, essa medida não teve efeito, dada à impossibilidade de fiscalização. Na realidade, a aguardente foi o produto que intermediou um amplo movimento,

que tinha em sua extremidade a captura de povos inteiros para serem escravizados e, na outra, a exploração destes (já na condição de escravos). Assim, o produto teve um conteúdo político que remetia à intensa estrutura de dominação e exploração que se expressou tanto na empresa do tráfico quanto na sociedade escravista colonial (GUIMARÃES, 2005).

O consumo de aguardente se deu na sociedade colonial brasileira muito antes do século XVIII, quando os destilados invadiram o mercado europeu. É afirmado por Silva (1994 apud GUIMARÃES, 2005, p. 97-98) que

seria impossível imaginar o cotidiano das camadas menos abastadas da população sem as inevitáveis doses de cachaça, mesmo os escravos para quem a aguardente servia como aliado contra a fadiga do trabalho nas plantações e nos engenhos, e contra o frio das terras auríferas.

Diante desta breve incursão pela história, podemos perceber que o uso de álcool sempre esteve presente no contexto quilombola, com diversas finalidades, inclusive com um conteúdo político. Isto chama nossa atenção por este ser um fato bastante presente nos dias de hoje, em que as indústrias são regidas pela busca do poder e da obtenção do lucro com a comercialização do álcool.

No que se refere à juventude quilombola e o uso de álcool, não encontramos na literatura produções científicas sobre essa realidade, desse modo, a seguir resolvemos abordar questões presentes na literatura sobre jovens e uso de álcool de diversos contextos, sobretudo, o urbano, pois é onde existe uma alta concentração dos estudos sobre esta temática, ainda que nossa atenção esteja voltada para os/as jovens de comunidades rurais quilombolas. Consideramos importante, em nossas reflexões, visualizar os diversos contextos, pois compreendemos que a juventude quilombola não está isolada nas comunidades que habitam, pelo contrário, temos percebido que há uma grande circulação dos/as jovens quilombolas em outras localidades rurais e urbanas.

No que se refere ao uso de álcool entre os/as jovens, vários são os fatores apontados pela literatura (COFANI, 2012) como responsáveis pelo início e a continuidade do uso, diversão, curiosidade, influência dos/a amigos/a e/ou da rede familiar, o uso para esquecer os problemas, lidar com dificuldades cotidianas, como um instrumento de desinibição nas relações sociais, entre outros. O que vale salientar é que o uso de álcool pode ter vários significados, de acordo com os espaços onde é feito, e quem faz o uso. Ao realizar uma revisão da literatura sobre jovens e uso de álcool, temática que compõe sua dissertação de mestrado, Cofani (2012) encontrou que as explicações para o início do consumo dessa

substância pelos/as jovens vão desde a aceitação social do consumo, a falta de controle legal, as influências associadas a aspectos emocionais característicos dessa fase da vida e associadas a hábitos culturais, até os padrões de consumo da família dos/as jovens.

Cofani (2012), estudou o uso de álcool entre jovens de diferentes grupos sociais, de contextos e classes socioeconômicas diversas e constatou o que os/as jovens acham do consumo de bebidas alcoólicas, que é a valorização do álcool como fonte de prazer e de promoção da sociabilidade. E como diferenças, foi verificado que as idades de início foram mais precoces e as primeiras experiências de consumo ocorreram em locais desprotegidos, a exemplo de festas em locais públicos, quando considerados os/a jovens das classes menos favorecidas economicamente.

É pontuado por Uchôa (2011) que o uso do álcool tem igual incidência nas diversas classes sociais, o que revela que este fenômeno não está relacionado apenas a questões de classe, embora seja nas classes sociais menos favorecidas economicamente que os padrões de uso têm se apresentado com maior gravidade. Isto porque estes/as usuários/as, além da estigmatização, têm seu quadro agravado por não ter assegurado seus direitos básicos de cidadania.

Em uma pesquisa realizada por Silva (2006) sobre uso de álcool entre os jovens, estes colocaram como justificativas para a prática do consumo de álcool, a influência dos amigos, não ser gozado no grupo por não beber, o uso para se divertir, para sentir-se adulto. Como também a necessidade de beber para esquecer os problemas, ter autoconfiança para iniciar conversas e gostar do sabor.

De acordo com Zaleski e Lemos (2004, p.17), os diversos estudos realizados na última década confirmam que, de todas as drogas depressoras, a mais utilizada com fins recreacionais é o álcool, “o jovem, em especial, busca no álcool seus efeitos iniciais, relacionados a uma desinibição comportamental, certa euforia que se manifesta pela descontração e extroversão, seguida por uma sensação de relaxamento”. Tais fatores corroboram com o pensamento da Abramovay (2002, p.117) quando a mesma tece reflexões sobre o uso do álcool

existe uma multiplicidade de fatores associados que motivam o uso de bebidas alcólicas entre os jovens. Alguns estudos enfatizam que a atração pelo uso de bebidas alcoólicas decorre de uma curiosidade, o que se pode mesclar com o desejo de inserção social, de ser parte de uma comunidade de iguais, os amigos, ou com o simbólico rito de iniciação, sentir-se adulto.

De fato, tem sido percebido nos estudos que o uso de álcool pode ser tanto um símbolo da adultez como uma expressão da masculinidade. Mendoza (2004) constatou que o ato de consumir álcool faz parte do processo de socialização do homem e é aceito como componente integrante das expressões de masculinidade e da convivência entre amigos. Nesse sentido, os fatores que contribuem para o consumo dessa substância são o reforço grupal e o ato de beber como privilégio masculino, como uma forma de diversão e interação social, em alguns casos, na busca de reafirmar a independência, virilidade e liberdade para tomar decisões ou por querer imitar os adultos.

Os resultados descritos acima referentes ao estudo realizado por Mendoza (2004) remetem a questões de gênero, ou seja, as mulheres não podem beber, porque este é um comportamento estabelecido sócio e culturalmente para os homens, e estes para provarem sua masculinidade, desde cedo precisam iniciar a vida sexual e podem fazer uso de álcool. Alguns jovens são estimulados a realizarem o consumo pelos próprios pais quando alguns afirmam: “já é um homem, pode beber” (FREITAS, 2002, p.34). Este posicionamento da sociedade tem um peso na vida dos/a jovens que tem perdurado no decorrer dos tempos, sobretudo pelo estigma atribuído às mulheres que fazem uso, que em alguns espaços são “mal faladas” por consumirem essa substância.

Em uma revisão da literatura sobre gênero e bebidas alcoólicas, Moraes (2011) encontrou que no início do século XXI, houve um aumento no número de produções acadêmicas que examinavam as diferenças nos padrões de beber entre homens e mulheres em diferentes culturas e contextos. Os pesquisadores buscaram compreender que influências sociais e culturais poderiam estar relacionadas com um dado da realidade que vem ocorrendo, o aumento do consumo de bebidas alcoólicas entre as mulheres, principalmente entre as mais jovens, reduzindo assim o limiar de diferença nos padrões de consumo entre homens e mulheres (WHO, 2005).

Ainda no trabalho realizado por Moraes (2011), ela constatou que as pesquisas desenvolvidas em áreas que investigam a interação entre gênero, álcool e cultura têm sugerido quatro categorias de análise para explicar os diferentes padrões de consumo entre homens e mulheres; na primeira categoria são discutidas as relações de poder, a hipótese é que o uso do álcool aumenta o poder dos homens sobre as mulheres, e que o aumento do uso entre as mulheres pode estar ligado às mudanças sociais que têm permitido as mulheres desempenhar comportamentos antes destinados aos homens.

A segunda categoria refere-se à sexualidade, existe a expectativa que o álcool contribua para um melhor desempenho sexual, mas essas expectativas sempre estiveram mais relacionadas aos homens. As mulheres, pelo contrário, nesse sentido têm sido influenciadas a beberem menos como maneira de restrição da liberdade sexual das mesmas. A terceira categoria diz da exposição a situações de risco. É colocado que os homens bebem mais que as mulheres porque estão mais motivados a se exporem aos riscos. A quarta categoria fala sobre as responsabilidades sociais, visto que os homens e as mulheres são afetados de modos diferenciados no que se refere às responsabilidades que lhes são atribuídas; as responsabilidades que geralmente são assumidas pelas mulheres, particularmente em casa, podem ser a causa dessas (mais do que os homens) colocarem limites nos padrões de consumo do álcool (MORAES, 2011).

A literatura sobre gênero e álcool tem localizado um aumento gradativo de consumo de bebidas alcoólicas entre mulheres em diversas partes do mundo. Existe influência de fatores sócio-culturais na tomada de decisão para beber ou refrear o consumo, ou seja, homens e mulheres podem beber mais ou menos, dependendo das posições que lhes competem ou lhes são determinadas socialmente em diferentes contextos e culturas. Os processos históricos vividos, como a rápida urbanização, os processos migratórios e a globalização têm influenciado de modo relevante, principalmente os padrões de consumo entre as mulheres. Outra questão é que as mulheres jovens estão bebendo mais que as de antigamente e as mais velhas. Estes estudos também mostram que determinados perfis sócio-demográficos podem estar mais sujeitos a um consumo mais prevalente, como o fato de ter bom nível de escolarização, ser solteira, ter bons empregos e não ter filhos (MORAES, 2011). Mas, esse perfil muda de uma localidade para outra como pudemos observar nas comunidades rurais quilombolas que fazem parte do presente estudo, em que também encontramos muitas mulheres jovens que não estudam, por exemplo, e fazem uso abusivo de álcool.

Pôde-se perceber nas narrativas das mulheres participantes de um estudo realizado por Monteiro et al (2011) em uma comunidade da área rural de Teresina – PI, que a trajetória de vida das mulheres é permeada pela bebida alcoólica, desde a infância envolvidas em situações familiares de abuso de álcool, ora o pai como consumidor, ora a mãe como vendedora e/ou consumidora. Mas, muitas dessas mulheres usuárias de álcool não associam o uso prejudicial ao seu histórico de vida, relacionando a influência das amizades, condições de trabalho desfavoráveis, baixo custo e o fácil acesso à bebida alcoólica como motivação para beberem. O uso de bebidas alcoólicas expõe essas mulheres a situações de violência, muitas

vezes sem reconhecer como tal, provocando sofrimento aos filhos, além de ocasionar problemas como estresse e ansiedade. No relato de uma das participantes pode ser visto como no contexto estudado - comunidade rural - as experiências de consumo podem estar relacionadas com o uso de álcool de familiares:

Só quem bebia era meu pai. Chegava bêbado, dormia no mato. Um dia meu padrinho comprou 1 litro, aí ele bebeu e eu fui guardar o que sobrou. Eu olhei e pensei “meu padrinho bebeu, parece tão bom, vou é experimentar”, Eu enchi a boca, bebi quase um litro, eu tinha uns 10 anos (MONTEIRO et al, 2011, p. 569).

Muitos estudos relacionam o uso de álcool dos/as jovens ao comportamento dos pais que fazem uso das substâncias psicoativas, afirmam que quando os pais são bebedores assíduos, os filhos também poderão se tornar. Guimarães et al (2009) comentam que o uso de drogas pelos pais e outros familiares é certamente uma das grandes influências para que as adolescentes se tornem dependentes de drogas. A transmissão transgeracional da dependência é um tema de estudo frequente na literatura nacional e internacional. Pais que fazem uso de alguma droga servem de modelo tanto para meninos quanto para meninas na experimentação e no início do contato com álcool e outras drogas. No entanto, conforme ressalta Abramovay (2002, p.119)

embora deva-se atenção aos estudos que destacam a influência da família e, dentro desta a importância de alguns membros no processo de iniciação, cristalização, diminuição ou corte de hábito de consumir bebidas alcoólicas, há que se ter cautela com tal ênfase na família quando se discute o uso de drogas entre os jovens. É fundamental ficar atento para que estas constatações não culpabilize o grupo familiar pelo comportamento de uma geração cercada por diversas instituições e por diversos estímulos.

Outra questão relacionada à família é que, ainda que esta seja vista como forte fator de influência ao uso de álcool dos/as jovens, é também considerada o grupo social que tem um maior poder na proteção desses/as jovens ao não envolvimento dos mesmos/as com as substâncias psicoativas, a partir dos comportamentos apresentados, sobretudo pelos pais, e pelas relações que esses desenvolvem com os/as filhos/as, onde o diálogo e a participação na vida destes/as é considerado fundamental.

Na tese de doutorado de Romera (2008) em que foi abordada a relação juventude, lazer e uso abusivo de álcool, a autora constatou que a aproximação entre álcool e lazer é tão significativa quanto a relação existente entre álcool e violência, fatores que convidam a

refletir sobre as políticas de lazer, de propaganda, entre outras, no sentido de prevenir que a prática do consumo do álcool torne-se um problema.

Schlikmann (2003) ressalta que a ingestão de bebidas alcoólicas inicia-se precocemente, principalmente nas festas e na companhia dos amigos, sem grandes preocupações com os efeitos ou possíveis consequências de tais atitudes. E aponta para a importância de uma visão mais otimista e menos rotuladora dos/as jovens por parte dos adultos e para a necessidade de um trabalho preventivo ao uso de drogas, pautado nos sentimentos, nas expectativas, nas aspirações e no potencial criativo de cada jovem, dentro de uma concepção educativa destituída de mitos e preconceitos e alicerçada na afetividade.

Debatendo sobre o impacto da publicidade das propagandas de bebidas alcoólicas sobre o comportamento dos jovens, Pinsky e Jundi (2008) constataram que seja pela intensidade e frequência com que as propagandas bombardeiam o potencial ou atual consumidor, tornando-se quase onipresente, seja pelos efeitos neurocomportamentais consequentes à sua interferência nos circuitos emocionais, o certo é que a publicidade de bebidas alcoólicas é um dos importantes fatores influenciadores dos hábitos de consumo de álcool da população, em particular entre os mais jovens. Seu papel estratégico não pode e não deve ser menosprezado. Características como quão atraentes as propagandas são para esse segmento e sua exposição a elas relacionam-se com uma maior expectativa de consumo futuro e com um consumo maior e mais precoce.

Vale ressaltar que as propagandas podem influenciar o comportamento dos/a jovens, mas o uso de álcool possui diversos fatores envolvidos, e as propagandas por si sós, não possuem o poder de fazer com que os sujeitos façam uso das substâncias psicoativas.

Pechansky, Szobot e Scivoletto (2004) apontam para o fato de que o álcool é a substância mais consumida entre os jovens, e que a idade de início do uso é cada vez menor, o que aumenta o risco de uma futura dependência. Ressaltam ainda que o uso de álcool na adolescência pode aumentar a chance de envolvimento em acidentes, em brigas, e das práticas de sexo sem camisinha. O mesmo está fortemente associado à morte violenta de adolescentes, queda no desempenho escolar, dificuldades de aprendizado, prejuízo no desenvolvimento e estruturação das habilidades cognitivo-comportamentais e emocionais do jovem.

As consequências descritas acima advindas do uso de álcool nos lembra que além desse ser um fenômeno multidimensional, pensar sobre essa temática é um campo que precisa ser tensionado, pois se por um lado o uso de álcool pode ocasionar uma série de problemas,

em outro possui finalidades como por exemplo, ser um forte elemento socializador. É muito comum jovens e adultos se reunirem para tomar uma “cervejinha” e, a bebida nesse sentido funcionar como o elemento que propicia os encontros, e nestes as conversas, a troca de informações, os desabafos. Geralmente o uso acontece no tempo de lazer, uma vez que este representa um tempo e espaço mais liberado do controle e das regras sociais, portanto mais permissivo. Mas, o que queremos pontuar quando ressaltamos esse campo de tensão, é a necessidade de um olhar atento sobre as práticas de consumo, cientes de que este uso dependendo da forma como seja realizado pode ser prejudicial ou não.

As reflexões sobre juventude, lazer, emoções, riscos aqui apresentadas para discussão não têm a intenção de representar o ranço moralista e paralisante defendido por determinados segmentos sociais, mas, sim, contribuir para a necessidade de reflexões mais aprofundadas acerca da temática central e dos entornos que a acompanham.

Não se pode deixar de considerar também que o álcool proporciona prazer, que quando os/as jovens fazem o uso deste estão em busca de algo que lhes proporcione extroversão, sensações, e este é um fator que deve ser considerado tanto para compreender os significados do uso do álcool, como nas estratégias de prevenção ao uso abusivo. Crives e Dimenstein (2003) encontraram em um estudo realizado com usuários/as de substâncias psicoativas, que alguns desses/as atribuem um valor positivo às substâncias, pois trazem tranquilidade e sensação de bem-estar.

Podemos perceber que estão presentes no uso de álcool motivações e percepções de diversas ordens, bem como a associação do uso à classe social, à pobreza, aos estilos parentais, questões de gênero e sexualidade, que nos dão uma ideia da teia de significações presentes nessa temática e da necessidade de um olhar ampliado para a mesma.

2.1 O cenário sobre o uso de álcool e outras drogas

Em 2007, através do decreto nº 6.117, foi aprovada a Política Nacional sobre o Álcool, que contém princípios fundamentais à sustentação de estratégias para o enfrentamento coletivo dos problemas relacionados ao consumo de álcool. Contemplando a intersetorialidade e a integralidade de ações para a redução dos danos sociais à saúde e à vida, causados pelo consumo dessa substância, bem como as situações de violência e criminalidade associadas ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas na população brasileira (SENAD, 2007).

O anexo II da Política Nacional sobre o Álcool refere-se a um conjunto de medidas para reduzir e prevenir os danos à saúde e à vida, decorrentes de um uso abusivo de bebidas alcoólicas. Um dos itens sobre esse conjunto de medidas, o item 5 – diz da redução da demanda de álcool por populações vulneráveis. Neste é proposto que seja implementado o "Projeto de Prevenção do Uso de Álcool entre as Populações Indígenas", visando à capacitação de agentes de saúde e de educação, assim como das lideranças das comunidades indígenas, para a articulação e o fortalecimento das redes de assistência existentes nas comunidades e nos municípios vizinhos (SENAD, 2007).

O que nos chama a atenção neste item acima, é que em nenhum momento é feita referência à população quilombola, não só nesse anexo, mas na política como um todo. Há em alguns artigos referência aos indígenas e outros segmentos populacionais, mas sobre os/as quilombolas nada é falado. Ficamos nos indagando se esse fato advém do não conhecimento das práticas frequentes de uso de álcool nas comunidades quilombolas, do não conhecimento do modo de vida dessa população, e nos questionando o que faz essa população ser tão invisibilizada, pois a ausência nos princípios da política é mais um lugar onde os/as quilombolas não são contemplados, entre vários outros da sociedade.

Na Política do Ministério da Saúde para a Atenção integral a usuários de álcool e outras drogas (MS, 2004), constatamos também que não incluíram a realidade dos/as quilombolas como uma população que deve ser contemplada pelas estratégias de cuidado propostas pela política. Os indígenas são referidos nessa política, mas citados uma única vez de modo muito superficial. Sabemos, porém, que o uso de álcool na população indígena e na quilombola é algo que merece atenção e necessita de cuidados, conforme pudemos observar no presente estudo as repercussões negativas do uso abusivo de álcool nas comunidades quilombolas estudadas.

Segundo o Ministério da Saúde (2004) enfrentar o desafio de promover o desenvolvimento saudável da juventude requer a elaboração de políticas capazes de promover a atenção à saúde em todos os níveis de complexidade e a participação de todos os setores da sociedade. É preciso que as diversas populações sejam contempladas. A juventude indígena e a quilombola que fazem parte do segmento populacional considerado como povos tradicionais, quando não contemplados pelas políticas públicas são colocados/as à margem da sociedade, sendo desconsiderados os problemas sociais existentes nessas populações.

Existe uma grande discussão atualmente em torno do uso de crack, sendo muitas vezes deixada de lado a atenção ao uso de álcool e tabaco. Mas, ao contrário do que muitos/as

pensam, os dados encontrados em alguns estudos realizados têm revelado que mesmo que saibamos os danos que o uso de crack ocasiona, essa não é a principal substância usada pela maioria dos/as jovens brasileiros/as. De acordo com Galduróz et al (2004), as drogas mais utilizadas pelos/as jovens são o álcool, seguido pelo tabaco, depois os solventes, maconha, cocaína, crack, anfetamínicos, ansiolíticos, entre outros. Como se vê, são as drogas lícitas as substâncias mais utilizadas.

Outro fato importante que merece ser lembrado é que em 2011 houve o lançamento oficial da Política Nacional de Atenção aos usuários/as de álcool, crack e outras drogas, o chamado Plano de Enfrentamento ao crack, que tem gerado inúmeras preocupações em movimentos e entidades que trabalham e militam nos campos da Redução de Danos, luta antimanicomial, direitos humanos e direitos das crianças e dos adolescentes. O Plano Crack, como ficou conhecido, contém elementos que desrespeitam avanços já consolidados nas políticas públicas do país e traz ameaças aos direitos humanos e sociais dos/a usuário/as quando propõe a inclusão das comunidades terapêuticas, instituições religiosas que trabalham na lógica da moralidade e da segregação, e a possibilidade do uso de internações involuntárias compulsórias como centralidade do tratamento (GOMES; CAPPONI, 2011). Desse modo o direito dos sujeitos de escolher como querem viver, se usando ou não drogas, que tipo de drogas querem usar, de que modo, é cerceado.

Os fatores mencionados acima se tornaram uma preocupação para aqueles/as que trabalham com a perspectiva da Redução de Danos, pois, atualmente, essa abordagem está sendo utilizada para trabalhar a questão do uso abusivo de álcool e outras drogas e tem resultado em efeitos positivos. A Redução de Danos – RD constitui uma estratégia de abordagem das questões relativas ao uso das drogas, que não pressupõe a extinção do uso de drogas seja no âmbito do coletivo, seja no de cada indivíduo. A estratégia de redução de danos formula práticas que diminuem os danos para aqueles que usam drogas e para os grupos sociais com os quais convivem (CRUZ, 2006). No campo da prevenção, as estratégias de RD significa a utilização de medidas que diminuam os danos provocados pelo uso de drogas, mesmo quando os indivíduos não pretendem ou não conseguem interromper o consumo.

A redução de danos é uma política de saúde que se propõe a reduzir os prejuízos de natureza biológica, social e econômica relacionados ao uso de drogas, pautada no respeito ao indivíduo e no seu direito de consumir drogas. Ela é uma alternativa de saúde pública que se contrapõe ao modelo que julga a doença de uma perspectiva moral e criminal. A redução de danos reconhece a abstinência como um resultado ideal, mas aceita alternativas que reduzam

os danos, ou seja, se a pessoa não consegue ficar abstinência, ela tem alternativas no sentido de reduzir os prejuízos relacionados ao consumo das substâncias psicoativas. Essa política também promove o acesso a serviços de baixa exigência como alternativa de inclusão e a autonomia dos sujeitos, permitindo-lhes participar ativamente de todo o processo (SILVEIRA, D., 2013)⁴.

O histórico internacional sobre a Redução de Danos mostra que essa ganhou força, sobretudo em Amsterdã e Liverpool, a partir da década de 1980, e foi inicialmente uma resposta de saúde pública para a disseminação dos vírus da hepatite e da AIDS. A primeira estratégia de redução de danos foi à troca de seringas, e a partir daí uma gradual disseminação das ideias e de outras estratégias. Em 1989, foi implementado o primeiro Programa de Troca de Seringas no Brasil, em Santos, por Fábio Mesquita, que quase foi preso em decorrência dessa iniciativa. Em 1992, Tarcísio Andrade desenvolve o primeiro programa na Bahia. Em 1995, O Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN e o CN/DST/AIDS deram intenso apoio aos Programas de Redução de Danos (PRDs) para estimular o combate ao vírus da AIDS. Ressaltamos ainda a realização da Conferência Internacional de Redução de Danos em São Paulo em 1998, a qual trouxe ampla visibilidade para o problema das drogas (SILVEIRA, D., 2013).

Para melhor compreender a Redução de Danos, destacamos alguns exemplos dessa estratégia, além da troca de agulhas e seringas, bem como a disponibilização desses materiais em locais adequados, outra forma de redução de danos é o tratamento de substituição de uma droga por outra que ocasione um menor dano na esfera biopsicossocial da vida do sujeito. Em relação ao consumo de álcool, várias medidas de redução de danos são utilizadas a exemplo da campanha de prevenção, “Se beber, não dirija”. Nesse caso, a proposta é de redução de danos, pois o que se sugere não implica abstinência. Outros exemplos em relação ao álcool são os projetos de treinamento para funcionários de bares e a limitação de quantidade de bebida vendida por pessoas em estádios na Austrália. Há ainda outras modalidades de redução de danos como a disponibilização de cachimbos para uso de *crack*, a oferta de ambientes arejados e água em festas/baladas para evitar os problemas decorrentes do uso de ecstasy e outras substâncias (SILVEIRA, D., 2013).

É importante ressaltar que as estratégias de RD não são contraditórias com a utilização de ações no sentido de diminuir a oferta e o consumo de drogas, porém são opostas

⁴ Chamamos aqui atenção para o fato de estamos usando neste estudo, dois autores que têm o mesmo sobrenome e o mesmo ano de publicação, então colocamos ao lado a inicial do primeiro nome para melhor identificá-los.

às posturas proibicionistas que se propõem a resolver os problemas relacionados ao uso das substâncias psicoativas pela proibição geral.

A proibição do uso de drogas gera um discurso aterrorizador das drogas, que pode conduzir a ocultação do assunto, dificultando o diálogo entre os/as jovens, e os seus familiares e educadores. A proibição complica também a assistência e o tratamento eventualmente necessário, funcionando tanto como fator inibitório a sua procura, por implicar revelação da prática de uma conduta tida como ilícita. O que pode ocasionar trágicas consequências, como em episódios de *overdose* em que o medo dessa revelação paralisa os companheiros de quem a sofre, impedindo a busca do socorro imediato, quanto como fator de preconceitos até mesmo por parte de muitos profissionais da saúde, que, dominados pelo discurso estigmatizante e demonizador das drogas e de quem as consome, ainda desconhecem ou resistem a aderir as mais eficazes ações terapêutico-assistenciais fundadas no paradigma da redução de danos (SILVEIRA, D., 2013).

A respeito da psicologia na intervenção ao uso de álcool e outras drogas Dalla Déa et al (2004) apontam que é muito importante a atuação do/a psicólogo/a nessa área, devido à necessidade de ser desenvolvido trabalhos preventivos e o diálogo com profissionais de outras áreas em equipes multidisciplinares voltadas para a promoção de saúde, bem como no desenvolvimento de estratégias de intervenção para os/as usuários de álcool e outras drogas.

No presente estudo buscamos investigar os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas e vimos que para compreender esses significados é importante também refletirmos sobre o que vem acontecendo nos debates sobre uso de álcool e outras drogas no Brasil, a fim de entendermos o lugar que é atribuído às substâncias psicoativas nesse cenário. Pensando no aspecto cultural do uso nas comunidades quilombolas vislumbramos ações redutoras de danos do uso de álcool para essa população.

3 REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS

Nosso estudo situa-se no âmbito da Psicologia Social, tendo como perspectiva epistemológica o construcionismo social, que considera que as ideias, as lembranças e os conceitos emergem no intercâmbio social. Os/as construcionistas focalizam sua atenção nos processos microssociais, defendendo a compreensão humana a partir da esfera relacional (CASTANÔN, 2004). Nesta perspectiva a linguagem é uma forma de ação. Quando as

peças falamos umas com as outras o mundo é construído, e por isso a linguagem não é apenas um veículo passivo, é movimento, é construção de significados que variam em função dos contextos (NOGUEIRA, 2003). Assim, buscamos compreender os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas e percebemos que estes são diversos e estão relacionados com as situações juvenis e com os espaços relacionais em que estes usos são feitos. Para alcançar esse objetivo, realizamos uma pesquisa qualitativa de inspiração feminista. A seguir são apresentadas algumas considerações sobre as pesquisas feministas.

3.1 As pesquisas feministas

As ciências sociais, durante anos, fizeram uso dos discursos sobre a objetividade como pilar para garantia da produção de discursos científicos independentes, verdadeiros e universais. De modo que o conhecimento científico produzido foi considerado ao longo dos anos autônomo da pessoa que o produzia, o que lhe propiciava um rigor inquestionável. As abordagens positivistas da ciência, cujo legado se mantém visível nas metodologias de investigação científica atuais, sempre enfatizou que os/as pesquisadores/as buscassem a neutralidade em todo o processo da pesquisa e de interpretação dos dados dessa provenientes. O ideal do/a cientista competente seria compatível com a imagem do/a cientista despido/a de suas crenças, valores e ideologias, e desatento aos fatores socioculturais e políticos dos/as atores/atrizes com os/as quais interagia (NEVES; NOGUEIRA, 2005).

Essa tendência de excluir o social e o conjuntural das formulações do conhecimento, associada à crença no controle da objetividade, fez com que surgisse por parte de novas correntes epistemológicas, o construcionismo social, o construcionismo radical, o feminismo crítico e o pós-modernismo; além de uma série de críticas ao positivismo e às abordagens estruturalistas e essencialistas. Críticas essas que surgiram a partir de novas formas de ler e construir a realidade e os discursos dos/as seus/suas agentes (NEVES; NOGUEIRA, 2005).

Desde os anos 70 as críticas feministas direcionadas a universalidade enfatizada pelas ciências sociais teve como foco dois aspectos: o metodológico e o sócio-estrutural. Ambos têm permitido observar a responsabilidade que os/as investigadores/as possuem no exercício de suas tarefas de investigação. Este pressuposto da responsabilidade para Neves e Nogueira (2005) está diretamente relacionado com a adoção da reflexividade na produção científica.

A reflexividade, ao se constituir como um exercício e um instrumento de reflexão crítica, precisa estar presente em vários níveis:

1) Na identificação do exercício de poder, das relações de poder e dos seus efeitos no processo de investigação; 2) Na análise da teoria particular do poder que permite uma conceptualização particular das relações de poder (escondidas ou não), 3) No reconhecimento dos julgamentos éticos que enquadram a investigação e definem os limites dos valores partilhados e dos interesses políticos (isto pressupõe uma reflexão acerca de possíveis danos que possam resultar da investigação e de como isto pode ser evitado) e finalmente 4) na responsabilidade pelo conhecimento que é produzido (RAMAZANOGLU; HOLLAND, 2002 apud NEVES; NOGUEIRA, 2005, p.10).

Em relação à responsabilidade do conhecimento produzido e refletindo sobre a busca da objetividade pela ciência de caráter positivista, Donna Haraway (1995) tece algumas considerações sobre esse modo de produção do conhecimento, em que os/as pesquisadores/as não se colocam como parte do processo de produção. Ao falar sobre a objetividade feminista a referida autora, afirma que esta “trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. De modo que podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver”. Pontua ainda que o conhecimento precisa ser situado e corporificado, contra as várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis e, portanto, irresponsáveis. Irresponsável, nesse contexto “significa incapaz de ser chamado a prestar contas” (HARAWAY, 1995, p.21).

D. Haraway (1995, p.24) critica também a ciência que busca a "igualdade" de posicionamento e enfatiza que nas ideologias de objetividade, “o relativismo é o perfeito gêmeo invertido da totalização; ambos negam interesse na posição, na corporificação e na perspectiva parcial; ambos tornam impossível ver bem”. O relativismo e a totalização são, ambos, "truques de deus", prometendo, igualmente e inteiramente, visão de toda parte e de nenhum lugar, mitos comuns na retórica em torno da Ciência. Mas, é precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica, objetiva, firme e racional. Assim, como muitas outras feministas, a autora mencionada acima argumenta a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver.

Os saberes localizados para D. Haraway (1995, p.36) requerem que o objeto do conhecimento seja visto como “um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um

recurso, e, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento ‘objetivo’”.

As metodologias de investigação feminista resgatam o valor da reflexão e da crítica subjacente à avaliação dos efeitos da dimensão relacional e social na produção dos discursos científicos. O que pode ser esperado com o uso desse tipo de metodologia é a oportunidade de nos tornarmos mais conscientemente reflexivos. Isto representa pensar sobre o nosso próprio pensamento, constatar e criticar os nossos próprios pré-entendimentos epistemológicos e os seus efeitos na investigação, e em todo o percurso da pesquisa (NEVES; NOGUEIRA, 2005). Em nossa pesquisa buscamos realizar esse movimento de reflexividade na construção dos dados, antes e durante o contato com os/as colaboradores do estudo e também nos momentos de escrita. Percebemos que esta não é uma tarefa fácil e que exige de nós pesquisadoras/es toda uma atenção, auto-observação em todo o processo e, antes de tudo, que estejamos cientes do lugar em que nos encontramos enquanto pesquisadoras/es.

Um dos lugares que partimos, conforme referimos acima, para a construção deste estudo é a Psicologia Social, pensando em uma pesquisa de inspiração feminista neste âmbito. A ciência psicológica foi alicerçada com base em elementos androcêntricos, classistas, etnocêntricos e heterossexistas e, por consequência, notoriamente elitistas (NEVES; NOGUEIRA, 2005). O desenvolvimento de metodologias feministas na Psicologia fez com que fossem propostas revisões profundas na forma como a investigação é conceitualizada, conduzida e pensada. Desse modo torna-se importante tecermos algumas considerações sobre os estudos de gênero e feminismo(s) na Psicologia Social, lugar de que partirmos para realizar algumas reflexões neste estudo.

3.2 Estudos de gênero e feminismo(s) na Psicologia Social

O construcionismo assume o gênero como uma construção social, um sistema de significados que se constrói e se organiza nas interações e que governa o acesso ao poder e aos recursos. Não é por isso um atributo individual, mas uma forma de dar sentido às interações, de modo que não existe nas pessoas, mas sim nas relações sociais. O gênero é uma ideologia dentro da qual as diferentes narrativas são criadas, e pode ser concebido apenas como o termo dado a um conjunto de interações comportamento-meio envolvente, que concordamos caracterizar para os membros de um sexo (NOGUEIRA, 2003).

A teórica feminista Joan Scott (1998, p.115)⁵ em uma entrevista para a Revista de Estudos Feministas, explicou ao que se refere quando fala de gênero:

quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.

Assim, a noção de gênero foi consolidada na expressão relações de gênero, e representa a aceitação de que a masculinidade e a feminilidade transcendem a questão da anatomia sexual, remetendo a redes de significação que envolvem diversas dimensões da vida das pessoas, e comporta a permanente interdependência entre o biológico e o psicossocial em cada cultura específica (TRAVERSO-YEPEZ; PINHEIRO, 2005).

Conceição Nogueira (2003, p.21) pontua que “os processos relacionados com o gênero influenciam o comportamento, os pensamentos e os sentimentos dos indivíduos, afetam as interações sociais e ajudam a determinar a estrutura das instituições sociais”. Vale salientar que este é um modo de pensar sobre gênero a partir da perspectiva construcionista social, e esta se diferencia das perspectivas essencialistas.

Os modelos essencialistas assumem o gênero em termos de atributos internos e persistentes, mas separados das experiências de interação que se vão sucedendo nos contextos diários, sócio-políticos da vida (NOGUEIRA, 2003). A perspectiva construcionista, por sua vez, aponta para a constituição do gênero nas relações sociais, e são estas que tem um papel extremamente importante no modo de vivência de homens e mulheres, em que inclui a relação destes/as com a sexualidade, o trabalho, o uso de álcool e outras drogas, entre diversos fatores.

O pensamento feminista, como expressão de ideias que resultam da interação entre desenvolvimentos teóricos e práticas do movimento feminista não se constitui de modo unificado. No entanto, apesar das importantes diferenças presentes nas diversas vertentes desse pensamento, as abordagens desenvolvidas, após finais da década de 1960, compartilham algumas ideias centrais. Em termos políticos, consideram que as mulheres ocupam lugares

⁵ Entrevista realizada por GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen.

sociais subordinados em relação aos “mundos masculinos”, ainda que, a subordinação feminina seja pensada como algo que varia em função da época histórica e do lugar do mundo em que se estude. Mas, conforme pontua Piscitelli (2004) esta é considerada universal, na medida em que parece ocorrer em todas as partes e em todos os períodos históricos conhecidos.

A mudança necessária à plena igualdade foi sempre o objetivo central das várias teorias e movimentos feministas ao longo do tempo, apesar do próprio conceito de feminismo ter sido sempre muito controverso, dando origem a diferentes posturas que ainda coexistem e que inclusive, confundem as pessoas acerca do seu objetivo central.

Algumas explicações sobre a subordinação feminina são fornecidas pelo feminismo socialista e pelo feminismo radical, o primeiro orienta-se pela ideia de que a divisão de trabalho baseada no sexo implicou desigualdade ou opressão sexual apenas no momento em que surgiram as classes sociais alicerçadas na propriedade privada, assim a exploração de classe poderia ser superada através da instauração de uma sociedade sem classes. Já o feminismo radical, acredita que os papéis desempenhados por homens e mulheres na reprodução da espécie são fatores fundamentais de onde derivam as características que tornam possível a dominação que os homens exercem (PISCITELLI, 2004). De um modo ou de outro o que se percebe é a existência da opressão e desigualdade em relação às mulheres.

Ainda sobre o movimento feminista é possível identificar a existência de outros períodos: o primeiro que se situa em meados do século XIX, o segundo associado aos movimentos do pós Segunda Guerra Mundial e o terceiro, atual, que muitos designam por pós-feminismo, caracterizada por fenômenos como o do *Backlash*⁶.

No primeiro momento, o feminismo teve como principais causas (históricas, políticas e sociais) desencadeadoras, a Revolução Industrial, no primeiro momento, e as duas grandes guerras no segundo. As principais reivindicações deste período foram essencialmente pelo direito ao voto, pelo qual o movimento sufragista se caracterizou e pelo acesso ao estatuto de ‘sujeito jurídico’. As duas grandes guerras mundiais também tiveram importância para o movimento do feminismo e para a posição social das mulheres em geral. Uma vez que os homens estavam na guerra era solicitado às mulheres que desempenhassem muitas das funções até então atribuídas aos homens (NOGUEIRA, 2001a). Mas, algumas feministas

⁶ Esse termo surgiu inicialmente nos meios de comunicação social, associado a escritores opositores do feminismo; estes sugeriam que se o feminismo fosse longe demais haveria um *backlash* por parte dos homens, ou seja, um retorno aos valores tradicionais, aos papéis sexuais (NOGUEIRA, 2001a).

chamam atenção que esse momento não se configura como autonomia das mulheres, nem o início da mudança da posição de submissão. As atividades que as mesmas estavam realizando foram muito pontuais devido ao momento que estava sendo vivenciado.

Nesse período do feminismo é possível perceber que a luta pela inclusão das mulheres não se apresenta como alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs. Esta parece ser a face bem-comportada do feminismo brasileiro (PINTO, 2003).

O segundo momento do feminismo aconteceu em um período histórico de mais ou menos duas décadas, que representou uma época de grande atividade e inovação. A euforia empresarial resultante da explosão econômica posterior ao pós-guerra e o rápido e consequente aumento dos padrões de vida em alguns países, proporcionou às mulheres e ao seu trabalho, uma imagem diferente. As mulheres foram chamadas a participar do mercado de trabalho, um convite distinto daquele feito durante a segunda guerra mundial, quando lhes foi solicitado um tipo de trabalho circunstancial (NOGUEIRA, 2001a).

Outra inovação que teve um impacto na vida das mulheres foi à invenção da pílula contraceptiva; esta possibilidade de controle sobre as suas vidas e os seus corpos proporcionou um sentimento de liberdade até então nunca sentido. Mas, em meados da década de 80, o feminismo começou a ficar “fora de moda”, e esta informação foi sistematicamente veiculada pelos meios de comunicação social, que referiam que as populações mais jovens estavam completamente indiferentes ao feminismo e às lutas que tiveram de ser travadas no passado. Esta é apenas uma das razões entre muitas para se designar o terceiro período, por pós-feminismo (NOGUEIRA, 2001a).

No terceiro momento do feminismo aconteceram os protestos realizados pelas mulheres na Europa ocidental, assim como no mundo, foram inicialmente contra as injustiças e as desigualdades legais, políticas e socioeconômicas. Formalmente esses objetivos foram conseguidos, mas persiste a distância entre a igualdade legal formal e política, e a prática no dia-a-dia. Os direitos e os princípios mantiveram-se teóricos, especialmente em termos socioeconômicos e no que diz respeito às vidas privadas das mulheres. Nesse período algumas mulheres tinham receio em afirmar ser feminista, devido o surgimento do *backlash*, movimento reativo contra o feminismo (NOGUEIRA, 2001a).

Diante deste contexto, é importante refletirmos sobre como a psicologia social e os estudos de gênero em particular foram se posicionando relativamente à questão da igualdade entre os sexos assim como às mudanças que aconteciam no seio dos movimentos feministas.

Na psicologia sempre existiu uma grande resistência relativa à aceitação do feminismo no que diz respeito aos paradigmas teóricos, possivelmente devido à ênfase positivista que dominou a disciplina, visto que a mesma se fundamentava na neutralidade e na objetividade. Assim, assumir o feminismo na ciência psicológica seria assumir a sua não neutralidade. O conhecimento científico segundo a perspectiva da ciência moderna supõe-se ser neutro, objetivo, a partir de uma postura dos/a pesquisadores/as distanciada do que está sendo produzido, não associada aos valores sociais e culturais dos/as mesmos/as. Essas são algumas das críticas da Psicologia ao feminismo, já que esse tem uma posição oposta ao que preconiza a ciência moderna (NOGUEIRA, 2001a).

As primeiras críticas à psicologia e ao estudo das diferenças sexuais em particular surgiram na segunda onda do feminismo. A psicologia iniciou seus estudos sobre gênero focalizando as diferenças entre os sexos, buscando na biologia as causas das distinções sociais e de comportamento entre homens e mulheres. Galton, ao desenvolver estudos que deram origem a psicologia diferencial e à psicomетria, foi um dos pioneiros que procurou identificar as potencialidades físicas e intelectuais dos seres humanos (GALINKIN; SANTOS; ZAULI-FELLOWS, 2011).

A grande importância dada pela Psicologia às diferenças individuais fez com que aquelas entre homens e mulheres fossem atribuídas a fatores de ordem biológica e reforçaram os lugares destinados às mulheres, ou seja, a esfera familiar e as relações de suporte afetivo. Na psicologia, as feministas desafiaram o que conhecemos acerca de homens e mulheres, questionando os resultados das pesquisas convencionais que contribuíram largamente para a afirmação das diferenças. Quando a psicologia se separou da filosofia, a ciência psicológica adotou um pendor predominantemente biológico que impunha a utilização de métodos experimentais e psicométricos para a medida das diferenças individuais.

Mesmo com o determinismo biológico sendo questionado, as explicações biológicas continuaram sendo aceitas por alguns psicólogos como forma de compreender as diferenças nas habilidades e comportamentos humanos entre os sexos, aplicando-se, também, às raças e, por conseqüências, naturalizando as desigualdades sociais (GALINKIN; SANTOS; ZAULI-FELLOWS, 2011). O discurso da diferença contribuía para reproduzir as relações de

poder existentes, já que as ideias acerca da diferença não entram no discurso público de forma neutra.

Foi na década de 1970 que o conceito de gênero começou a ser utilizado pelas teóricas feministas, e questões como classe social, raça/etnia, antes desconsideradas passam a compor as discussões e análises sobre gênero, na busca de desessencializar a categoria mulher. Pesquisas na psicologia social passaram a contemplar essas questões (GALINKIN; SANTOS; ZAULI-FELLOWS, 2011). Para Donna Haraway (2004), assim como para Saffioti (2005), o conceito de gênero como norteador das discussões feministas ganhou relevo com o trabalho de Gayle Rubin (1975) “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo”. Nesse texto, ela propôs um deslocamento de análise do termo patriarcado para compreender as formas como o sistema sexo/gênero foi produzindo modos de nos constituirmos como sujeitos.

As feministas insistiram no reconhecimento e na afirmação do sexismo, no desenvolvimento de hipótese e nos procedimentos adotados para testá-las, na reivindicação de expansão da área de pesquisa de forma a incluir um enfoque na experiência das mulheres, e na necessidade de se estudar as consequências da dominação masculina para o desenvolvimento pessoal e para a interação social. A perspectiva feminista na psicologia originou o levantamento de novas questões, a introdução de novos conceitos, modelos e problemas, uma ênfase no significado do gênero em termos do seu valor como estímulo, como prescrição de papel e relação de poder (NOGUEIRA, 2001a).

Mas, conforme ressalta Perucchi (2009, p.1)

a inserção do conceito de gênero na psicologia social não se processou de modo consensual e unânime, muita desconfiança e descrédito marcou sua trajetória. As psicólogas sociais feministas que introduziram o conceito nas universidades brasileiras eram comumente acusadas de estarem aderindo a um “modismo” acadêmico e criando guetos nos espaços de produção de saber.

As feministas teóricas assim como outros teóricos sociais desafiaram muitas das afirmações modernistas da psicologia, incluindo o seu essencialismo, individualismo e a sua crença no positivismo. O conhecimento científico necessita ser compreendido como poder social, não como leis universais ou parcelas de afirmação de verdade. Se a ciência for compreendida em termos sociais e relacionais, as oportunidades práticas para a pesquisa feminista poderão ser exploradas.

As psicólogas sociais feministas assumem que o conhecimento é parcial, contextual e experiencial, rejeitando as propostas que qualificam como essencialistas, diferencialistas. Partem de um referencial teórico dialógico e construcionista em suas análises, e rejeitam o indivíduo como unidade básica de análise, focalizando as interações sociais e negando a distinção entre sujeito e objeto nas pesquisas (GALINKIN; SANTOS; ZAULI-FELLOWS, 2011).

A partir da perspectiva feminista e dos estudos de gênero na psicologia social refletimos sobre os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas e, para isso buscamos subsídios nas categorias de articulação ou interseccionalidade para uma melhor compreensão desse fenômeno, visto concordarmos com algumas autoras (BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008) que pontuam a existência de uma multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeia o social. A perspectiva interseccional usada nesse estudo possibilitou a percepção da existência das desigualdades, mas principalmente seus desdobramentos a partir do efeito do cruzamento entre diversos marcadores.

Algumas autoras optam pelo uso de um dos termos (categorias de articulação ou interseccionalidade), outras utilizam alternativamente ambos (PISCITELLI, 2008). O conceito de interseccionalidade tem sua origem nas décadas de 1970 e 1980, junto às feministas negras norte-americanas, que questionaram o suposto universalismo da categoria “mulher”. Entretanto, foi mais recentemente que outra feminista negra norte-americana, Kimberlé Crenshaw (2002), apresentou uma formulação mais elaborada deste conceito. Discorreremos a seguir sobre as noções existentes acerca da interseccionalidade.

3.3 Interseccionalidade

O debate sobre interseccionalidade e/ou categorias de articulação revelam que diferentes perspectivas utilizam os mesmos termos para referir-se à articulação entre diferenciações, mas essas mudam de acordo com as concepções de diferença, poder e agência utilizadas. Adriana Piscitelli (2008) aborda duas perspectivas no debate sobre as interseccionalidades, as leituras sistêmicas e as abordagens construcionistas.

A interseccionalidade voltada para a abordagem sistêmica busca revelar o poder unilateral das representações sociais e as consequências materiais e simbólicas para os grupos atingidos pelos sistemas de subordinação. Uma das principais autoras que trabalha com essa

perspectiva é Kimberlé Crenshaw, que tem buscado desenvolver recursos com o objetivo de formular políticas que evitem a violação dos direitos humanos das mulheres.

A interseccionalidade segundo a perspectiva de Crenshaw (2002, p.177)

é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

As leituras críticas sobre interseccionalidade consideram a leitura de Crenshaw expressiva de uma linha sistêmica, que destaca o impacto do sistema ou a estrutura sobre a formação de identidades. Já na abordagem construcionista, o trabalho com a noção de articulação é entendida como prática que estabelece uma relação entre elementos, de maneira que as identidades se modificam como resultado das práticas articulatórias.

A partir da metáfora de encontro de avenidas a autora, Crenshaw (2002), explica o que está chamando de conceito de interseccionalidade. Os eixos de poder – raça, etnia, classe, gênero – se cruzam. “As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas estas vias” (CRENSHAW, 2002, p.177). O indivíduo sujeito à interseccionalidade, nas descrições da autora, torna-se equivalente a um “pedestre” no encontro destas várias avenidas, sofrendo os danos causados por impactos vindos de outras direções. Portanto, o conceito de interseccionalidade utilizado por Crenshaw destaca as desvantagens, vulnerabilidades, opressões e desempoderamento sofridos dinamicamente pelas mulheres, que se encontram em dois ou mais pontos de encontro dos eixos de poder.

Na abordagem construcionista, “os marcadores de identidade, como gênero, classe ou etnicidade não aparecem apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes, esses oferecem simultaneamente, recursos que possibilitam a ação” (PISCITELLI, 2008, p. 268). Nessa segunda linha de abordagem podemos encontrar Mcklintok (1995) e Brah (2006), esta última, após uma trajetória transitando por diversos contextos, se envolveu no trabalho com a articulação entre gênero, raça, etnicidade e sexualidade, no feminismo negro na Inglaterra. Pensamos que seja importante considerar as interseccionalidades a partir

de questões estruturais da sociedade, pois estas tem um peso grande na constituição dos sujeitos, mas também como algo que não é estático, que nas interações dos diversos marcadores que produzem desigualdades são responsáveis pelas mudanças nos modos como os sujeitos se constituem.

Adriana Piscitelli (2008, p.269) pontua que as interseccionalidades permitem “pensar como construções de diferença e distribuições de poder incidem no posicionamento desigual dos sujeitos no âmbito global”. Essa produtiva valorização das categorias diferença e poder implicaria uma secundarização relativa da categoria gênero, que no pensamento feminista assumiu lugar central nas últimas décadas, obscurecendo ou subordinando outras formas de diferenciação que produzem desigualdades e opressão. Assim, as categorias de articulação e/ou interseccionalidades buscam

oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos (PISCITELLI, 2008, p. 269).

Focalizar a interseccionalidade é considerar um olhar ampliado para as diferenças entre mulheres e homens, mulheres-mulheres, homens-homens, e neste estudo buscamos compreender como estas diferenças repercutem na significação do uso de álcool. Vale salientar que há um reconhecimento crescente de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero. E fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação (CRENSHAW, 2002).

Patrícia Matos (2011, p.2) chama a atenção para o que as autoras da teoria da interseccionalidade colocam como desafio, desenvolver um conceito e métodos de pesquisa que permitam responder à questão: “como evitar a sobreposição de categorias de diferenciação, simplificando e obscurecendo o diagnóstico a respeito da relação entre as causas e os efeitos das desigualdades sociais”? E este de fato tem se mostrado como um desafio para o trabalho a partir da interseccionalidade, pensar os marcadores de diferenciação que produzem desigualdades de modo inter-relacionadas e não como sobreposição de desigualdades.

Em relação às categorias de articulação e corroborando com as autoras que consideram a importância de trabalhar com a interação entre as categorias de diferenças, Avta Brah (2006, p.351) pontua que “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como variáveis independentes porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela”. Por isso, tais fatores estão sendo considerados nesse estudo. É importante ressaltar que os/as jovens quilombolas fazem parte de uma parcela da sociedade em que as oportunidades de educação, trabalho e saúde são escassas, as situações de discriminação e estigmas comumente se fazem presentes, formando uma série de questões que vem a favorecer a vulnerabilidade dessa população a vários fatores. Desse modo, para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais, de gênero, e de classe, que são parte da estrutura, têm que ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação (CRENSHAW, 2002).

A teoria da interseccionalidade pretende examinar como as várias categorias (social e culturalmente construídas) interagem em múltiplos níveis para se manifestarem em termos de desigualdade social. Os modelos clássicos de compreensão dos fenômenos de opressão dentro da sociedade, como os mais comuns baseados no gênero, na raça/etnia, na classe, na religião, na nacionalidade, na orientação sexual, não agem de forma independente uns dos outros; pelo contrário, essas formas de opressão interrelacionam-se criando um sistema de opressão que reflete a intersecção de múltiplas formas de discriminação (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2010).

María Rodrigo e Raquel Ordaz (2012, p.87) refletindo sobre a interseccionalidade faz uso de vários autores para afirmar que

la interseccionalidad como el efecto multidimensional de la confluencia de las formas de estratificación del género, raza, etnia, clase y otras categorías que se expresan tanto en la vida cotidiana como en prácticas sociales, y cuyas intersecciones se basan en relaciones de poder y que pueden dar como resultado relaciones de desigualdad (GUZMÁN ORDAZ, 2011). Es decir, puede delimitarse como un paradigma que analiza las conexiones entre las estructuras de género, raza, etnia y clase, y cómo la interacción de estas estructuras puede producir un contexto complejo de desigualdad (ANDERSEN, 2006). Partiendo de esta conceptualización podemos decir que a nivel teórico la interseccionalidad ha transformado el debate sobre género (SHIELDS, 2008), de manera que el género puede ser mejor comprendido en el contexto de relaciones de poder imbricadas con otras divisiones sociales (COLLINS, 2006).

As autoras referidas acima (RODRIGO; ORDAZ, 2012) fazem uso da noção de interseccionalidade para debaterem sobre o uso de álcool e outras drogas, e ressaltam que essa perspectiva oferece uma base multidimensional para dar conta da complexidade desse fenômeno

La aplicación de este enfoque interseccional al ámbito del estudio de los usos de drogas supone también analizar cómo los mecanismos de subordinación como el androcentrismo, el sexismo, el heterosexismo, el clasismo, el etnicismo, el racismo, entre otros, interactúan generando efectos únicos en las experiencias de los usuarios y usuarias de drogas. En esta dinámica, son especialmente decisivos la (re)producción y el reforzamiento de prejuicios y estereotipos sobre las personas y los grupos que usan drogas, generando nuevos procesos y relaciones de desigualdad. (...) Se considera igualmente los puntos de vista referentes a la familia, la salud o la moralidad asociados a los usuarios y usuarias de drogas, legitimando la criminalización y la medicalización de tales prácticas y de quienes las llevan a cabo. En conexión a esto, podríamos aplicar la noción de “estigma interseccional” (SIMIEN, 2007) para entender cómo se produce la modulación según diferentes puntos de intersección de desventaja y privilegio así como sus efectos en las experiencias de las usuarias y usuarios de drogas (RODRIGO; ORDAZ, 2012, p.89).

Considerando os marcadores que produzem opressão e desigualdade, e como mencionado acima os efeitos destes na vida dos/as usuários/as de álcool, e assumindo a teoria da interseccionalidade como perspectiva para a compreensão deste fenômeno entre os/as jovens quilombolas, é possível apresentarmos reflexões, que serão sempre "provisórias" e não generalizáveis sobre os significados do uso de álcool para homens e mulheres jovens. Trabalhar com o conceito de interseccionalidade, é reconhecer a abertura de análises sociais comprometidas com a luta contra as diversas formas de opressão que constituem o atual contexto globalizado.

Todavía, é importante reconhecer que nem sempre estas categorias sociais de diferenciação, sobretudo classe, raça e gênero, atuam como fontes de desempoderamento. Ao contrário, a depender do contexto social, classe, raça e gênero podem atuar como fontes de projetos decoloniais⁷, engendrando lutas e resistências. Se classe, raça e gênero são considerados eixos de poder, é oportuno trazer à lembrança as considerações foucaultianas:

⁷ A colonialidade do poder, entendida como um padrão de poder que se constitui com o sistema-mundo moderno/colonial, engendrou simultaneamente lutas e resistências. Em outras palavras, as populações subalternizadas e colonizadas podem não se sujeitaram passivamente ao padrão de poder que as inferiorizam, ao contrário, elaboram projetos de resistência e de ressignificação da vida, os projetos considerados decoloniais (BERNARDINO-COSTA, 2013).

“poder não é uma propriedade, senão uma relação. As relações de poder se alteram constantemente, surgindo novos conflitos e novos pontos de resistência, conseqüentemente, produzindo novos sujeitos” (BERNARDINO-COSTA, 2013, p.51).

Desse modo, o conceito de interseccionalidade pode ser utilizado não somente para enfatizar uma dimensão negativa, de opressão e desempoderamento, como enfatiza Crenshaw (2002), mas pode também ser utilizado para pensar a emancipação e a mobilização política. Sobre isso Bernardino-Costa (2013) cita, como exemplo, a trabalhadora doméstica não sindicalizada que em seu ambiente de trabalho encontra-se vulnerável aos eixos de opressão de classe, raça e gênero, mas quando acontece sua participação no sindicato ocorre um divisor de águas. Os sindicatos podem ser vistos como espaço de ruptura com o isolamento intramuro vivenciado pelas trabalhadoras e, portanto, de ruptura com as relações hierarquizadas vividas no interior da casa dos empregadores. Isto nos leva a refletir sobre a necessidade de no conceito de interseccionalidade, a tríade clássica de marcadores de opressão: classe social, gênero e raça/etnia, serem tencionados, para não correr o risco de acabar reificando, e normatizando categorias de análise e contribuindo para uma nova naturalização.

Sobre as situações de opressão de gênero e raça/etnia, Sueli Carneiro no seu artigo intitulado: “Enegrecendo o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero” (2002, p.2) pontua:

a unidade de luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros na população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.

A autora mencionada acima, em outro texto, ressalta que, “os efeitos do racismo e do sexismo são tão brutais que acabam por impulsionar reações capazes de recobrir todas as perdas já postas na relação de dominação” (CARNEIRO, 2003, p. 129). Assim a luta pelo protagonismo das mulheres negras, orientado num primeiro momento pelo desejo de liberdade, e resgate de humanidade negada pela escravidão e, num segundo momento,

pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas. Embora, haja mudanças perceptíveis nesse campo, ainda é preciso lutar muito, pois são muitas as mulheres que têm seus direitos negados no dia-a-dia, que sofrem violência de diversos tipos, em silêncio, sem saber onde e como procurar ajuda, ou até sabendo onde procurar, mas vários fatores, a exemplo da vivência em contextos marcados por carências múltiplas, dificultam que algumas busquem justiça. Como exemplo, podemos citar as quilombolas que ainda sofrem muito com as desigualdades de gênero.

Nancy Fraser (2002, p. 63) refletindo, sobre essa questão de opressão vivenciada pelas mulheres fala sobre seu posicionamento: “situo lutas de gênero como uma das facetas de um projeto político mais amplo que busque uma justiça democrática institucionalizante, cruzando os múltiplos eixos da diferenciação social”. Foi isto que buscamos realizar neste estudo refletir sobre o uso de álcool a partir do cruzamento dos eixos de diferenciação, atentas ao significado destes eixos para cada jovem participante do estudo.

A feminista Joan Scott (1999, p.25) pontua que:

Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressores, mas não seu funcionamento interno ou sua lógica; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída relacionalmente. Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência.

Refletindo também a partir dessa noção de experiência abordada por Scott buscamos no presente estudo historicizar o que estamos pensando quando falamos em gênero, classe e raça/etnia para que possamos compreender as experiências dos/as sujeitos participantes do estudo. Do mesmo modo estivemos através de um processo de reflexividade, atentas as nossas experiências na relação com os/as nossos/as interlocutores/as. A seguir apresentamos algumas questões acerca dos marcadores sociais, gênero, geração, classe e raça/etnia.

3.4 Relações de gênero, geração, classe social e raça/etnia

A vida social é estruturada em conjuntos de relações que, em interface, ou articuladas dinamicamente, lhes dão sentido. Relações de classes sociais, gênero, geração e

raça/etnia, constituem-se, numa dimensão básica da vida social, mas nenhuma dessas relações podem ser analisadas isoladamente, pois não dão conta da sua complexidade. Inclusive porque são aspectos co-extensivos, isto é, recobrem-se parcialmente uma a outra. Essas dimensões realizam-se no cotidiano e expressam diferenças, oposições, conflitos e/ou alianças e hierarquias provisórias. Provisórias porque, na dialética da vida, os lugares sociais se alternam, as situações sociais desestruturam-se e reconstróem-se em outros moldes. Do ponto de vista de cada indivíduo ou grupo, isto significa que a múltipla pertinência de classe, de sexo/gênero, geração e raça/etnia, está diretamente ligada à formação de subjetividades (MOTTA, 1999).

Refletir sobre as categorias gênero, geração, classe social e raça/etnia remete a uma análise de relações de poder. Análise que, anteriormente, quase só se fazia em relação a classes, em termos de lutas e conflitos, classes estruturais, sem suas dissensões (frações) e divisões internas: sem sexo, sem idade e sem cor (MOTTA, 1999). Entretanto, no bojo das discussões da crise de paradigmas na ciência atual, gênero e raça/etnia, são consideradas dimensões que se constituem em interface com as classes, articulam-se entre si. Esta última postura faz parte do feminismo mais recente na sua trajetória de afirmação da importância de uma visão interseccional das dimensões de gênero, classe e raça/etnia.

No que se refere à categoria classe, Patrícia Mattos (2011, p.13) afirma que:

classe cria hierarquizações no que diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho remunerado e à distribuição de recursos materiais e simbólicos. Na nova estrutura do capitalismo, a utilização da categoria classe não se restringe à velha divisão entre capitalistas e assalariados. A estratificação social no mercado de trabalho se constrói a partir de distinções como: empregos estáveis/empregos precários ou ocasionais; empregos em tempo integral/empregos em tempo parcial; empregados/desempregados.

Embora, a autora mencionada acima defina o que a mesma entende por classe social e da relação desta com os outros marcadores de opressão, é importante ressaltarmos que a mesma ainda faz uso de classe como uma categoria que se sobrepõem as demais. Percebemos a necessidade da existência de uma maior discussão na literatura sobre a questão da classe social quando se pensa em uma perspectiva interseccional dos marcadores sociais. Classe social, gênero e raça/etnia estruturam a posição dos sujeitos no mercado de trabalho, as diferenciações salariais e as possibilidades de acesso aos cargos de maior prestígio social e poder. Como exemplo podemos citar as mulheres negras e pobres que sempre trabalharam em

“casa de famílias” prestando serviço, inclusive a outras mulheres, mas que eram brancas e de classes economicamente favoráveis.

A princípio, gênero foi desenvolvido e utilizado em oposição ao sexo, para descrever o que é socialmente construído em referência ao masculino e ao feminino, e em oposição ao que é biologicamente dado. Numa rejeição explícita a ideia de fincar à biologia as raízes das diferenças entre mulheres e homens (base do essencialismo). O conceito de “sexo” até então colaborava com a ideia da imutabilidade dessas diferenças e com as raras possibilidades de mudanças. No entanto, as feministas da virada da década de 60 para a de 70 passaram a considerar sexo como constitutivo do gênero, concebendo-o como suplementar ao conceito de sexo, incorporando o biológico como a base sobre os quais os significados socioculturais são constituídos (NICHOLSON, 2000).

Gênero é um acordo que existe nas interações sociais, é precisamente aquilo que concordamos que seja. Homens e mulheres acabam por aceitar as distinções de gênero ao assumirem para si próprias os traços de comportamento e papéis normativos para as pessoas do seu sexo, na sua cultura. O gênero é o significado que concordamos destinar a determinada classe de relações entre indivíduos e contextos ambientais (NOGUEIRA, 2003). Vale salientar que essa aceitação das distinções de gênero é perpassada por relações de poder que entrecruzadas por questões de geração, classe e raça/etnia estruturam-se mutuamente.

Os estudos que abordam geração (PEIXOTO, 2000; MOTTA, 2004; SIMÕES, 2004), apresentam dois empregos distintos desse termo. Em um caso, indica-se a geração como posição no interior da estrutura de parentesco, alinhada à organização social do ciclo de vida. Em outro, geração “designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência” (MOTTA, 2004, p. 350).

As duas acepções do termo geração podem ser usadas para pensarmos sobre as diversas formas de vivenciar a juventude. Do ponto de vista das relações de parentesco e da organização social do ciclo de vida, é possível pensar nas relações familiares com padrões de divisão de gênero, idade, hierarquias, modelos normativos que operam na constituição dos sujeitos e no modo de vida destes/as (ALVES, 2009).

A segunda acepção do termo geração, que indica a construção de códigos que conferem inteligibilidade às ações individuais num determinado contexto histórico, ressalta a forma de compreender as gerações como “coletivos de indivíduos”, que só faz sentido em

uma sociedade que se considera individualizada. A experiência geracional ganha significado como forma de aglutinar os indivíduos em torno de redes de pertencimento e de reciprocidade marcadas pelo ideário da “livre escolha”, para além dos vínculos que estabelecem com a família e com o Estado. A geração pressupõe o compartilhamento de um momento histórico, com um caráter de escolha embutido. Para ser de uma mesma geração não basta uma idade aproximada, mas é necessária a reunião de condições subjetivas que permitam a participação do indivíduo na produção dos mesmos códigos de entendimento (ALVES, 2009).

No presente estudo, consideramos as questões geracionais a partir desses dois vieses, pois esses podem ser usados para pensar a relação entre as gerações e o uso de álcool, no entanto, nosso foco voltou-se para a tríade clássica dos marcadores de opressão, gênero, classe e raça/etnia, mas sem deixarmos de considerar que esses marcadores estão sempre perpassados pelas questões geracionais.

Em relação ao conceito de raça, este passou por transformações ao longo do tempo e, atualmente, tem sido entendido como um operador político, socialmente construído, como uma forma de classificação social, baseada em uma atitude negativa frente a certos grupos sociais e na atribuição da desigualdade social a características pessoais. A categoria raça foi usada pelo Estado moderno, objetivando instaurar tecnologias de poder para a administração de populações, com vistas à constituição do corpo saudável da nação e à maximização das forças produtivas. O discurso racista foi elaborado junto à política de biopoder, ambos dispositivos disciplinares efetuados por meio do controle dos corpos da população (ANJOS, 2004).

Militantes e aliados do movimento negro e de mulheres negras defendem a utilização de raça como um conceito eminentemente político, que evidencia a existência de desigualdades ligadas à distribuição e ao acesso a equipamentos sociais, como serviços de saúde, educação, trabalho e às desvantagens geradas por condutas discriminatórias que limitam o acesso a esses bens (OLIVEIRA; MENEGHEL; BERNARDES, 2009).

É necessário considerar também que faz parte da raça a existência do racismo enquanto ideologia que, por sua vez, justifica a distribuição e a manutenção do poder na sociedade. O racismo é uma forma de diferenças pessoais, sociais e econômicas, que pode ser compreendido como uma ideologia que utiliza a noção de raça para segregar e oprimir, enquanto a discriminação racial constitui a atitude ou ação de distinguir, separar ou discriminar os grupos humanos. O racismo produz discursos que procuram normatizar as diferenças entre os sujeitos, atribuindo-lhes a responsabilidade pelas desigualdades sofridas. É

um fenômeno presente nas instituições e práticas sociais (OLIVEIRA; MENEGHEL; BERNARDES, 2009).

O conceito de raça teve sua origem através de uma fundamentação biológica, dentro do paradigma de raça inferior e raça superior, reforçado através dos estudos e pesquisas de diversos cientistas, entre eles o cientista brasileiro Nina Rodrigues. A chamada ciência da época beneficiou um grupo de dominadores (minorias) em detrimento dos dominados (maioria). É uma época em que os negros viviam ameaçados sob as ordens do dominador. Acreditando na superioridade de uma raçaariana pura, legitimou-se o poder da desigualdade, contando com a colaboração da ciência, do direito, da filosofia, da religião, da psicologia, entre outras (SILVA; SOARES, 2011).

A existência de uma raça humana trouxe a ideia de que entre os seres humanos existe um diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais, ou seja, confirma a ideia da diferença numa sociedade preconceituosa em diversos aspectos e que, dividida em classes sociais, reforça o simbólico e traduz, no campo da cultura, ideias que favorecem as desigualdades sociais.

Vindos de diferentes nações africanas com traços morfológicos específicos, como a cor da pele, tipo do nariz e cabelo, além da cultura e religião, os/as negros/as se distinguiram fenotipicamente e culturalmente dos/as brancos/as. Devido a isso, muitos, também influenciados pelas teorias raciais e pelo passado escravista, avaliaram (e avaliam) negativamente a população negra, reforçando a ideia de uma suposta superioridade através da discriminação. A cor do negro, na perspectiva daqueles/as que alimentam um pensamento discriminatório, demonstra inferioridade, e é tomada como um marcador de diferença (SILVA; SOARES, 2011).

O racismo e seus reflexos na distribuição dos recursos são elementos estruturantes da desigualdade social no Brasil. O peso de seus efeitos é reafirmado por meio da evidência estatística de sua magnitude. A persistência da diferenciação racial no acesso a serviços públicos, na aquisição de capacidades e na posição social desvela as consequências da atuação sistemática de mecanismos de produção e reprodução das desigualdades em vários campos da vida social (IPEA, 2010). Quando realizamos uma revisão de literatura sobre os/as quilombolas, população que faz parte da construção do presente estudo, podemos perceber que estes/as, nos dias de hoje, ainda sofrem o estigma e a discriminação devido à identidade étnica e as marcas da ancestralidade racial que possuem.

O fazer parte de um grupo étnico não significa somente, ou necessariamente, ser possuidor de fatores morfológicos como cor da pele, constituição física, tipo de cabelo, nariz, estatura ou traço facial. O conceito de etnia avança na intenção de compreender a dimensão sociocultural e as experiências semelhantes que ligariam indivíduos, povos e sociedades no mesmo grupo (SILVA; SOARES, 2011). Assim, não existe uma etnia, mas sim uma pluralidade étnica.

Os estudos sociológicos têm usado a noção de raça com maior variedade para as problematizações sobre as relações de poder. Por outro lado, o conceito de etnia é mais tematizado nos estudos antropológicos, em que são centrais as problematizações sobre as construções das identidades culturais. Além da localização tradicional desses dois conceitos, raça e etnia, em dois campos de saber diferentes e próximos, como são a Sociologia e a Antropologia, um ponto fundamental de diferenciação teórica é que o conceito de etnia aborda as diferenças entre os grupos humanos sem tomar as características físicas e biológicas como aspectos definidores em sua definição (SILVEIRA, R., 2013).

A psicologia também teve contato com teorias raciais, fazendo uso dessas para abordar problemas como as causas da loucura, inteligência, personalidade, comportamentos, entre outros. Masiero (2005, p.200) analisou vários trabalhos onde foram encontrados termos e expressões que indicam uma relação entre eugenia e saberes psicológicos, entre eles “‘evolução psíquica da raça’ (Silva, 1931); ‘psycho eugenia’ (Lopes 1938), ‘aperfeiçoamento mental’ (Kehl, 1919), ‘psychologia do eugenico’ (Vianna, 1930), ‘eugênico psychico’ (Vianna, 1930), ‘psicologia étnica’ (Vianna, 1991)”, e outros. Estes termos refletem a apropriação e utilização dos pressupostos das teorias raciais pela medicina, antropologia, sociologia e psicologia. Segundo estes pressupostos, os chamados “inferiores” estariam mais sujeitos a anomalias hereditárias, como os transtornos mentais (MASIERO, 2005).

No Brasil, as interpretações racistas no âmbito das ciências psicológicas encontraram uma resistência a partir dos anos 50, sobretudo pela crítica que Gilberto Freyre empreendeu contra a “hierarquia racial”. Em seu livro clássico, *Casa grande e senzala*, há um capítulo no qual o antropólogo brasileiro faz uma revisão crítica dos resultados dos testes de QI como forma de estabelecer uma ordem decrescente de inteligência dos povos. Influenciado por Franz Boas, Freyre mostra como os fatores ambientais até aquele momento haviam sido menosprezados, sendo um dos pioneiros no mundo a perceber a pertinência desta crítica (MASIERO, 2005).

As demonstrações atuais de intolerância contra minorias étnicas, religiosas e sexuais, comuns no mundo inteiro, nos indicam que não se trata de um assunto definitivamente encerrado, circunscrito a um passado longínquo e esquecido, como pode parecer à primeira vista; mas de um grave problema contemporâneo, cabendo, portanto, contestar o papel das ciências, de modo geral, e da psicologia, de modo particular, na construção histórica de preconceitos raciais e estigmas diversos.

Atualmente não há no Brasil estudiosos que busquem comprovar diferenças raciais de qualidades mentais. Neste ponto, a História da Psicologia assume um papel fundamental na formação crítica do/a profissional ou pesquisador/a ao desvelar como a ciência, ao longo do tempo, modifica seus paradigmas básicos e suas aplicações. Para além de sua suposta neutralidade, no passado ou no presente, a ciência pode servir a interesses de classes ou de justificativas para a segregação de minorias, sobretudo no Brasil, onde as teorias racistas foram outrora cultivadas por uma elite intelectual motivada mais ideológica que cientificamente (MASIERO, 2005).

Em 2012, aconteceu a II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, momento em que foi comemorado os 50 anos da profissão de Psicologia no Brasil. Um dos objetivos do evento era mostrar a diversidade de práticas psis. O evento contou com 32.000 pessoas inscritas e 4.000 trabalhos apresentados. Foi realizada pelos/as organizadores/as do mesmo, uma delas a Psicóloga Ana Bahia Mercês Bock, uma análise dos trabalhos inscritos, em que foi visto que dos mais de 4.000 trabalhos, apenas cerca de 80 desses foram relacionados com questões étnico-raciais, incluindo afro-brasileiros e povos indígenas. Vários trabalhos inscritos sobre prisões, CAPS - AD, instituições de jovens em liberdade assistida, e outros, sabendo-se que a maioria da população é negra. Porém, a leitura étnico-racial nestes trabalho inexistente, evidenciando como sempre o silêncio característico da nossa sociedade brasileira racista. Esta constatação nos trabalhos da II Mostra de Práticas Psicológicas evidencia como ainda estamos atrasados no que se refere à luta contra o racismo na Psicologia (NOGUEIRA, 2012).

No evento referido acima, aconteceram mesas redondas sobre Psicologia e Povos Indígenas, as quais tiveram importantes apresentações que vão pautar um debate profundo sobre como a Psicologia pode fortalecer a luta dos povos indígenas; “Psicologia Latino-Americana da Libertação como instrumento para construir processos de descolonização dentro do pensamento tradicional em psicologia”; e possibilidades de produção de novas epistemologias em psicologia baseadas na visão de mundo própria dos

povos indígenas. Mas, em um evento desta amplitude, comemorando os 50 anos da Psicologia no Brasil não ocorreu nenhuma mesa falando sobre a realidade dos/as quilombolas que há anos sofrem os mais diversos tipos de desigualdades sociais, exclusão, discriminação e estigma, fato que reafirma o quanto essa população encontra-se invisibilizada na sociedade.

Existe uma resolução do Conselho Federal de Psicologia⁸, N.º 018/2002, que completou 10 anos em 2012. Esta estabelece normas para a atuação de psicólogos/as em relação ao preconceito e à discriminação racial. No entanto, percebemos que ainda há muito a desconstruir, e construir, para a existência de uma sociedade mais justa e igualitária.

O desafio da Psicologia é criar condições de nos abirmos para a diversidade de identidades étnicas, parcerias sexuais, modos de ser sexuados, experiências de classe, idade, religião, entre outras. De modo a buscarmos soluções coletivas para resolver o problema da desigualdade (AZERÊDO, 2002).

Sandra Azerêdo (2002, p. 20) ressalta que é necessária a introdução do político na formação em Psicologia, na medida em que estamos considerando o político como relacionado com a pluralidade, a diversidade e as relações de poder que aí se estabelecem, sua introdução na formação em Psicologia significa, sobretudo, possibilitar “a passagem proposta por Suely Rolnik entre o afeto e a representação para chegarmos a uma nova prática do pensamento que acolha e encarne a diferença”.

Podemos observar que os desafios são muitos, mas vários caminhos têm sido propostos em busca de uma mudança social. No capítulo seguinte apresentamos quais os caminhos que seguimos para construção do presente trabalho considerando as questões de gênero, raça/etnia e classe social apresentadas acima.

4 INCURSÕES NO CAMPO: OS MÉTODOS E CAMINHOS DE ANÁLISE

O presente estudo foi realizado em duas comunidades quilombolas, Castainho e Estivas, ambas localizadas em Garanhuns, cidade do interior de Pernambuco, que fica a 230 km do Recife, capital do Estado. A seguir faremos uma descrição sobre essas comunidades, mas antes consideramos importante fazer uma breve reflexão sobre o que são comunidades quilombolas, o que caracteriza algumas comunidades com a identidade quilombola.

⁸ Para mais informações sobre a resolução acessar: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF>.

4.1 Conhecendo as comunidades quilombolas estudadas...

Os quilombos, como eram chamados antigamente, são uma das formas mais antigas de organização social brasileira, símbolo de resistência ao colonialismo. Hoje são chamados de comunidades remanescentes de quilombos. Pensar nos quilombos é lembrar de uma parcela da população que sofreu muito devido à condição de raça-etnia e classe social. É refletir também sobre um modo de vivência pautado no isolamento e na fuga. Mas, atualmente as comunidades remanescentes apresentam como principais características a resistência e a autonomia. No entanto, ainda são invisibilizadas na sociedade de modo geral, e sofrem com o preconceito e discriminação que têm perdurado ao longo dos anos.

A palavra quilombo se originou na língua banto e se aproxima de termos como: habitação, floresta e guerreiro. Quilombo não é lugar exclusivamente de negros e sim predominantemente de negros. Acrescenta ainda que ao quilombo aglomeravam-se todos os pobres que queriam se refugiar e tinham lugar para fazer certas práticas (ANJOS, 2006).

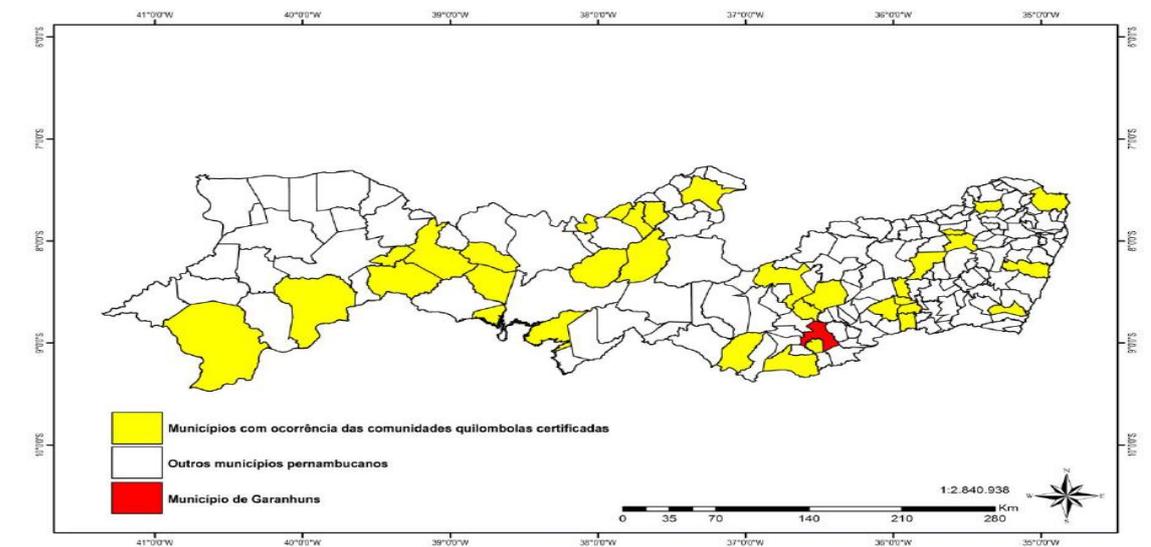
A definição de comunidades remanescentes de quilombos foi objeto, no Brasil, de um intenso debate. Em 2003, para fins da regulamentação do artigo 68 da Constituição Federal - que define o direito às terras ocupadas por estas comunidades – esta definição encontrou um consenso, que hoje determina o reconhecimento destas comunidades pelos poderes públicos e pela sociedade em geral. O Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, considera remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (CNAS, 2007). Assim, não é a comprovação de um passado associado à escravidão que define uma comunidade como quilombola, é a própria identidade daquele grupo que o afirma como tal.

Em relação às populações tradicionais de que fazem parte os quilombolas e os indígenas, Cruz (2007, p.94) ressalta que “as populações tradicionais têm se organizado, ganhando visibilidade e protagonismo, se constituindo e afirmando como sujeitos políticos na luta pelo exercício ou mesmo pela invenção de direitos a partir de suas territorialidades e identidades territoriais”. Todavia, ainda é presente no imaginário popular o quilombo como algo pertencente ao passado, e quando tomam conhecimento da existência de comunidades quilombolas, algumas pessoas têm uma imagem estereotipada sobre os/as moradores/as

dessas comunidades, por desconhecerem como são as comunidades, o modo de vida e as pessoas que fazem parte desse contexto.

No território nacional, há mais de 1.500 comunidades quilombolas que foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Em Pernambuco existem comunidades quilombolas em vários municípios (Figura 1). Dados da Fundação Cultural Palmares revela que até agosto de 2013, 108 comunidades foram reconhecidas no estado como remanescentes de quilombos. Em Garanhuns, onde se localizam as comunidades estudadas, existem 6 comunidades: **Castainho**, **Estivas**, Timbó, Estrela, Tigre e Caluete.

Figura 1: Mapa -Comunidades Remanescentes de Quilombos nos municípios do Estado de Pernambuco, com destaque para Garanhuns.



Fonte: (SANTOS, 2010).

A comunidade quilombola do Castainho, conforme referido neste estudo, localiza-se na área rural do município de Garanhuns/PE, situado no Agreste do Estado de Pernambuco. A distância desta para o referido município é de 6 km e a única via de acesso é uma estrada de barro, transitável por qualquer tipo de transporte.

Em seu trabalho sobre a comunidade Quilombola Castainho, Anita Maria de Queiroz Monteiro (1985) relata que para as/os moradora/es do município, a comunidade se originou de um pequeno quilombo existente naquele local ou, então, teria sido povoada por famílias negras remanescentes dos antigos quilombos da região. Para algumas e alguns habitantes da comunidade, as terras pertenciam a um padre que quando estava em outro continente adquiriu um jovem escravo negro, este foi o companheiro mais dedicado ao seu

dono e com a morte do padre recebeu as terras que correspondem à comunidade. O jovem escravo casou-se e por ali foi constituído o Castainho.

No que se refere às casas, todas são de alvenaria. Em algumas localidades são próximas umas as outras, a exemplo da entrada da comunidade, em outras são mais distantes. Próximo às casas existem as plantações de mandioca, feijão, milho, hortaliças e árvores frutíferas, mangueiras, cajueiros, jaqueiras, entre outras. Estes produtos alimentícios são comercializados nas feiras livres de Garanhuns, nos bairros: Boa Vista, COHAB I e II, Magano, e na Central de Abastecimento de Garanhuns – CEAGA, constituindo-se como fonte de renda da comunidade, principalmente a mandioca, que já é tradição da localidade, e é usada para a produção de farinha, comercializada, inclusive, em outros municípios. Alguns e algumas jovens também trabalham na agricultura no intuito de ajudar a renda familiar, no período de plantio e colheita. A venda dos produtos nas feiras fica geralmente sob responsabilidade das mulheres adultas.

A comunidade possui um cruzeiro e uma igreja católica em sua entrada (figura 2) e uma casa de farinha (figura 3), que são símbolos da cultura quilombola. Nessa igreja acontecem missas, terços e novenas. Principalmente durante o mês de maio, todos os dias à noite é rezado o terço na igreja, e há pouco tempo existe também um grupo de homens que se reúnem aos domingos para rezar o “terço dos homens”. Poucos/as jovens participam das cerimônias religiosas, predominando os adultos e idosos/as. Dos/as jovens que frequentam a maioria são mulheres.

Figura 2 – Igreja Católica - Castainho



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Figura 3: Casa de farinha - Castainho



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Na casa de farinha, os moradores/a mais antigos relatam, que antes existiam as rodas de conversa, nas quais as histórias dos negros eram contadas e transmitidas de geração em geração, e isto foi se perdendo com a chegada da televisão, pois as pessoas deixaram de se reunir com essa finalidade e ficam em suas casas assistindo aos programas televisivos. É na casa de farinha que, além da farinha de mandioca, é fabricada massa crua para bolos, beiju e goma para tapioca. Boa parte do trabalho é realizado por mulheres, de forma coletiva.

Ao lado da casa de farinha existem duas salas (figura 4). Em uma ocorrem as reuniões da Associação dos Moradores, que acontece na primeira segunda-feira de cada mês. Nesta reunião são resolvidas questões da comunidade que dizem respeito à coletividade. Nessa sala acontece também, de segunda a quinta, o Pró-jovem⁹. Na outra sala ocorriam os encontros do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI¹⁰, que agora acontece na mesma sala do Pró-jovem, e funcionará o Centro da Assistência Social¹¹ – CRAS Quilombo,

⁹ O Pró-jovem é um projeto para jovens de 15 a 17 anos que faz parte de um dos quatro eixos do Programa Nacional de inclusão de Jovens, lançado em setembro de 2007 pela Presidência da República. Tem como referência os resultados da pesquisa realizada no ano de 2006, bem como as diretrizes das Políticas de Juventude e de Assistência Social, o principal objetivo é fortalecer os vínculos familiares e sociais (MDS, 2008).

¹⁰ O PETI é um Programa do Governo Federal que tem como objetivo retirar as crianças e adolescentes de 07 a 14 anos, do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, aquele trabalho que coloca em risco a saúde e segurança das crianças e adolescentes (MDS, 2008).

¹¹ O CRAS tem como proposta constituir-se enquanto espaço de referência e porta de entrada para os serviços da Assistência Social. Essas atuações ocorrem dentro da lógica de trabalho em rede, articulado, permanente e não ocasional, no reconhecimento da realidade local, na sua complexidade, nas suas brechas, nas suas possibilidades de alterar o que está posto. O objetivo principal é o desenvolvimento local, buscando potencializar o território de

que atualmente tem sua sede no Centro Administrativo no Município de Garanhuns, e os/as profissionais realizam um trabalho itinerante nas comunidades quilombolas, mas, devido à distância, a procura dos moradores/as pelo serviço é dificultada.

Figura 4 – Sala da Associação dos/as moradores/as - Castainho



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Castainho possui também três casas de farinha particulares, além da coletiva que é símbolo da comunidade. Uma escola (figura 5), que atende a demanda das duas comunidades (Castainho e Estivas), onde funciona o ensino fundamental I e II, possui 5 salas de aula, uma secretaria, dois banheiros, uma sala de leitura, uma cozinha e um pátio, e os/as professores/as são do município de Garanhuns. Os/as moradores têm reivindicado o aumento do espaço físico da escola, pois as salas estão lotadas e a mesma não tem estrutura para atender todos os/as alunos/as. Isto faz com que alguns e algumas se desloquem para Garanhuns para estudar. Alguns e algumas jovens atualmente estão cursando o nível superior em Universidades de Garanhuns, o que era algo há pouco tempo muito difícil de ser conseguido. Ao lado da escola há um campo de futebol, onde, às vezes, acontecem jogos aos domingos. Mas o campo mais frequentado é o da outra comunidade Estivas.

modo geral. O foco da atuação do CRAS é a prevenção e promoção da vida, por isso o trabalho dos profissionais deve priorizar as potencialidades. A atuação deve se voltar para a valorização dos aspectos saudáveis presentes nos sujeitos, nas famílias e na comunidade (CREPOP, 2008). Esses objetivos dizem respeito a todos os CRASs.

Figura 5: Escola - Castainho



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Existe também na comunidade uma creche (figura 6), e uma igreja evangélica (figura 7), que já fica próxima à parte que é considerada Comunidade Sítio Estivas. Isto porque as duas comunidades são muito próximas. Não existe de fato algo que as separe. Os moradores/a consideram que a partir de um determinado local na região um pouco abaixo da localização da igreja evangélica, começa Estivas. A creche foi criada através do pastor da igreja em parceria com um pastor de São Paulo e alguns membros que também contribuíram para a construção do espaço físico e continuam contribuindo financeiramente para o funcionamento da mesma.

Figura 6 – Creche - Castainho



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Figura 7: Igreja Evangélica- Castainho



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Em conversa com uma funcionária da creche, relatou-se que uma das principais preocupações de todo/as que constituem a instituição é que as crianças não se envolvam com o uso de álcool, que é uma prática frequente por muitos moradores/as das comunidades, inclusive os pais das crianças que fazem parte da creche, e o uso de outras drogas também, principalmente a maconha, que é usada por alguns moradores/as.

No que se refere aos locais de lazer da comunidade, muitos dos/a moradores/as afirmam que são os bares existentes no local, onde os/as jovens e adultos encontram-se para conversar, dançar e alguns fazem uso de álcool, principalmente nos bares de Estivas. Em Castainho, existem bares, mas a frequência maior dos/as jovens é nos bares de Estivas, para onde também vão pessoas de outras comunidades e da área urbana do município, sobretudo nos finais de semana.

Em seu trabalho, Monteiro (1985) relata que, em Castainho, a diversão do grupo estava estreitamente ligada a uma série de cerimônias que marcaram, em maior ou menor grau, ritualisticamente, o movimento de vida da família e da comunidade. Entre essas cerimônias estavam o casamento, o nascimento, o aniversário, o fim da colheita e a construção da casa. O término de uma casa era representado pelo ato de “bater o chão”, um momento importante na vida do grupo. Nesta etapa, estavam unidos diversão e trabalho. Para algumas pessoas do grupo, esse acontecimento representava mais uma forma de divertimento, onde, durante o ato de “bater o chão”, em que era colocado barro dentro de casa e através do

samba nesse barro era feito o piso, as pessoas tinham a possibilidade de dançar, cantar, beber e conversar. Para outras representava trabalho, pois compareciam movidas pela vontade de ajudar ou de retribuir um favor recebido.

Após 28 anos que o estudo acima referido (MONTEIRO, 1985) foi realizado, pode-se perceber diversas mudanças nas comunidades, com a construção das casas de alvenaria, essa cerimônia de “bater o chão” não existe mais. As festas no fim da colheita também não são mais uma prática cultural, só as famílias com um maior poder aquisitivo é que realizam, matam um boi, fazem um churrasco e algumas pessoas da comunidade participam, mas esta não é uma prática frequente. Os casamentos são muito frequentes, e as jovens costumam casar com 16, 17 anos, mas só algumas fazem festa. Quando nasce uma criança ainda é realizado o cachimbo, uma prática de muitos anos na comunidade, que consiste na comemoração do nascimento do/a filho/a. O pai convida os parentes e amigos no dia do batismo, ou em outro dia, para o cachimbo, que é a ingestão da bebida do mesmo nome, formada pela mistura de cachaça com mel e água, parentes e amigos do sexo masculino podem oferecê-lo como presente e as mulheres participam apenas da comemoração.

Um fato que é importante ser observado, pensando no objeto de estudo do presente trabalho, diz respeito ao uso de álcool, como este sempre esteve presente na vida do grupo, no término de construção das casas, nos casamentos, comemoração de nascimento e no fim da colheita. Também, conforme visto por Monteiro (1985), existiam os pontos-de-encontros, grupos formados por homens e mulheres que se reuniam ao entardecer no quintal de uma casa, com o objetivo de discutir os acontecimentos do dia. Os grupos de homens, podiam se transformar em grupos de samba, onde tocavam, cantavam e bebiam. Esses pontos de encontro não existem mais dessa forma. Os encontros acontecem nas casas de jogos de baralho e bozó, onde homens e mulheres, jovens e adultos se reúnem para jogar e alguns fazem uso de álcool.

Como uma forma de preservar a cultura existem os grupos de dança, em que se destaca o grupo que dança samba e coco, chamado de Quilombo Axé, e a Festa da Mãe Preta, que tem o objetivo de celebrar a resistência dos remanescentes do quilombo e fortalecer a identidade. A festa ocorre todos os anos no mês de maio, foi oficializada em 1986, mas já acontecia na Serra da Barriga (sítio histórico onde se localizava o quilombo dos Palmares no estado de Alagoas), com o nome de Festa do Quilombo em homenagem a mulher mais velha do grupo, a chamada Mãe Preta. A festa era restrita a comunidade, depois que os negros se refugiaram no Castanho voltaram a realiza - la com o nome de Festa da Mãe Preta.

Existe uma olaria na comunidade. Sua edificação compreende apenas um alpendre com uma simples cobertura de telhas comuns e o forno para fabricação dos tijolos e telhas, onde alguns moradores/as trabalhavam, atualmente está desativada. Nessa região existem algumas famílias em situação de vulnerabilidade, vivendo em moradias precárias. As famílias criam animais, porcos, galinhas, na porta das casas. Algumas utilizam fogão à lenha, têm casas com dois cômodos para uma família inteira, mãe, pai e filhos/as.

Castainho é a comunidade mais conhecida, tanto por ser a mais próxima a área urbana do município quanto devido à atuação de sua liderança, José Carlos, conhecido como Zé Carlos, que há anos vem lutando pelos direitos dos negros/as e participando de encontros, reuniões, e da Coordenação da Articulação das comunidades quilombolas de Pernambuco, como membro da mesma. Os dados sobre o quantitativo populacional são incertos, em 2011 foram registradas 170 famílias, mas algumas pessoas casaram e construíram outras famílias. Há os/as que moravam na casa dos sogros/as, dos pais, conseguiram suas próprias casas, e como isso sempre acontece é difícil um número exato dessa população. Isso também acontece na comunidade Estivas. Assim como a renda familiar, que também é incerta em ambas as comunidades. Há famílias que sobrevivem com um salário mínimo, outras com menos que isso, e há aquelas que conseguem mais de um salário.

Na comunidade Estivas a líder é uma mulher, Edilma. A mesma conta com a ajuda do coordenador da Associação dos Moradores para resolver as questões que dizem respeito à comunidade. Nesta existe uma escola (figura 8) de ensino fundamental I, uma Unidade de Saúde da Família- USF(figura 9), que atende todas as comunidades, e tem a equipe composta por 1 médico, 1 enfermeira, 1 técnica em enfermagem, 1 dentista, 1 recepcionista e 6 Agentes Comunitários de Saúde – ACS. Próximo a USF existem duas salas, em uma funciona o Pró-Jovem e na outra o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. No local mais acima a essas salas, encontra-se uma outra que é a biblioteca da comunidade, atualmente desativada. Em conversa com uma moradora, a mesma informou que a biblioteca foi desativada porque ninguém a frequentava, e a proprietária da sala que havia sido alugada a prefeitura, também não teve interesse em renovar o contrato, pois queria usar a sala para outras finalidades. Fato que nos chamou atenção, pois não foi desenvolvida uma ação para aproximar a população desse equipamento social que poderia proporcionar informações importantes para a população.

Figura 8 – Escola - Comunidade Estivas



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Figura 9: Unidade de Saúde da Família – USF – Estivas



Fonte: Arquivo da pesquisadora

A comunidade possui uma casa de farinha (figura 10), e assim como em Castainho a principal fonte de renda é a mandioca. As casas também são de alvenaria, em alguns lugares, umas próximas as outras, em outras, ficam mais afastadas.

Figura 10: Casa de farinha - Estivas



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Lá se encontra também um campo de futebol, onde ocorrem jogos aos domingos de 15 em 15 dias, este é considerado pelos/as moradores/as um dos meios de lazer na comunidade, e de conhecimento de pessoas de outras localidades, inclusive da área urbana do município de Garanhuns que frequentam estes jogos, ou para assistir ou para jogar, pois os times desses outros lugares vão jogar lá. Dos jogos participam homens e mulheres de todas as idades e é um momento em que também ocorre o uso de álcool, sobretudo porque existe um bar em frente ao campo, e enquanto ocorrem os jogos, algumas pessoas ficam lá bebendo. Há outros bares na comunidade considerados lugares de lazer pelos/as os/as jovens e adultos. O jogo de baralho também é uma prática frequente em Estivas, do qual participam mulheres jovens e adultas. Existe mais de um lugar na comunidade onde as pessoas se reúnem para jogar. Geralmente é na casa de uma das mulheres que participam do jogo. Há também o jogo de bozó nas duas comunidades, a maioria das pessoas que jogam são os homens jovens, adultos e idosos.

Para preservação da cultura, existem os grupos de dança, principalmente de coco, assim como em Castainho, e a festa da Associação dos moradores, onde todos os anos, ocorre o concurso da negra mais bela, em que uma menina de cada comunidade participa como candidata. As famílias de ambas as comunidades são heterogêneas no que se refere ao fenótipo: brancos, pardos e negros. Isto se explica pelo casamento misto, que ocorre há muitos anos.

Conhecer os espaços existentes nas comunidades foi fundamental para compreender tanto o modo de vida dos/as quilombolas quanto para problematizar algumas decisões metodológicas, a exemplo de onde podiam ser feitas às observações, as entrevistas, em que horário era possível estar em alguns lugares e onde poderia encontrar os/as jovens.

Vejamos a seguir as questões éticas que foram seguidas antes de iniciarmos nossa incursão pelos espaços descritos acima nas comunidades.

4.2 Implicações éticas da pesquisa e caminhos percorridos

O presente estudo seguiu os procedimentos adotados para a realização de pesquisas com seres humanos. O projeto foi aprovado pelo Comitê de ética em pesquisa, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. As lideranças das comunidades quilombolas que constituíram o estudo autorizaram nossa participação nas atividades das comunidades através da assinatura da Carta de anuência (APÊNDICE A).

No entanto, para além da ética prescritiva que se refere às normas burocráticas e documentos formais, buscamos respaldar nosso estudo na responsabilidade relacional através dos princípios da ética dialógica. Esta é “pautada na competência ética de todos os envolvidos nesse processo, e leva os preceitos éticos de plena informação, livre consentimento e análise de riscos e benefícios às últimas consequências” (SPINK, 2000, p.20).

Desse modo, os/as jovens que participaram das entrevistas, foram informados sobre os objetivos da mesma, quais os riscos e benefícios que teriam participando e, oficializaram a autorização tanto para realização das entrevistas quanto para o uso das informações disponibilizadas, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B). A identidade dos/as participantes foi preservada através do uso de nomes fictícios que representaram os/as mesmos/as. As fotos dos espaços da comunidade, apresentadas neste estudo, a exemplo da igreja, da casa de farinha e outras, também foram autorizadas pelas lideranças das comunidades.

Outra questão da ética dialógica é o resguardo do uso abusivo de poder na relação entre pesquisador/a e participante. Assim, os aspectos da pesquisa foram sendo negociados nos encontros com os/as jovens, nos momentos de interação, respeitamos quando nosso/a interlocutor/a não queria falar ou aprofundar as informações sobre determinados assuntos, concordamos com os/as que só quiseram falar sobre determinadas questões quando a

gravação da entrevista havia sido encerrada, o tempo para a realização da entrevista, entre outras questões que foram sendo construídas na relação entre pesquisadora e participantes.

A realização deste estudo ocorreu a partir de três momentos: a construção dos dados foi realizada em duas etapas: na primeira, realizamos observação participante nas comunidades; na segunda etapa, entrevistas semiestruturadas com os/as jovens; no terceiro momento, os dados construídos foram analisados a partir da perspectiva da análise do discurso e da interseccionalidade. A seguir pode ser observado como ocorreu cada etapa.

4.3 1º momento – Observação participante

O primeiro momento para a construção dos dados deste estudo consistiu na observação participante nas comunidades. Tal método refere-se ao processo em que “o/a observador/a, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de coletar dados e compreender o contexto da pesquisa” (MINAYO, 2008, p.70). Nosso objetivo ao fazer uso da observação participante foi realizar uma leitura etnográfica das comunidades estudadas.

Sobre o trabalho de campo, Leny Sato e Souza (2001, p.29) fazem referência a Erikson (1986)¹² para descrever importantes questões para a pesquisa, que a observação no campo estudado possibilita responder, tais como:

o que está acontecendo especificamente nesta ação social que ocorre num determinado cenário particular? Que significados têm para os atores envolvidos? Como outras pessoas se fazem presentes neste mesmo cenário? Como se relaciona um cenário específico com o seu entorno, com outros níveis do sistema dentro e fora do próprio cenário? Como se comparam as formas de organização da vida diárias neste cenário com outras formas de organização da vida social mais ampla?

Essas foram questões observadas no campo de estudo da presente pesquisa que possibilitaram que esta se desenvolvesse a partir de uma orientação etnográfica para alcançar os objetivos propostos para a mesma.

¹² ERICKSON, F. Qualitative research on teaching. In M. Wittrock, **Handbook of research on teaching**. New York: MacMillan, 1986.

A etnografia se faz presente dentro da concepção naturalista como o método de pesquisa social por excelência, inclusive como um dos métodos que considera que qualquer descrição do comportamento humano requer a compreensão dos significados locais para descrevê-lo. Esta abordagem metodológica, por se alinhar a concepções interpretativas, pressupõe que a realidade seja construída socialmente, expressando-se nas práticas, nos discursos e nas instituições criadas. Por esse motivo, essa abordagem demanda, no processo de pesquisa, a compreensão da cultura que estamos estudando (SATO; SOUZA, 2001).

Nesse tipo de pesquisa não são apenas as regras e rigores metodológicos que nortearão a qualidade da pesquisa, mas a interação, as relações construídas entre o/a pesquisador/a e as pessoas do local pesquisado (SATO; SOUZA, 2001). Isso porque, como ressalta Silva (2009), o/a pesquisador/a pode ser uma presença incômoda, a querer vasculhar questões que dizem respeito à vida da localidade estudada. Assim, a interação do/a etnógrafo/a implica mutualidade. Nessa ação, o/a pesquisador/a sofre e exerce influência sobre os outros, afeta e é afetado/a.

Na experiência etnográfica estamos a observar idiossincriticamente uma cena da qual fazemos parte. O que envolve, além da relatividade que a subjetividade impõe à percepção, a capacidade de se incluir como peça exterior, cuja presença altera a cena. Não se trata apenas de uma observação que altera a situação observada, mas de uma alteração produzida pela participação do/a observador/a na cena (SILVA, 2009). Assim foi preciso que estivéssemos em todo momento questionando aquilo que nos parecia corriqueiro, trivial. Precisamos assim fazer o exercício de “estranhamento do familiar” (SATO; SOUZA, 2001). A reflexividade é um movimento difícil de ser realizado no campo e só avançamos na compreensão do modo de vida dos/as pesquisados/as quando conseguimos estranhar e enxergar além do óbvio.

No presente estudo consideramos a importância da realização de uma leitura etnográfica das comunidades quilombolas estudadas, para conhecer como as pessoas constroem e dinamizam os processos sociais e seus modos de vida, sobretudo no grupo que estudamos, que tem especificidades culturais, que se diferenciam de outros grupos da sociedade. Neste sentido, consideramos que essa pesquisa se situa no rol de trabalhos em que o/a pesquisador/a desenvolve a pesquisa porque “está envolvido/a na trama das trocas cotidianas e das interações sociais. Dessa forma a pesquisa é fruto de contextos dialógicos específicos nos quais tanto o/a pesquisador/a quanto os/as participantes se desenvolvem e negociam suas visões de mundo” (CORDEIRO, 2004, p.53).

Podemos dizer que foram muitas as trocas realizadas com os/as moradores/as quilombolas que possibilitaram que este estudo fosse construído. Foram acompanhados os caminhos percorridos pelos/as jovens no cotidiano das comunidades quilombolas, nos seus afazeres do trabalho, da escola, no lazer, no encontro com os/as amigos/as, nas festas, nos bares, no movimento entre o meio rural e o urbano. Nesse esforço de trilhar os caminhos com os/as jovens foram muitas as observações, conversas informais e a realização de entrevistas com os/as jovens, que aos poucos foram possibilitando que compreendêssemos o seu modo de vida e tecêssemos algumas reflexões sobre o que foi vivenciado durante o período de três meses que estivemos no campo. Vejamos agora como se deu a inserção nas comunidades e como se iniciaram as andanças e as interações com os/as quilombolas.

4.3.1 (RE) Inserção no campo

Antes de iniciar a pesquisa no contexto quilombola, solicitei autorização das lideranças das comunidades, através das cartas de anuência. Já conhecia seu José Carlos devido à pesquisa que realizei na comunidade em 2010. Isso facilitou o contato com ele e as explicações sobre o estudo, pois o mesmo já sabia como ocorreriam minhas visitas na comunidade. Solicitei também a autorização da liderança da comunidade Estivas, Edilma. Não a conhecia, mas ela também foi bem receptiva quando a procurei para falar sobre a pesquisa e solicitar sua autorização. Dois meses após esse primeiro contato com Edilma e com seu José Carlos, e após a aprovação do Comitê de ética em Pesquisa – CEP (CAAE - 13367213.0.0000.5208), iniciamos a construção dos dados.

A primeira pessoa que procurei quando iniciei as visitas às comunidades foi seu José Carlos. O convidei para conversar sobre algumas questões da comunidade, um pouco do histórico, o modo de vida dos/as moradores/a de modo geral, e dos/as jovens quilombolas especificamente. Assim, nesse mesmo dia, fomos a Associação dos moradores/as e ficamos conversando, enquanto seu Carlos aguardava a chegada dos moradores para a reunião que ocorre toda primeira segunda-feira do início de cada mês. Ele falou um pouco sobre o histórico da comunidade, a fonte de sobrevivência, as lutas, sua participação na Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco, e sobre os preparativos para a Festa da Mãe Preta, pois a data aproximava-se. Em um determinado momento tivemos que interromper nossa conversa, pois os moradores/a começaram a chegar para a reunião. Tive a oportunidade de conhecer alguns e algumas naquele momento, mas não fiquei na reunião,

pois como estava iniciando o estudo naquele dia, achei invasivo já estar presente em um momento tão particular da comunidade.

E assim começaram as andanças...

Neste mesmo dia da conversa com seu Carlos, busquei conhecer os/as moradores das comunidades, ver as mudanças, pois apesar de já ter realizado um estudo na mesma, conhecia poucas pessoas e não sabia se estas iriam lembrar de mim, se ainda moravam lá, e também porque não tinha transitado em todos os lugares das comunidades. Além disso, precisaria iniciar minhas andanças já que estas faziam parte da construção deste estudo. Nesse momento comecei a perceber que não seria fácil participar da vida daquelas pessoas, pelos lugares que eu ia passando, sentia os olhares voltados para mim, como se as pessoas estivessem pensando: quem é essa? O que faz andando sozinha por aqui? O que ela está procurando? Na realidade não sei se todas as pessoas estavam atentas a minha presença por onde eu passava, mas o fato é que foi assim que me senti. Enquanto experienciava essa sensação de desconforto, fui refletindo o que poderia fazer para começar a me aproximar daquelas pessoas.

Assim, surgiu a ideia de visitar alguns espaços das comunidades: a creche, as escolas, a Unidade de Saúde da Família – USF, onde fui me apresentando como pesquisadora e buscando construir informações. Quando cheguei à creche tive uma surpresa, ouvi alguém chamar-me pelo nome. Era uma jovem da comunidade que trabalha lá e que lembrou de mim, do estudo que realizei em 2010. Uma surpresa feliz! Alguém me conhecia, lembrava meu nome, já comecei a sair do estado de desconforto. Essa jovem foi muito importante na construção de vários dados sobre a comunidade e da minha presença em outros espaços naquele contexto. Nas visitas a esses espaços fui conhecendo os/as moradores/as e comecei a participar de vários acontecimentos nas comunidades.

Percorri muitos caminhos que me possibilitaram compreender o modo de vivência dos/as moradores e entender um pouco das vivências juvenis. Além dos lugares mencionados acima, foram muitas conversas informais com os/as jovens, crianças, adultos e idosos/as. Conversávamos sobre o modo de vida na comunidade, o trabalho, a fonte de renda, estudos, projeto de vida dos/as jovens, diversão/lazer, o uso de álcool e outras drogas, entre outras questões. Encontrei estes moradores/as na frente de suas casas, alguns e algumas sozinhos/as, outros/a acompanhados/as por parentes e/ou amigos conversando, uns e umas andando nos

espaços das comunidades. Então aproximava-me e apresentava-me como pesquisadora. Assim, começávamos a conversar, e desse modo passei a circular de casa em casa e nas ruas das comunidades.

Por alguns e algumas moradores/as fui bem recebida, mostravam curiosidade pela pesquisa, perguntavam se eu estava fazendo também esse trabalho em outro lugar, me indagavam sobre questões da minha vida particular, a exemplo de onde eu morava, com quem morava, se eu era casada, se trabalhava, outros/as em menor quantidade não davam muita atenção, demonstravam não querer muita conversa. Fui percebendo, que nessas interações no campo de pesquisa, o/a pesquisador/a também é investigado/a.

Pude participar das festas das comunidades – A festa da Mãe Preta, que conforme já mencionada no presente estudo, ocorre todos os anos no mês de maio. Em 2013 aconteceu nos dias 10 e 11 do referido mês, e contou com a apresentação de grupos culturais quilombolas e bandas de forró do município de Garanhuns/PE e regiões circunvizinhas.

Outra festa da qual pude participar e que também ocorreu no mês de maio, nos dias 24 e 25, foi o Festival Cultural do quilombo Estivas, assim como a de Castainho com apresentações culturais de grupos de dança das comunidades quilombolas e bandas de forró. Nessa festa aconteceu também o concurso da quilombola mais bela, um momento muito aguardando principalmente pelas jovens que se preparavam para concorrer.

Nessas festas pude observar pessoas de diferentes idades fazendo uso de álcool, inclusive meninos que aparentavam ter 13, 14 anos, homens e mulheres jovens, adultos, e idosos, mas principalmente os homens. Em alguns lugares da festa podiam ser vistos grupos só com homens ou só de mulheres conversando, bebendo, alguns dançando em outros grupos heterogêneos. Essas festas tem muita importância para as pessoas da comunidade, pois funcionam como um período de lazer, diversão, pois nem sempre está ao alcance de todos/as os/as moradores/as irem para festas em outros lugares. É um momento também de interação com pessoas que moram na área urbana do município de Garanhuns e de outros municípios localizados próximos, que frequentam as comunidades nesse período. No decorrer deste estudo, nas reflexões sobre os resultados apresentamos algumas questões observadas nesses momentos de festividades.

Outro espaço observado foram os bares existentes nas comunidades, existem vários bares, a maioria localiza-se nas próprias casas dos donos. Geralmente o bar é montado em um cômodo da casa que tem uma janela para parte de fora. Através dessa janela é feita a

venda de bebidas, e de outros produtos, pois alguns funcionam como um tipo de mercearia e vendem açúcar, arroz, entre outros produtos alimentícios e também de limpeza. Os bares existentes na comunidade Estivas são os mais frequentados, inclusive um deles é bem frequentado pelos/as jovens. Fui a esses bares nos finais de semana no período da noite e nos domingos à tarde, quando são bem movimentados.

Em relação às incursões à noite nos espaços da comunidade, precisei solicitar a companhia masculina de parentes, fui com meu irmão, isso porque o acesso às comunidades que ficam afastadas da área urbana é uma estrada de barro sem iluminação, nas comunidades só existe iluminação nas casas, e também devido à própria condição de ser mulher, não seria fácil frequentar os bares à noite sozinha. Nesse momento que fui planejar minha ida ao campo no período da noite não pude deixar de refletir que a escolha de algumas estratégias metodológicas, como a que eu estava usando, em alguns momentos precisa ser orientada pelas configurações de gênero.

Na primeira visita ao bar, à noite, encontrei homens jovens e adultos bebendo, e algumas poucas mulheres que também faziam uso de álcool, mas em um lugar separado dos homens, apesar de um ou outro dirigir-se a essas mulheres para conversarem. A maioria dos jovens estava tomando Pitú, alguns aparentavam já ter bebido muito naquele dia, quase todos estavam dançando. Quando cheguei ao bar acompanhada por um parente, fiquei conversando com ele e observando o movimento, nesse dia não interagi com os/as jovens pois eles/as dançavam (e eles principalmente já estavam alcoolizados) ao som ligado de um carro que estava estacionado em frente ao bar com a mala aberta, em alto volume. Depois que saí de lá, passei a refletir sobre meu incômodo quando cheguei àquele espaço e o modo como fui recebida, os olhares demonstrando curiosidade, mas talvez não só curiosidade, já que as mulheres que frequentam os bares, à noite, não são bem vistas na comunidade. Mesmo não sendo algo específico de lá, mas ali também permanece a ideia de que a mulher não pode entrar em qualquer lugar, em qualquer horário, pois as que frequentam os bares não são percebidas da mesma forma que as que não frequentam. Estas impressões foram me sendo confirmadas no decorrer de outras observações e conversas com algumas jovens.

Em outros momentos fui aos bares à tarde acompanhada por jovens moradoras das comunidades, e estes foram momentos muito ricos, porque fui sendo apresentada aos/as outros/as jovens através destas que me acompanharam, ao mesmo tempo que fui conhecendo histórias particulares de acontecimentos daquele contexto. Um dos fatos foi uma jovem que foi beber no bar, porque havia terminado o namoro no mesmo dia. Esta me relatou que

quando acabou o namoro o ex-namorado disse que ia sair para beber e, ela disse a ele que faria o mesmo. Segundo a jovem, cada um foi para um lado, ele beber com os amigos dele e ela com as amigas que estavam no bar. Percebi que o fato de eu ser jovem e estar investigando os/as jovens foi um elemento facilitador à interação com o grupo pesquisado, e nas informações que eles/as foram me fornecendo nas conversas e nesses espaços de sociabilidade.

Nas conversas com os/as jovens, soube que alguns estudam na área urbana de Garanhuns. Então combinei com uma jovem de 21 anos para esperar com ela, à noite, em frente à igreja evangélica em Castainho o ônibus que leva os/as quilombolas que estudam na cidade. O lugar é escuro, pois a comunidade não possui iluminação, apenas nas casas, e era possível ver uma ou outra casa com as luzes ligadas, neste dia também chovia. O ônibus chegou próximo às 19h, trazendo alguns alunos/as e levaria os/as que estudam à noite.

Durante o percurso, no ônibus, até a cidade, fui observando que esse momento é usado pelos/as jovens para se atualizarem sobre notícias de festas, jogos, atividades escolares, existência das paqueras, entre outras questões. Em outro dia, quando aguardávamos o ônibus, chegou um caminhão para transportar os/as aluno/as, pois o ônibus havia quebrado. Os/as jovens foram logo subindo no caminhão que tinha uns bancos de madeira e foram sentando, se organizando, porque não era a primeira vez que isso ocorria. Para mim era uma situação inesperada, mas fui também no caminhão com os/as jovens para a cidade. No percurso, escutei quando uma jovem dizia que ia descer antes de chegar à escola, porque toda vez que isso acontece passava vergonha.

Nesse dia, pude perceber que por mais que estivesse no mesmo lugar, experienciando o que significa para aqueles/a jovens deslocar-se à noite dos “sítios” para a cidade a fim de estudarem, conforme pontua Geertz (1997) jamais poderemos virar nativos, ou seja, experimentar os acontecimentos da mesma forma que as pessoas que participam das nossas pesquisas, porque eu sabia que aquela situação para mim era naquele dia, e eu tinha um objetivo pontual para está vivenciando-a. Já para os/as jovens quilombolas, muitas vezes isso acontece, e se quiserem estudar precisam enfrentar mais esse desafio, de andar em um carro inapropriado para transportar pessoas, no frio, e que contribui para reforçar o estigma de que são matutos, do sítio, algo que já é tão presente na história deles/as.

Quando se falava em lazer e diversão nas comunidades os/as moradores/as se referiam sempre aos bares, aos jogos de futebol e aos jogos de baralho e de bozó. Então, frequentei também esses lugares. No campo de futebol, percebi a presença de muitos jovens

homens e em menor quantidade as jovens mulheres assistindo aos jogos. Alguns e algumas também fazendo uso de álcool nesse espaço ou em um bar localizado em frente ao campo. Nas casas onde acontecem os jogos de baralho a maioria são mulheres, encontrei mulheres de todas as idades, jovens, adultas e idosas jogando. Inclusive em uma das visitas a uma casa onde acontece os jogos de baralho, encontrei uma senhora que aparentava ter mais de 70 anos. Ela estava inquieta, andava de um lado para outro e queixou-se a mim que estava sem dinheiro, por isso não podia jogar.

As mulheres se reúnem para jogar quase todos os dias à tarde, principalmente nos finais de semana. Os jogos são apostados e o valor da aposta depende de quem está jogando e do dia, se elas têm mais dinheiro ou não. Os homens adultos e jovens se reúnem para jogar bozó, o jogo também é apostado. Foi possível observar que esses jogos têm uma função importante para a vida das pessoas nas comunidades, inclusive as crianças brincam jogando bozó e baralho, e as maiores também apostam 5, 10 centavos.

Pude acompanhar também a Assistente Social do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Quilombo em algumas visitas domiciliares. Este também foi um momento importante em que pude conhecer algumas questões relacionadas a problemas de documentação, benefícios, entre outros que se fazem presente na vida dos/as quilombolas.

Foi possível, na incursão no campo, observar os momentos de festa na comunidade, de lazer, de trabalho e também como a finitude da vida é vivenciada naquele contexto. Em uma quarta-feira chegando a uma das comunidades vi várias pessoas em frente a uma casa. Algumas sentadas no chão, outras conversando em pequenos grupos. Ao me aproximar soube que um senhor havia falecido. Naquele momento, estava ocorrendo o velório. Durante as conversas com alguns e algumas moradores/as que eu já conhecia perguntei a causa da morte, e eles e elas me relataram que foi devido à bebida. Ele bebia muito, tinha problemas de saúde e mesmo sem poder continuou bebendo, e foi isso que o levou à morte. Não sei se de fato a causa havia sido o álcool, mas o fato é que esta era a explicação das pessoas. Um senhor que aparentava ter mais de 70 anos falava que “antigamente as pessoas sabiam beber, mas hoje em dia a cachaça tem levado muita gente”. Soube nesse dia também, que é comum nos velórios nas comunidades, à noite as pessoas fazerem uma fogueira em frente à casa do morto e ficam sentados/as em volta, alguns bebem cachaça, outros/as tomam café, chá, para passar à noite enquanto o/a defunto/a é velado/a.

Outro evento que acontece nas comunidades é a realização de oficinas e apresentações artísticas e culturais durante o Festival de Inverno de Garanhuns. Esse Festival

é um grande evento que ocorre todos os anos na área urbana do município. Em 2013 foi a 23ª edição, e há alguns anos, Castainho também é considerado um polo cultural do evento. Os/as jovens gostam muito desse período porque podem participar das oficinas, apresentações e interagem com pessoas de outras localidades, sobretudo, turistas que vão conhecer a comunidade. Pude ir também à comunidade nesse período. No dia que fui, havia poucas pessoas de outras localidades assistindo as apresentações em um palco que lá foi montado. A maioria dos que estavam presentes eram as crianças e os/as jovens, estes/as também costumam ir aos shows que acontecem na cidade durante os dias de festa.

Todas as conversas informais e observações realizadas foram registradas no diário de campo. As observações foram guiadas através de um roteiro de observação (APÊNDICE C), onde consta aspectos importantes do contexto comunitário, dos/as moradores e demais pessoas que frequentam as comunidades. As observações foram muito importantes para a busca da compreensão dos significados do uso de álcool nas comunidades, bem como auxiliou a segunda etapa da construção de dados, possibilitando uma adaptação do roteiro das entrevistas semiestruturadas à realidade observada, e facilitando também o contato para a participação dos/as jovens nas entrevistas.

Em relação as facilidades e dificuldades vivenciadas no campo, podemos dizer que a inserção nos diversos espaços não foi difícil. Os/as moradores foram bem receptivos a minha presença e a contribuição para o desenvolvimento da pesquisa. Uma das dificuldades foi o acesso às comunidades, pois não existe transporte da cidade de Garanhuns para as mesmas, então todos os dias eu precisava me organizar, também considerando essa questão, como eu iria e como voltaria no final do dia das comunidades. Outra dificuldade conforme já relatei, foi a incursão no campo no período da noite, por as comunidades serem afastadas de Garanhuns e o acesso compreender uma estrada de barro, sem iluminação e sem movimento de carros e pessoas à noite, eu precisava contar com a companhia masculina de alguém, que geralmente foi a de um parente. No entanto, isso exigia que eu tivesse que adaptar meus horários e meus desejos de estar no campo à disponibilidade de alguém que pudesse me acompanhar.

Vivências no campo...

Dias de sol...
Caminhadas.

Futebol, jogos de baralho e de bozó.
Trabalho, estudo, casa.

Noites de lua...
Festas e mais festas...
Música, dança, encontros.
Vida no boteco.

Tardes ensolaradas...
Movimento, tranquilidade, silêncio.
Lembranças, lágrimas.
Finitude.
Vida.

Dias nublados...
Chuva, conversas, sorrisos.
Experienciar, aprender, viver.

4.4 Segundo momento – Realização das entrevistas e os/as entrevistados/as

A partir das informações construídas nos vários espaços que foram observados nas comunidades, e das conversas com os/as adultos e jovens, realizamos uma primeira análise dos escritos no diário de campo e optamos por realizar entrevistas semiestruturadas com os/as jovens. As entrevistas foram realizadas em diversos espaços, na casa de alguns e algumas jovens, na creche, no campo de futebol, perto da casa de farinha, e em uma das casas onde ocorrem os jogos de baralho. O contato com os/as jovens já havia sido realizado durante as observações, então para alguns e algumas o convite já havia sido feito anteriormente, outros por indicação dos/as amigos/as ou que fomos conhecendo no período que já estava sendo realizadas as entrevistas e que aceitaram participar do estudo. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos/as jovens, formalizado através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, e duraram em média 40 mim.

A escolha do uso de entrevistas semiestruturadas advém do fato de que esta é uma técnica privilegiada de comunicação, que permite que o/a entrevistado/a tenha a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (MINAYO, 2008). A realização das entrevistas e a observação participante permitiu que este estudo se desenvolvesse em um contexto intersubjetivo, com foco na relação estabelecida entre pesquisadora e participantes, pautada no aprofundamento de conteúdos relativos ao tema da pesquisa.

As questões que nortearam nosso roteiro de entrevista (APÊNDICE D) estiveram relacionadas com o perfil dos/as jovens, idade, escolaridade, estado civil, trabalho, projetos para o futuro, questões relacionadas à percepção dos/as jovens sobre as comunidades quilombolas e as pessoas que nelas habitam, sobre o uso de álcool, onde é feito, com quem, em quais situações e questões relativas à interação dos/as jovens quilombolas com os/as moradores/as da área urbana do município de Garanhuns.

Os/as participantes desta pesquisa são jovens com a faixa etária entre 18 e 24 anos, de ambos os sexos, moradores das duas comunidades quilombolas localizadas no município de Garanhuns/PE: Castainho e Estivas. Compreendemos a juventude como uma categoria construída socialmente, que não se define pela faixa etária, e ainda que a idade é algo manipulável conforme perspectiva de Bourdieu (1983).

No entanto, para fins da pesquisa, seguimos a definição adotada pelo Conselho Nacional sobre Juventude Brasileira- CONJUVE (2006) considerando a faixa etária supracitada, por compreendermos que os marcadores, inclusive os etários, em alguns momentos tornam-se importantes, sobretudo quando se pensa em visibilizar a necessidade de um olhar para os/as jovens quilombolas, para a necessidade de políticas públicas para estes/as, que possam garantir condições de vida dignas.

Foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas, sendo 10 moradores/as da comunidade Castainho, 5 do sexo masculino e 5 do feminino, e 10 moradores/as da comunidade Estivas, 5 do sexo feminino e 5 do masculino. Como nosso estudo está respaldado na análise do discurso (que será descrita quando falarmos sobre análise dos dados) não nos preocupamos com representatividade na amostra, pois para esse tipo de análise a representatividade não é algo considerado. Mas, sim, fomos em busca de situações juvenis heterogêneas de homens e mulheres jovens das duas comunidades estudadas (mulheres jovens solteiras; jovens mães solteiras; jovens casadas; jovens estudantes; jovens que trabalham nas comunidades ou na área urbana de Garanhuns; e do mesmo modo com os homens: homens jovens solteiros; jovens casados; homens jovens que estudam; jovens que são pais casados ou solteiros; homens jovens que trabalham). Estivemos atentas ao modo como essa heterogeneidade opera em relação ao consumo do álcool.

Optamos pelo uso de nomes africanos femininos e masculinos, para representar os/as entrevistados/as, preservando assim o anonimato de cada um/a. Na análise e discussão dos resultados quando citamos os discursos dos/as jovens e o representamos por um nome africano, colocamos ao lado de cada nome F ou M, para melhor explicitar se a fala é de um

jovem homem ou mulher, já que os nomes africanos são muito neutros. Nos quadros 1 e 2, que seguem abaixo, pode ser observado o perfil dos/as jovens, no que se refere ao estado civil, escolaridade, uso de bebidas alcólicas, situação de moradia, entre outras questões descritas.

Quadro 1: Perfil das jovens participantes do estudo

Participantes	Idade	Escolaridade	Estado-civil	Contexto sócio - familiar e uso de álcool
Bahati	22 anos	5ª série	Solteira	Mora com os pais, trabalha, desistiu dos estudos, segundo ela por falta de coragem, e não pretende estudar novamente. Futuramente quer casar, ter filhos. Deseja continuar morando e trabalhando na comunidade. Fazia uso de bebidas alcólicas nos bares, atualmente diminuiu a frequência de uso.
Randa	21 anos	8ª série	Solteira	Mora sozinha. Tem uma filha, não está estudando, mas pensa em dá continuidade aos estudos. Não trabalha, recebe o Benefício do Programa Bolsa Família. Não pretende casar e ter mais filhos. Para o futuro, almeja conseguir um emprego. Faz uso de bebidas alcólicas em casa e nos bares.
Halima	18 anos	2º ano	Solteira	Mora com os pais. Estuda em Garanhuns, não tem filho, não trabalha. Futuramente pretende trabalhar, ter filhos, casar. Faz uso de bebidas alcólicas nos bares.
Jamila	18 anos	8º série	Solteira	Mora com os pais. Estuda na escola da comunidade, trabalha, não tem filhos. Participa do grupo de dança da comunidade. Faz uso de bebidas alcólicas nos bares.
Gina	22 anos	3º ano	Solteira	Mora com os pais. Estuda, não trabalha. Já fez uso de bebidas alcólicas, atualmente o uso é esporádico. Ainda não pensou que tipo de profissão quer exercer futuramente, pretende casar e ter filhos.
Shena	21 anos	1º ano	Casada	Mora com o esposo, a mãe e tem um filho, não estuda, interrompeu

				os estudos no período da gravidez, mas pretende voltar a estudar. Não faz uso de bebidas alcoólicas.
Dara	19 anos	3º ano	Solteira	Mora com a mãe e os irmãos, estuda, trabalha, não tem filho. Futuramente quer ter seu emprego, fazer faculdade, casar. Faz uso de bebidas alcoólicas eventualmente.
Mali	24 anos	6ª série	Casada	Mora com o esposo e as filhas, não estuda, não trabalha, não pensou ainda o que deseja para sua vida futuramente. Faz uso de bebidas alcoólicas em casa e nos bares da comunidade.
Deka	24 anos	5ª série	Casada	Mora com o esposo e os filhos, não estuda, trabalha, futuramente pretende montar alguma coisa para trabalhar como autônoma. Faz uso de bebidas alcólicas em casa e nos bares com o marido, as amigas, o pai.
Chinaka	22 anos	5ª série	Solteira	Mora com a filha, trabalha eventualmente, não estuda, não deseja nada para seu futuro, pois afirma está satisfeita com a sua vida. Faz uso de bebidas alcoólicas nos bares.

Quadro 2: Perfil dos jovens participantes do estudo

Participantes	Idade	Escolaridade	Estado civil	Contexto sócio-familiar e uso de álcool
Rashid	18 anos	8ª série	Solteiro	Mora com os pais, não estuda, mas pretende retomar os estudos, não trabalha, tem planos para no futuro terminar os estudos e fazer concurso. Não pretende sair da comunidade para morar em outro lugar, faz uso esporádico de bebidas alcoólicas.

Yerodin	22 anos	3º ano	Solteiro	Mora com os pais, não estuda, concluiu o ensino médio e pensa em fazer concurso, não tem filhos, não trabalha. Pretende futuramente casar, ter filhos, fazer faculdade de Educação Física. Não faz uso de bebidas alcólicas.
Taye	19 anos	5ª série	Solteiro	Mora com os pais, não estuda, trabalha, mas futuramente pretende conseguir um trabalho na cidade, não pensa em voltar a estudar, quer casar, ter filhos. Faz uso de álcool em Garanhuns e nas comunidades.
Ghedi	20 anos	8ª série	Casado	Mora com a esposa, não estuda, trabalha, futuramente pretende trabalhar como autônomo, e voltar a estudar. Faz uso de álcool em casa e nos bares.
Talib	18 anos	8ª série	Solteiro	Mora com os pais, estuda, trabalha esporadicamente, futuramente pretende casar, ter filhos, conseguir um trabalho fixo. Faz uso de álcool nos bares.
Ghali	18 anos	6ª série	Solteiro	Mora com a mãe, não estuda, não trabalha, está à procura de qualquer tipo de trabalho, futuramente pretende casar, ter filhos, ter um emprego fixo. Faz uso de álcool nos bares.
Amari	19 anos	4ª série	Solteiro	Mora com os pais, trabalha, não estuda, pretende continuar no mesmo trabalho no futuro. Quer casar, ter filhos. Faz uso de álcool nos bares.
Thembi	19 anos	1º ano	Solteiro	Mora com os pais, estuda, não trabalha. Pretende terminar os estudos e conseguir um emprego, também quer casar, ter filhos. Faz uso de álcool em casa e nos bares.

Ayubu	19 anos	2º ano	Solteiro	Mora com a mãe, não trabalha, estuda. Pretende terminar os estudos, conseguir um emprego, quer colocar currículo nas lojas de Garanhuns, pretende casar, ter filhos/as, e futuramente quer morar em outro lugar. Não faz uso de álcool.
Tedros	22 anos	1ª série	Casado	Mora com a esposa e as filhas, não estuda e não pretende voltar a estudar. Trabalha, e não quer que mude nada em sua vida, está satisfeito com a mesma. Faz uso de álcool nos bares e em sua casa.

Das 10 jovens participantes da pesquisa, 4 estudam, as demais interromperam os estudos, algumas antes de concluir o ensino fundamental II, os motivos para abandonar os estudos são diversos, necessidade de trabalhar, falta de motivação, engravidaram e não tinham apoio para cuidar da criança, entre outros. Podemos perceber que a idade das jovens é incompatível com o nível de escolaridade esperado para cada faixa etária.

Os elevados índices de desigualdade racial na educação refletem tantos déficits acumulados, como os resultados das atuais deficiências no sistema educacional, que seguem interferindo na trajetória dos sujeitos. Neste contexto, os/as negros/as são os/as brasileiros/as com menor escolaridade em todos os níveis e enfrentam as piores condições de aprendizagem e maior nível de defasagem escolar. Embora se verifiquem progressos no nível educacional da população, como, por exemplo, redução de 4 pontos percentuais na taxa de analfabetismo na última década, a desigualdade racial persiste. Em qualquer grupo etário, inclusive entre aqueles/as em idade escolar, a taxa de analfabetismo entre negros/as ainda representa mais que o dobro da população branca. Em 2010, 14% dos jovens de 18 a 24 anos cursavam o ensino superior. Entretanto, a frequência de jovens brancos era 2,5 vezes maior se comparada com o acesso de jovens negros a um curso universitário (SILVA, 2013).

As desigualdades no acesso aos mais elevados níveis educacionais, bem como a disparidade de qualidade e eficiência da educação ofertada desigualmente entre áreas urbanas e rurais, rede pública e privada, brancos e negros, reforçam a reprodução dos padrões de desigualdade no mundo do trabalho. Com o nível de escolaridade baixo, quando as jovens

quilombolas buscam trabalho na área urbana do município, e conseguem algum tipo de trabalho é na informalidade. Algumas jovens conforme apresentado no quadro 1, trabalham, mas dessas que afirmaram trabalhar nenhuma possui carteira assinada, algumas trabalham na área urbana de Garanhuns, outras nas comunidades, não especificamos os locais de trabalho, no intuito de preservar o anonimato das mesmas. Além disso, as relações de gênero, raça/etnia e classe contribuem para essas desigualdades sofridas pelas jovens no acesso a educação de qualidade, no modo como são vistas na sociedade, pois é comum as mulheres negras serem associadas ao trabalho doméstico, que não é valorizado socialmente.

Podemos observar no quadro 2, que os jovens assim como as jovens quilombolas, possuem nível de escolaridade incompatível com o que é esperado para cada faixa etária. Dos 10 participantes, 3 estudam, os demais interromperam os estudos, principalmente devido o trabalho. Outros estão em busca de qualquer tipo de trabalho, mesmo que seja na informalidade, pois em alguns casos trabalhar implica a sobrevivência dos mesmos. As questões de raça/etnia e classe estão bem presentes quando observamos esse cenário de dificuldade dos jovens de permanecerem na escola, de conseguirem um trabalho.

Uma questão é que todos os jovens se referiram ao trabalho como objetivo de vida para o futuro. Essa é uma preocupação não apenas dos jovens quilombolas, mas da juventude em si. Mesmo os jovens que habitam as áreas urbanas, e aqueles que podem dedicar-se aos estudos preocupam-se com as oportunidades de trabalho, com o ingresso no mercado. No entanto, é importante lembrarmos que o marcador étnico-racial que constitui os/as quilombolas opera de modo que a chance dos/as mesmos/as tornam-se menores.

Em relação ao uso de álcool os/as jovens fazem uso em casa, nos bares nas comunidades, sozinhos/as, acompanhados/as por familiares e amigos. Não negamos os aspectos culturais que circunstanciam o uso de álcool entre os/as jovens e por toda a comunidade. Por outro lado, consideramos que uma compreensão cultural separada de uma análise sobre seus efeitos sociais pode contribuir para a reificação das desigualdades que têm marcado a existência dos/as quilombolas. São os/as jovens que dizem que o contexto de carências que vivem limitam suas possibilidades de ser e existir. Essas questões são abordadas nos capítulos sobre as análises e discussões.

4.5 Terceiro momento – Análise dos dados construídos

As informações construídas neste estudo (através da observação participante registrada no diário de campo e entrevistas semiestruturadas) foram analisadas com base nos pressupostos da Análise Crítica do Discurso, seguindo a perspectiva adotada por Conceição Nogueira (2001b). Existem vários modelos de Análise do Discurso que possuem diversas origens dentro da pesquisa discursiva – a sociolinguística, a análise conversacional, a psicologia discursiva, a Análise Crítica do Discurso (ou Análise Foucaultiana), modelos que são expandidos de acordo com o tipo de pesquisa realizada. No presente estudo adotamos a Análise Crítica do Discurso, conforme referido acima, devido ao seu caráter construtivo da realidade social. Esta abordagem implica simultaneamente modos de pensar e tratar os dados do discurso. É uma alternativa às perspectivas tradicionais da metodologia, sobretudo aquelas subsidiadas pelo positivismo (NOGUEIRA, 2001b).

A análise crítica do discurso tem como influências as perspectivas provenientes do estruturalismo e do pós-estruturalismo francês, e nos trabalhos de Foucault, principalmente na relações entre poder e conhecimento. Foucault, de acordo com Nogueira (2001b), usa o termo discurso para sugerir diferentes formas de estruturar as áreas do conhecimento e práticas sociais, e também para se referir ao desenvolvimento mais amplo e histórico das práticas linguísticas. Os discursos não refletem ou representam só entidades e relações sociais, eles constroem-nas ou constituem-nas.

Nesta perspectiva, epistemológica, o conhecimento obtido pela pesquisa é parcial e situado; isto é, específico às situações particulares e a períodos particulares e não universalmente aplicável e relativo. Está relacionado com a visão do mundo dos/as pesquisadores/as, assim como com o sistema de valores envolvidos. Os objetivos dos/as analistas dentro desta abordagem é essencialmente identificar padrões de linguagem com práticas com estes relacionadas, e mostrar como estas constituem aspectos importantes da sociedade e das pessoas dentro dela. Essa abordagem toma frequentemente em atenção as origens históricas e a natureza social do mundo (NOGUEIRA, 2001b).

É afirmado por Nogueira (2001b, p. 29) que “é através da linguagem que as pessoas são categorizadas, são segregadas, consideradas diferentes, ‘anormais’, ‘doentes’, sendo que a própria linguagem dá valor atribuindo existência ou negando essas categorizações”. Ou seja, existe uma relação entre a linguagem e o poder nos discursos produzidos que resultam em efeitos sobre as pessoas, produzindo-as e sendo produzidos por estas.

Para que fosse realizada a análise do material construído ocorreram três momentos:

1º momento: Os dados registrados no diário de campo foram digitalizados e as entrevistas foram transcritas na íntegra pela pesquisadora. Na análise crítica do discurso o processo de análise não é realizado de forma independente de toda a condução da pesquisa. Então nossa análise começou antes mesmo de organizarmos esse material. Vale ressaltar que a reflexividade é algo que deve estar presente em todo o processo, então realizamos esse movimento tanto por estarmos trabalhando com a análise do discurso quanto por estarmos desenvolvendo uma pesquisa de inspiração feminista conforme já relatado neste estudo.

2º momento: A análise propriamente dita exigiu voltar aos dados várias vezes e trabalhar com os mesmos durante um longo período, mas sabemos que a análise não está esgotada. Durante esta fase de leituras contínuas, procuramos discursos repetitivos, frases que representassem situações de forma mais ou menos coerente e de significado similar, palavras e metáforas com significados particulares. Procuramos semelhanças, diferenças, pensando que tipo de efeitos discursivos poderiam estar implicados.

3º momento: Depois do percurso descrito no 1º e 2º momento, identificamos discursos que apresentaram-se como formas de experienciar a vida dos/as jovens, considerando as situações juvenis e os contextos de uso de álcool. A partir desses discursos passamos a refletir sobre suas implicações, os efeitos discursivos. Por exemplo, quais as repercussões na vida das mulheres jovens que fazem uso de álcool nos bares? E na vida dos homens jovens que trabalham e fazem uso de álcool?

Nossas reflexões apresentadas em dois capítulos foram orientadas por referenciais teóricos a partir da literatura sobre juventude rural, uso de álcool, juventude e uso de álcool, e gênero articulado com raça/etnia e classe social, pois nos pautamos por um olhar interseccional desses marcadores. Assim, observamos de modo interseccional as vulnerabilidades, opressões e desigualdades sociais a que estão sujeitos os/as jovens quilombolas e as repercussões dessas nas significações do uso de álcool.

Por que escolhemos trabalhar com a análise crítica do discurso? A escolha por esta abordagem advém do fato desta permitir “um aprofundamento da compreensão das estratégias discursivas que moldam as formas distintas de construção do meio social, ao colocá-las abertamente sob a crítica, acabando por facilitar os processos de transformação e não os reproduzindo” (NOGUEIRA, 2001b, p.47). Desse modo, temos o intuito de não reproduzir concepções arraigadas e, por vezes, que estigmatizam as juventudes que fazem uso das substâncias psicoativas.

Vale ressaltar que não realizamos uma análise do discurso nos moldes clássicos, mas tomamos a fala dos/as jovens como discursos, e observamos nesses as expressões de poder, naquilo que resultam em desigualdades e opressão e que são hegemônicos no grupo pesquisado; os movimentos discursivos que se apresentam contra a hegemonia e as relações e tensões discursivas. Observamos os discursos operando nas práticas sociais, a dinamicidade, a pluralidade e a polifonia.

Assim, na nossa análise do discurso e interseccional estivemos atentas a como opera os marcadores de desigualdade de modo relacional, embora tenhamos percebido também que, em alguns momentos da análise, um dos marcadores opera com maior relevância, o que não significa que os demais não estejam presentes, a exemplo de quando abordamos algumas questões relacionadas à raça/etnia especificamente, mas, nesses momentos, não estamos deixando de considerar que a raça/etnia é estruturada por relações de gênero, geração e classe social, e desse modo buscamos compreender o uso de álcool.

Para apresentação das nossas análises e discussões construímos dois capítulos. Em um estivemos voltadas para as especificidades das vivências juvenis dos/as jovens quilombolas no contexto das comunidades, questões relacionadas ao trabalho, aos estudos, à percepção dos/as jovens em relação ao local de moradia, o ser jovem, e ser jovem quilombola na percepção deles e delas, e outros fatores.

No segundo capítulo apresentamos algumas questões referentes às motivações dos/as jovens para o uso de álcool, a percepção em relação ao uso e às repercussões do uso na vida dos/as mesmos/as.

5 VIVÊNCIAS DA JUVENTUDE QUILOMBOLA

É útil pensar as similitudes e diferenças de vivências de homens e mulheres jovens quilombolas, pois cada um/a deles/as apresenta especificidades que incluem as relações de gênero, idade, classe, que fazem com que percebamos que há uma diversidade de experiências que constituem os/as jovens e o modo como estes/as relacionam-se com o uso de álcool. Desse modo, para iniciarmos nossas discussões sobre a temática que está sendo investigada, tecemos algumas reflexões sobre os discursos dos/as jovens sobre as comunidades quilombolas habitadas pelos/as mesmos/as.

5.1 O contexto quilombola na percepção dos/as jovens

Quando buscamos conhecer através dos/as jovens o que os/as mesmos/as acham da comunidade que vivem, como são as pessoas que habitam nas mesmas, o que homens e mulheres jovens costumam fazer, vários discursos foram construídos junto aos/as jovens que relataram questões relacionadas ao trabalho, aos estudos, à diversão na comunidade e ao modo como as pessoas se relacionam umas com as outras. Antes de apresentarmos os discursos dos/as jovens, consideramos importante refletir sobre o que estamos pensando quando falamos em comunidade. Fazendo uma incursão na literatura sobre o tema (DURKHEIM, 1978; TÖNNIES, 1995; BAUMAN, 2003), percebemos que não há uma definição que seja hegemônica no debate sobre esse conceito. No entanto, seja no uso cotidiano, seja entre os teóricos sociais, comunidade é um conceito que evoca algo positivo.

As pessoas que vivem em comunidades contam com elevado grau de integração afetiva e também com alto grau de coesão entre seus membros, e isso inclui conhecimentos, objetivos, práticas cotidianas e formas de agir e pensar. As normas ocorrem especificamente por meio dos costumes, hábitos e tradições, e as formas de relacionamento social envolvem o compartilhamento de valores e também maior grau de intimidade (TÖNNIES, 1995). Considerando as comunidades que compõem este estudo que possuem uma identidade quilombola, é importante lembrarmos também que as mesmas buscam preservar as questões culturais, que inclusive foram fundamentais para a organização do grupo como uma comunidade, e que carregam as marcas de um processo de lutas e resistência que tem perdurado no decorrer dos tempos, sobretudo pelo estigma sobre seus moradores/as.

Nas observações realizadas nas comunidades quilombolas estudadas, Castainho e Estivas, foi possível perceber que de fato no modo de vida dos/as quilombolas sobressai a coletividade, ainda que seja importante lembrar que as especificidades existem, e são diversas dentro do coletivo. No entanto, prevalecem os hábitos e costumes, na forma de trabalho. Quase todas as famílias trabalham na agricultura e na produção de farinha. As práticas de sociabilidade e de diversão também se dão através das festas comunitárias, inclusive nos discursos dos/as jovens que afirmam que as comunidades são um bom lugar para viver, pois as pessoas ajudam umas as outras, conforme pode ser observado a seguir:

P: Suponhamos que eu nunca tivesse vindo aqui, te encontrasse na cidade e perguntasse como é a comunidade, como você iria me descrevê-la?

Aqui é uma comunidade carente, porém tranquila, tem suas desavenças, mas sabe se ajudar, o lugar que eu nasci, amo bastante, como toda terra natal, acho que todo mundo ama. Eu gosto muito do Castainho, tem seus problemas, suas desavenças, mas é um lugar tranquilo de se viver, ótimo, um lugar tranquilo, bom, tem muita paz, nem sempre, mas é um lugar bom pra se viver (Shena, F, 21 anos).

“Aqui é bom de se morar é melhor do que na rua, **tem fartura no tempo de fruta**, a pessoa quer uma fruta, uma verdura tudo por aqui tem e na rua o que quiser tem que comprar” (Ghedi, M, 21 anos).

“Aqui é muito bom, muito bom de morar, **tem os bar** pra gente andar, **tem festa** todo ano, aqui é muito divertido” (Mali, F, 24 anos).

Podemos perceber no discurso das jovens e do jovem, que é enfatizado que a comunidade é um lugar bom para viver e pontuam questões que consideram importantes, que se fazem presente nas mesmas, inclusive o fator econômico, quando o jovem Ghedi, pontua que “na rua o que quiser tem que comprar”. Essa questão se faz presente a partir de um contexto que é marcado pelas desigualdades sociais, que sempre existiram na vida dessa coletividade, e quando em contato com a área urbana sentem ainda mais essas dificuldades. Percebemos que em meio a essas questões alguns e algumas quilombolas buscam aproveitar o que as comunidades podem oferecer como pudemos observar nos relatos acima.

Existem também os/as jovens que possuem uma percepção divergente do que foi exposto quanto à consideração das comunidades como um lugar bom para morar:

P: Suponhamos que eu nunca tivesse vindo à Estivas, e te perguntasse como é Estivas, como tu irias me descrevê-la?

“A Estivas é um **lugar complicado**, tem muito bar, muita **bebedeira**, as mocinhas tudo novinha, com 14, 15, 16 anos, indo pra o bar, aí aqui é bom, mas tem muita coisa ruim também, muita cachaça, droga” (Bahati, F, 22 anos).

Enquanto alguns e algumas jovens fazem referência aos bares como algo positivo nas comunidades, outros/as não gostam justamente dos bares, que são os/as jovens que não fazem uso de álcool ou que fazem só em algumas ocasiões, em festas e comemorações. Isso porque segundo alguns e algumas jovens ocorrem muitas brigas nesses bares, barulho, som alto ligado até tarde, o que incomoda.

Quando os/as jovens se referiram aos/as moradores/as das comunidades um fato que se apresentou nos discursos foi a afirmação de que esses/as são muito “fofoqueiros”, que vivem observando e comentando a vida de todos/as que moram lá. O que corrobora com o estudo realizado por Tavares (2010) com jovens moradores de sítios, vilas e agrovilas de Ibimirim/PE, onde o autor constatou que a fofoca é um dos instrumentos mais utilizados nas comunidades rurais para manter o controle sobre os/as jovens. O autor mencionado percebeu também que a força de intimidação da fofoca é eficaz, principalmente entre as mulheres, quando algumas afirmaram deixar de realizar certas atividades com medo do que as pessoas poderiam falar. Os relatos a seguir apresentam as situações relacionadas a fofocas vivenciadas pelos/as jovens:

P: Como são as pessoas aqui da comunidade?

Tudo fofoqueiros, o povo fala que nem só a peste, não pode ver a pessoa conversando com um homem assim, que diz olha, já tá marcando pra se encontrar. Aqui ninguém tem sossego não, a pessoa tá dentro de casa o povo fala, o povo aqui não come não, come a vida do povo falando. O povo aqui são assim, fala até de um cabelo que você escova, diz que a pessoa tá metida só porque escovou o cabelo. **Fala de tudo**, fala quando a gente tá no bar, se a gente tá dançando ficam falando, de tudo (Randa, F, 21 anos).

P: O que você acha das pessoas aqui da comunidade?

“Aqui é bom, as pessoas são legal, mas também **são muito fuxiqueira**, gostam de inventar conversa, dizer que o cara fez o que não fez, mas é assim” (Ghali, M, 18 anos).

A fofoca provoca o autocontrole dos/as jovens pelo temor destes/as serem estigmatizados/as, ficarem “mal falados/as”. Por isto, para exercer eficientemente o controle sobre os/as jovens, a fofoca não se limita aos fatos, mas avança para interpretações sobre gestos, situações, olhares, buscando criar uma situação que leve o ouvinte a crer que de fato a situação ocorreu ou irá acontecer. A fofoca possibilita a destruição da reputação de uma pessoa. Nas comunidades rurais quando é dirigida aos/as jovens é falado sobre o comportamento fora do padrão apresentado por alguns e algumas, seja baseado em fatos ou especulações. É como um aviso para os/as jovens se “enquadrarem” na moralidade dos adultos (TAVARES, 2010).

Percebemos também que a fofoca exerce um controle sobre as mulheres de caráter moral centrado na repressão sexual, como pode ser visto no relato abaixo:

P: Como são as pessoas aqui da comunidade?

“As pessoas daqui são meio complicada também, **quando ver a gente no bar fica logo chamando a gente de quenga**. Os homens que são casado e que vão pra o bar, elas ficam dizendo que a gente vai tomar os maridos delas, a mente poluída dessas pessoas aqui” (Jamila, F, 18 anos) .

Os homens jovens também fizeram referência à fofoca:

P: O que você gostaria que mudasse aqui nas comunidades?

“O que eu não gosto daqui, é que tem uns que **fica olhando a vida alheia** e sai comentando, é isso que eu não gosto, tem muitos aqui, a pessoa não pode fazer o que tem vontade” (Rashid, M, 18 anos).

Embora os jovens também tenham se referido à fofoca na comunidade, percebemos que o caráter controlador que essa exerce é maior em relação às jovens, pois esse controle recai sobre as questões clássicas que articulam gênero e sexualidade, a relação público/privado, o controle sobre o corpo, de modo que qualquer comportamento apresentado pelas jovens que não esteja de acordo com a moralidade vigente na comunidade é motivo para que as mesmas fiquem “mal faladas” dentro da coletividade. Jovens que bebem nos bares, que usam roupas curtas, que saem com os jovens urbanos que frequentam as comunidades, que vão muito às festas, jovens solteiras que engravidaram, todas essas são alvo de comentários nas comunidades.

No que se refere às formas de trabalho prevalece nas comunidades a agricultura familiar¹³, conforme relatado quando foram descritas as características das mesmas. As pessoas plantam mandioca, feijão, frutas e hortaliças que são comercializadas nas feiras de Garanhuns. Procuramos conhecer também como é a participação dos homens e das mulheres jovens e adultos no trabalho. Os/as jovens relataram que antigamente existiam diferenças, mas hoje em dia, o que os homens fazem, as mulheres também fazem, ambos trabalham na roça, na horta e na casa de farinha, e as mulheres têm uma participação ativa na renda familiar, conforme relato de uma jovem:

¹³ “O regime de agricultura familiar utiliza de forma prioritária a mão-de-obra do grupo familiar; a contratação de mão-de-obra assalariada ocorre de forma esporádica e ocasional. A produção e o consumo são voltados para diferentes estratégias de reprodução e as relações de trabalho são organizadas a partir da cooperação dos diferentes membros da família” (CORDEIRO, 2004, p.108).

P: Aqui na comunidade existe um trabalho que é realizado pelas mulheres, e trabalho realizado pelos homens?

“Na maioria das vezes aqui, pelo menos no Castainho, quem está mais a frente é a mulher, porque a mulher além de trabalhar na roça, na casa de farinha, ela vai para a feira vender” (Deka, F, 24 anos).

Tanto as mulheres jovens quanto os homens relataram que a renda familiar é construída por ambos, homens e mulheres, “o sustento” é “misturado” porque segundo os/as mesmos/as o dinheiro do marido não é suficiente e as mulheres precisam ajudar. O que nos chamou atenção nesse fato de afirmarem que o trabalho é exercido pelos homens e pelas mulheres é que sempre respondiam que ambos fazem a mesma coisa, e isto nos remeteu a dupla jornada de trabalho das mulheres que não é reconhecida, pois além do trabalho na agricultura, nas feiras, elas precisam executar as tarefas domésticas, e não têm essa função considerada como um trabalho na comunidade. Quando indagado aos/as jovens **se os homens ajudam nos trabalhos domésticos**, uma jovem respondeu:

“Não, e as mulheres daqui já sabem que o machismo não permite” (Mali, F, 24 anos).

Há também as mulheres que trabalham na área urbana do município não só nos dias de feira, trabalham como domésticas, diaristas, muitas dessas são adultas, mas algumas jovens também exercem esse trabalho. Existe uma mobilidade para o trabalho na cidade entre as mulheres, pois o trabalho extra-agrícola na maioria dos casos torna-se uma necessidade estrutural, ou seja, a renda obtida nesse tipo de ocupação vem a ser indispensável para o próprio estabelecimento familiar (WANDERLEY, 1999).

Os/as jovens também trabalham na agricultura familiar, sendo que destes/as alguns recebem remuneração pelo trabalho, outros não recebem, trabalham com os pais nas atividades desenvolvidas na agricultura, e há os que trabalham na agricultura por conta própria, que geralmente são os homens jovens que possuem um pedaço de terra. Algumas poucas jovens também trabalham por conta própria ou criam animais, a exemplo de porcos, galinhas que quando reproduzem são comercializados.

Em um estudo com os/as agricultores/as familiares na Zona da Mata pernambucana, foi encontrado que os papéis de homens e mulheres na agricultura são ao mesmo tempo complementares e opostos, concretizam o antagonismo existente na sociedade

patriarcal: o masculino-feminino. O espaço de produção, as áreas de cultivo, compreende as atividades desenvolvidas pelos homens, o espaço de consumo, a casa, o quintal é considerado feminino (MEDEIROS; RIBEIRO, 2003). Nas comunidades quilombolas podemos observar que as mulheres fazem parte do espaço de produção e de consumo, como já referido. As mulheres trabalham na agricultura e comercializam os produtos nas feiras, ou seja, também fazem a ligação da casa com o mundo externo, embora a saída dessas esteja relacionada ao trabalho que diz mais da coletividade, do que da realização de um projeto individual, ou seja, as questões de gênero e classe social estão presentes no modo como a dinâmica do contexto quilombola entre homens e mulheres é organizada.

É importante lembrar que gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo a localização de cada sujeito dentro de relações globais de poder. A inserção nas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais, as mulheres não existem apenas como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas”, “mulheres imigrantes”, entre outras categorias. Cada descrição está referida a uma condição social específica (BRAH, 2006, p. 341).

Assim, é que nas comunidades quilombolas as mulheres podem sofrer as desigualdades de modos diferenciados, de acordo com a posição que ocupam, se trabalham na agricultura, em casa de família ou na cidade, se são esposas ou filhas de pessoas que tem uma visibilidade dentro da comunidade, a exemplo das lideranças quilombolas, entre outras. Diferença nesse sentido é uma diferença também de condições sociais, de modo que o foco analítico está colocado na construção social de diferentes categorias de mulheres dentro dos processos estruturais e ideológicos mais amplos (BRAH, 2006).

Em relação ao contexto quilombola outra questão a que os/as jovens fizeram referência foi ao período dos finais de semana na comunidade, considerado por alguns e algumas tumultuado, por outros/as um período de alegria, de movimentação na comunidade, já que durante a semana a vida é mais calma. Vejamos os relatos a seguir:

P: Como é a vida aqui na comunidade, nos finais de semana?

No final de semana assim, aqui em baixo na parte do Estivas é um pouco tumultuado, por causa dos bares, tem música, tem muita gente bebendo, é movimentado por causa dos bares, só isso, mas o resto é tranquilo, tem famílias que ficam reunidas em suas casas (Shena, F, 21 anos).

“Final de semana é só cachaça, **a maioria é só na cachaça**, agora os novos, porque os velho não aguenta mais” (Mali, F, 24 anos).

Os discursos acima revelam o abandono dessa população pelas políticas públicas que não equipam as comunidades com estrutura para lazer, com atividades que possam ser desenvolvidas pelos/as jovens nos finais de semana. Podemos observar ainda, no discurso da jovem acima, a referência que é feita às pessoas idosas, “os velho não aguenta mais”. Ficamos refletindo sobre essa questão, se os/as idosos/as não têm mais condições de fazer uso de álcool justamente devido às consequências que sofrem pelo uso dessa substância que já foi realizado durante muito tempo de suas vidas, pois um fato que observamos em uma das comunidades foi o velório de um senhor com mais de 70 anos, cuja morte, segundo os/as moradores/as foi decorrente de doenças desenvolvidas através do uso da bebida.

Chamou atenção ainda, para a ausência de políticas públicas para os/as idosos/as, porque também nem todos/as adoecem em decorrência do uso de álcool, e independente da causa de adoecimento esses/as precisam ser cuidados/as. É necessário que exista atividades de lazer para os/as idosos, assistência à saúde, programas de prevenção a doenças que são mais prevalentes nessa fase da vida. Pensando a realidade dos/as jovens vimos que as questões de desigualdades sociais têm sido transmitidas geracionalmente.

Quando **indagamos/as os/as jovens sobre o que eles/as gostariam que mudasse nas comunidades foi relatado que:**

“Tem muitas coisas que precisa melhorar, nada tá 100% aqui, sobre negócio de saúde, educação, **tá precisando muito**. Não só aqui como em outras comunidades também, várias comunidades tão precisando disso e tem que ter mais apoio, porque **apoio aqui tá fraco**” (Rashid, M, 18 anos).

Uma das jovens relatou: “Eu queria muito que tivesse alguma coisa aqui, uma praça bonita, mas já que não tem eu fico em casa” (Gina, F, 22 anos).

Indagamos se **os/as jovens faziam algo para tentar conseguir melhorias para comunidade**, a entrevistada respondeu:

“Não, porque isso **não é obrigação dos jovens** não, é do presidente da comunidade, eles são presidente já tá dizendo tudo, correr atrás de coisas pra comunidade” (Gina, F, 22 anos).

P: Os jovens participam da busca por melhorias para a comunidade?

Na verdade era pra gente mesmo lutar pelos nossos direitos, **mas ninguém tem coragem de chegar, de falar, de se reunir e ir apertar o prefeito** pra ele fazer as coisas aqui, só Zé Carlos mesmo, ninguém tem disposição, aqui só quem tem mais disposição são os mais velhos, na verdade era pra ser todos, pra ter uma comunidade mais melhor. Aqui não tem campo de futebol, essas coisas que influencia pra não entrar na vida errada (...), era pra ser melhor a juventude, era pra ter mais apoio da prefeitura, brincadeiras, jogo de futebol, que quando a pessoa é jovem gosta disso, até adulto mesmo gosta, se diverte com isso, aí a juventude fica boa (Rashid, M, 18 anos).

Nos relatos acima podemos perceber que não existe uma mobilização dos/as jovens para lutarem por melhorias no contexto quilombola, pelo acesso dos/as mesmos/as a saúde, educação de qualidade, práticas de lazer, por mais que muitos falem das diversas dificuldades que marcam a vida nas comunidades. Se por um lado, pensamos que a falta de incentivos, a baixa escolaridade, a violência sofrida através do estigma por serem quilombolas pode contribuir para que os/as jovens não estejam atuantes na luta pelos seus direitos, por outro, vemos que justamente por estarem alijados desses direitos é que os/as jovens deveriam se mobilizar e lutar por melhorias.

Ficamos nos questionando o porquê disto não está acontecendo, visto que em outros contextos, os/as jovens são apontados/as como mobilizadores/as da ação política. Lembramos que em conversa com algumas pessoas na comunidade, procuramos saber se os/as jovens participam da tomada de decisões referente às mesmas, se os/as jovens são ouvidos naquela coletividade, e vimos que isso não acontece, os/as jovens não são considerados/as pessoas que têm condições de decidir algo para as comunidades, só os adultos participam das decisões. Ou seja, a hierarquia geracional no campo da participação política é evidente, as relações de poder nessa hierarquia estão presentes de modo que isso pode ser um dos fatores que tem dificultado esses/as jovens lutarem pelo que desejam, pois no interior da própria comunidade esses/as não são ouvidos/as e nem incentivados a se engajarem em ações políticas. Essa questão nos fornece também indícios da visão de juventude presente na comunidade, jovens são aquele/as que ainda não estão preparados/as para a vida política, não têm direito de escolha.

Ao abordar os desafios e possibilidades para a participação juvenil na cultura política, Menezes e Costa (2012, p.53) ressaltam que:

os jovens também enfrentam desafios para o engajamento na vida pública, porque há diferentes visões nas relações intergeracionais; ora há incentivo, abertura, ora há restrição ou, ainda, uma expectativa referenciada no modelo

adulto de participação. Muitas vezes, os conflitos geracionais colaboram para desvalorizar seu envolvimento em diferentes espaços.

Essas são questões sobre as quais temos refletido quando pensamos sobre a não participação dos/as jovens quilombolas em alguns espaços e decisões. Esse afastamento do campo da participação tem repercussões negativas, segundo as autoras, Menezes e Costa (2012, p. 52), “quanto mais tempo levem a se inserir nesse campo, [...] menor chance de rever e/ou intervir para a transformação das relações autoritárias, paternalistas, personalistas que marcam a cultura brasileira”. Ou seja, a possibilidade de lutar pelas situações de opressão que sofrem é comprometida.

Mas, quem são esses/as jovens que dialogaram conosco no período de observação nas comunidades e que foram nossos interlocutores nas entrevistas, eles/as se definem como jovens? Ficamos nos indagando sobre isso durante a incursão no campo, vejamos o que eles/as relataram sobre ser jovem e quilombola.

5.2 Ser jovem e quilombola

Buscamos conhecer através dos/as jovens se eles/as se consideram jovens e o que significa ser jovem para os/as mesmos/as. Encontramos que para alguns e algumas participantes, a juventude está associada à idade, e muitos/as afirmaram ser jovens por terem 19, 20, 22 anos, outros/as atribuem a juventude características como: saber aproveitar a vida, ter coragem, responsabilidade, liberdade, ânimo para viver, força, alegria. O que corrobora com uma pesquisa realizada por Paulo e Wanderley (2010), com jovens rurais do município de Orobó em Pernambuco, onde algumas respostas foram centrais nos relatos dos entrevistados quando se referiam à juventude: juventude associada à liberdade, à alegria de viver, à diversão, ter direitos e deveres, ser capaz de assumir responsabilidades, namorar; a qualidades pessoais e disponíveis para participar de grupos, ter energia, coragem, força de vontade; a juventude como momento de amadurecimento e de preparação para o futuro, entre outros aspectos. Percebemos no presente estudo que entre os homens e as mulheres jovens, estes também são os discursos que se apresentam conforme pode ser visto abaixo:

P: Para você o que é ser jovem?

“Ser jovem é **saber viver** com limite de responsabilidade, saber viver, eu me considero jovem porque eu tenho 19 anos, sou jovem ainda” (Aybu, M, 19 anos).

É muita **diferença ser jovem dos pessoal de idade**, o pessoal assim da minha idade, a pessoa curte melhor, porque o pessoal de idade meu Deus do céu, chegou assim seus 45 anos, não tem mais força pra nada, fica assim mole, nós novo tem todo ânimo pra fazer o que nós quer, estudar, tudo, acho que é muito melhor (Chinaka, F, 22 anos).

“É como eu sou uma pessoa jovem, **ser jovem é bom demais**, depois que ficar veio as coisas mudam, jovem tem que aproveitar a vida, depois que fica veio não tem como aproveitar” (Ghali, M, 18 anos).

Fica também evidente o quanto é atribuído um valor positivo a juventude, e ainda chama atenção como a velhice é percebida pelos/as jovens, um período da vida de inutilidade. Ficamos refletindo sobre a relação dos/as jovens com os/as idosos/as da comunidade, já que esses/as são percebidos da forma que foi apresentada nos discursos, o/a idoso/a não pode fazer mais nada, será que há uma relação de respeito, de cuidados? Mas, não chegamos a explorar esse assunto junto aos/as jovens.

No discurso de um dos jovens aparece uma ideia de juventude que faz alusão a não responsabilidade com a família e com o trabalho, sendo esta destinada a vida adulta:

P: Você se considera jovem?

Eu me considero jovem, porque eu acho que a pessoa pra ser assim adulto, adulto a pessoa sente quando tá uma pessoa de responsabilidade, pai de família, trabalho, filho, mulher, mas no momento assim, eu me considero jovem ainda, e porque é recentemente que eu completei os 18, aí eu não posso dizer que sou adulto, tenho que ser real, não posso dizer uma coisa que sou, se eu não sou (Rashid, M, 18 anos).

Este discurso não é algo recorrente na vida dos/as jovens rurais, mesmo para aqueles/as que se consideram jovens, pois muitas vezes, alguns desde criança trabalham com os pais na agricultura, e quando crescem, continuam trabalhando na agricultura com mais afinco ou saem em busca de trabalho para arrumar o próprio sustento e ajudar a sobrevivência da família, abandonando algumas vezes os estudos e trabalhando na informalidade. O discurso mencionado acima pode ser o reflexo da situação social vivenciada pelo jovem participante do estudo. Durante a entrevista percebemos que o mesmo faz parte de uma família que possui condições econômicas favoráveis, que possibilita que esse jovem diferente de alguns outros das comunidades, tenha sua responsabilidade com o trabalho adiada, e faz com que o mesmo atribua essa à vida adulta.

Ainda, no discurso do jovem acima quando o mesmo afirma “(...) adulto é quem tem responsabilidade, pai de família (...)”, nos aponta a ideia do homem provedor do lar, responsável pela família, algo que se faz presente na cultura das comunidades quilombolas.

Outro ponto que consideramos importante mencionar é o sentir-se jovem para aqueles/as que são casados/as:

P: Você se considera jovem?

“A pessoa com 22 anos, na flor da idade, é jovem ainda” (Ghedi, M, 22 anos, casado).

O jovem é casado e não deixou de se considerar jovem devido ao seu estado civil, que comumente no contexto quilombola representa uma passagem para a vida adulta. Assim como, também a literatura sobre juventude rural (WANDERLEY, 2007) que apresenta como é comum no espaço rural às pessoas deixarem de ser consideradas jovens quando se casam e/ou tem filhos/as.

Encontramos também entre algumas mulheres, que estas também não deixaram de se sentir jovens porque casaram e/ou tiveram filhos/as:

P: Por que você se considera jovem?

“Porque agora que eu tenho 24 anos, **tô nova, sou jovem**” (Mali, F, 24 anos, casada, tem duas filhas).

Essa percepção é divergente nas comunidades estudadas, os/as jovens independente do estado civil, casados/as, terem filhos/as, alguns e algumas se consideram jovens, mas os/as moradores/as adultos e idosos/as não os/as percebem dessa forma.

Durante o período que estive nas comunidades observando e participando de alguns momentos junto aos/as quilombolas, quando eu falava sobre a pesquisa, e mencionava que era um estudo com os/as jovens, muitos faziam referência aos alunos/as das escolas também da comunidade que possuem 13, 14 anos. Certo dia cheguei em uma casa que as mulheres costumam se reunir para jogar baralho e falei sobre a presente pesquisa, mesmo estando nesse local mulheres que tinham 20, 22 anos, uma senhora afirmou “aqui, não tem jovem não, as que tem são essas tudo mãe de família já, adulta, **você vai encontrar os jovens lá na escola**”.

Existem também aqueles/as que associando juventude à idade não se consideram mais jovens:

P: Você se considera jovem?

“Não, eu já tô com 22 anos, já tô velha, não me considero jovem não, dos 14 até os 17 é jovem, passou disso tem que pensar em coisa boa e fazer o certo porque não é jovem mais não” (Bahati, F, 22 anos).

Podemos inferir através desse discurso que a juventude é o tempo de experimentação, independente se os comportamentos são considerados adequados ou não, esse é um período da vida que isto é permitido. Há ainda aqueles/as que atribuem à juventude determinados comportamentos:

P: Por que você não se considera jovem?

Eu não sou jovem mais não, já passei essa fase. Jovem é assim, menina de 10 anos, 12, o quê? 12 abaixo, porque elas só vivem no bar bebendo e fumando, onde é que é criança mais, jovem é esse rapaz que tem aqui no jogo de bola, fica em casa vai brincar mais as meninas, os meninos. Mas, só quer viver em porta de bar com 10, 11 anos, já é uma mulher veia (Rhanda, F, 21 anos).

Percebemos no relato acima que o fato de algumas pessoas frequentarem os bares, beberem e fumarem, comportamentos considerados tipicamente adultos faz com que não sejam percebidos/as como jovens independente da idade que possuem. Outra questão presente e que nos chama atenção é a idade referida das meninas que frequentam os bares, isso eu também observei em uma das visitas que realizei no período de observação nas comunidades, no dia que eu estava em um dos bares, havia uma menina que fiquei sabendo, que ela tinha 13 anos e estava lá bebendo. As pessoas da comunidade costumam falar que não acham certo, mas nada é feito em relação a isso.

As percepções sobre a juventude nas comunidades são diversas, pois existem aquelas pessoas que se consideram jovens independente do estado civil, se casado ou solteiro, com filhos ou não. Há aqueles/as que pautam a juventude através da idade, outros através de comportamentos apresentados por alguns e algumas. Mas, existe outra especificidade que faz parte dos/as participantes deste estudo que é a identidade quilombola.

Muitos/as jovens, quando indagados/as sobre o que é ser um/uma jovem quilombola, fizeram referência ao preconceito sofrido, sobretudo quando em contato com os/as moradores/as da cidade. Em uma entrevista¹⁴ à revista FORUM, o Antropólogo Kanbegele Munanga (2013) fez menção à pesquisa realizada pela Folha de S. Paulo em 1995,

¹⁴ A entrevista é intitulada “Nosso racismo é um crime perfeito”. Está disponível no site <<http://jornalggn.com.br/noticia/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito>>. Acesso: 22 de novembro de 2013. Usamos a versão online da entrevista por isso quando fizemos referência a mesma neste texto não citamos a página correspondente as citações.

quando se perguntou a muitos/as brasileiros/as se existe racismo no Brasil. Mais de 80% disseram que sim. Perguntaram para as mesmas pessoas: “Você já discriminou alguém?”. A maioria disse que não. Significa que há racismo, mas sem racistas.

Conforme pontua Munanga, o racismo está espalhado no ar, e de fato é isto que observamos nos discursos dos/as jovens quilombolas, uma trajetória marcada pelo preconceito e a discriminação conforme relato a seguir:

P: O que é ser uma jovem quilombola?

É legal, ser uma jovem quilombola tem seu lado bom e tem seu lado ruim, porque **apesar da escravidão já ter passado tem pessoas que tem preconceito**, tem gente que não gosta de mim porque eu sou do Castainho, é negro do Castainho, tem seu lado bom porque tem lugares que apoia a comunidade, que trata super bem, não tem preconceito algum, mas tem alguns que não gosta da comunidade, **fica discriminando a gente que mora aqui**, e eu não gosto, eu sou quilombola, adoro o Castainho, e se fosse pra mim escolher um lugar pra mim nascer hoje, eu escolheria o Castainho com certeza, aí é assim, como eu falei tem seu lado bom e seu lado ruim, porque tem muita gente que não sabe reconhecer, e tem muita gente que dá valor. Tem gente que nunca veio ao Castainho, mas discrimina sem conhecer, aí é como eu falei, você não pode julgar uma pessoa sem nem conhecer, tem gente que bota uma fama no Castainho porque é um sítio, porque é um quilombo, mas não tem nada a ver. Tem pessoas normais como em todo lugar, tem gente muito necessitada e tudo, mas tem pessoas muito legais. **Já sofri bastante preconceito quando eu estudava**, até a 4ª série eu estudei aqui, depois fui pra cidade, quando **cheguei lá sofri bastante por ser negra**, porque quando perguntavam de onde tu é, que eu dizia do Castainho, diziam ave Maria, tu mora ali é? (Shena, F, 21 anos).

O relato apresenta situações de preconceito das pessoas da cidade em relação aos/as quilombolas, mas podemos perceber que a entrevistada afirma que gosta de morar no Castainho, há também aqueles/as que por sofrerem preconceito gostariam de morar em outro lugar, não se sentem pertencentes à comunidade de origem, ao sítio. As comunidades são chamadas pelos/as moradores/as com essa denominação “sítio”¹⁵. O fato que nos chama atenção também, é a instituição onde a violência foi sofrida, a escola, um lugar que deve trabalhar com os/as alunos/as a questão do preconceito e de todo tipo de discriminação, foi contraditoriamente o espaço que favoreceu que os direitos dos/as quilombolas e o respeito a sua cultura não existissem.

¹⁵ Faremos uso da denominação comunidade, por acharmos que esse termo define melhor o contexto que estamos estudando um grupo quilombola que tem uma ancestralidade histórica em comum, inclusive, porque também esse grupo já foi reconhecido formalmente pela União Cultural Palmares como comunidades quilombolas, portanto quando aparecerem nos relatos dos/as jovens a palavra sítio, os/as mesmos/as estão se referindo a comunidade.

A situação acima nos lembra também que foi criada uma Lei¹⁶ que determina a obrigatoriedade do ensino da cultura africana nas escolas, mas sabemos que nem todos/as os/as professores/as estão preparados/capacitados para trabalhar essa temática, como aponta Munanga (2013)¹⁷ “os educadores não têm formação para ensinar a diversidade. Estudaram em escolas de educação eurocêntrica, onde não se ensinava a história do negro, não estudaram história da África, como vão passar isso aos alunos?” O referido autor pontua ainda a importância da formação dos/as educadores/as, para que os/as mesmos/as possam orientar seus e suas alunos/as por onde começou a cultura negra no Brasil, as provas de resistência e dignidade humana dos/as negros/as, pois o mesmo acredita que só assim o processo pode funcionar, se as pessoas aprenderem a valorizar a diversidade cultural.

Encontramos em outro relato jovens quilombolas que reprovam alguns comportamentos apresentados por algumas pessoas que habitam nas comunidades, que devido ao preconceito sofrido têm vontade de morar em outro lugar:

P: Para você o que é ser uma jovem quilombola?

Olha mulher, eu não gosto nem de dizer que sou do quilombo, porque eu não gosto não de dizer que eu sou do quilombo, o povo oia, **uma situação precária**, eu não gosto nem de viver nessa comunidade, se eu pudesse eu me mudava, não gosto não de dizer que eu sou quilombola, porque assim, os quilombolas têm uma tradição e eu já tenho outra, quilombola é mais negócio assim de quilombo, gosto não. **A maioria do povo da cidade tem preconceito**, aconteceu um assalto pensa logo que é no Castainho, porque os povo da cidade pensa que o povo aqui da Estivas e do Castainho são tudo mafioso, trombadinha e não são, porque aqui, apesar de ter muita coisa ruim, tem muita gente boa. Mas, o povo da cidade só fala mal do povo do sítio. Também o povo do sítio não tem vergonha mulher, só vive na porta da delegacia, por isso que o povo da cidade fica dizendo são um bando de muniça, por isso que eu não gosto de dizer que sou daqui, porque eu sou diferente (Bahati, F, 22 anos).

Podemos inferir através do relato acima, quando a jovem afirma: “os quilombolas têm uma tradição, e eu já tenho outra, quilombola é mais negócio de quilombo, gosto não”, que existe uma dificuldade nas comunidades de repassar geracionalmente o “valor” identitário. Ficamos refletindo o porquê disto acontecer, pois as dificuldades que precarizam as condições de existência dos/as quilombolas é o que poderia leva-los/as a divulgar e transmitir as questões culturais. Talvez isso não esteja sendo realizado devido às dificuldades de acionar a participação política, a entrada nos meios de comunicação de massa, as novas

¹⁶ A Lei criada foi a 10.639. Para mais informações sobre essa lei, ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>.

¹⁷ Trecho da entrevista disponível em versão online.

atividades que acabam competindo com as atividades tradicionais, onde os ensinamentos históricos eram repassados, entre outros fatores.

Com isso, há um enfraquecimento do sentimento de pertencimento àquela coletividade, que pode ter repercussões negativas na vida dos/as jovens. Percebemos ainda, o quanto as questões de raça/etnia e classe se sobressaem na negação da identidade quilombola pela jovem, pois é devido a sua condição de classe e raça/etnia que a mesma sofre por ser desse contexto que é mal visto pelas pessoas da cidade.

Outra questão abordada, é que a jovem afirma que as pessoas do “sítio”, “só vive na porta da delegacia”. Isto nos chama atenção, pois nos parece que a delegacia é uma das portas de entrada dos/as quilombolas na cidade de Garanhuns, talvez seja o lugar que os/as mesmos/as consideram mais acessível para buscar seus direitos. Sendo que este também é o lugar que fortalece o estigma que os/as quilombolas possuem de violentos, briguentos, que causam confusão. Os motivos que os/as levam a procurar a delegacia são diversos, um deles são as brigas que ocorrem com pessoas sob o efeito do álcool, essas brigas pelo que relataram os/as jovens, adultos e idosos/as em conversas informais durante nossas observações nas comunidades, são frequentes nos finais de semana, e quando acontecem festas, a exemplo da Festa da Mãe Preta. São essas brigas um dos motivos que faz com que, principalmente alguns e algumas idosos/as não frequentem as festas que ocorrem nas comunidades.

Há também aqueles/as jovens que sofrem preconceito por serem quilombolas e, por serem das comunidades/sítios, são chamados/as de matutos, mas afirmam que isso é normal, que estão acostumados.

P: O que é ser uma jovem quilombola?

Às vezes é complicado, porque o povo fica criticando, a gente que é da dança, chama a gente de macumbeira, diz que a gente vai dançar xangô, fica criticando, quando a gente sai pra algum lugar diz, **olha os negro do quilombo**, não sei o quê, fica criticando a gente, muita gente diz isso na cidade quando a gente vai apresentar. A gente foi apresentar na Cohab I em uma escola, aí o povo ficou, olha as negras lá do sítio, criticam também porque a gente é do sítio, **ficam dizendo que a gente é matuto, mas a gente não liga não, entendeu**. Eu acho que é porque eles não conhecem também, nunca ouviu falar, aí quando ver fica criticando, se eles conhecessem não teria nenhuma crítica contra isso (Jamila, F, 18 anos).

Existe uma tendência na Grã-Bretanha de considerar o racismo como algo que tem a ver com a presença de pessoas negras. Mas, é importante salientar que tanto negros quanto brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da raça. A

racialização da subjetividade branca não é muitas vezes manifestamente exposta para os grupos brancos, porque “branco” é um significante de dominância, mas isso não torna o processo de racialização menos significativo. É necessário, portanto, analisar, que a mulher branca ou negra, assim como o homem branco ou o negro são construídos/as (BRAH, 2006). Trouxemos essa discussão abordada pela Avta Brah, porque a jovem do relato acima que se referiu ao preconceito sofrido, possui o fenótipo branco, mas vemos que o fato de ser quilombola foi suficiente para a discriminação sofrida, independente da cor, a etnia nesse sentido prevaleceu para que essa jovem fosse olhada de maneira diferente na área urbana de Garanhuns.

Essa questão nos lembra também as reflexões feitas por Scott (2005, p.18) em seu artigo intitulado “O enigma da igualdade”, a autora fala sobre as tensões existentes entre indivíduo e grupo, nas situações de exclusões e discriminações:

as identidades de grupo são um aspecto inevitável da vida social e da vida política, e as duas são interconectadas porque as diferenças de grupo se tornaram visíveis, salientes e problemáticas em contextos políticos específicos. É nesses momentos quando exclusões são legitimadas por diferenças de grupo, quando hierarquias econômicas e sociais favorecem certos grupos em detrimento de outros, quando um conjunto de características biológicas ou religiosas ou étnicas ou culturais é valorizado em relação a outros, que a tensão entre indivíduos e grupos emerge. Indivíduos para os quais as identidades de grupo eram simplesmente dimensões de uma individualidade multifacetada descobrem-se totalmente determinados por um único elemento: a identidade religiosa, étnica, racial ou de gênero.

Outra questão é que a jovem afirma que não se importa com o preconceito sofrido, assim como o jovem do relato abaixo que se referiu ao preconceito sofrido como algo normal, vejamos a seguir:

P: O que é ser um jovem quilombola?

Quando a gente passa na cidade tem gente que diz, oia os negro do Castainho já vai, eu sou negro, mas não me troco por vocês não, mas eu não ligo não pra essas coisas não, **acho até normal**. Porque desde pequeno já **crece com isso na cabeça**, negro do Castainho, normal, a pessoa nem liga mais (Yerodin, M, 22 anos).

Esses discursos nos chamaram atenção, o fato dos/as jovens considerarem a violência sofrida como algo normal, sem demonstrarem insatisfação com essa situação, e ficamos nos indagando o porquê desse modo de pensar? Será que ignorar a realidade é uma forma que encontraram para elaborar o sofrimento vivenciado? Cadê os/as jovens que não se

conformam com as injustiças, que lutam pelos seus direitos, que lutam para serem respeitados? Os/as jovens crescem se conformando com as situações que os humilham. Por que não aprendem a resistir a essas situações? Onde a rede de apoio¹⁸ está vazada de modo a permitir o que ocorre com esse grupo?

Outra questão que podemos refletir a partir dos discursos acima do/a jovem que acha normal o preconceito sofrido, é o fato do racismo ser também uma violência simbólica. A noção de violência simbólica foi desenvolvida pelo pensador Francês Pierre Bourdieu (1975) para descrever o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados. Esse autor, junto ao sociólogo Jean-Claude Passeron considera que o sistema simbólico de uma determinada cultura é arbitrária, é uma construção social, e sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, através da interiorização da cultura por todos os membros da mesma. A violência simbólica se expressa na imposição “legítima” e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações de poder. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima, o oprimido considera a situação natural inevitável.

A violência racial constitui um constante ataque às identidades e subjetividades dos/as excluídos/as, por meio da veiculação de um discurso que estabelece o padrão cultural dominante, capitalista, branco e andrógino, ao qual a população negra é constantemente pressionada a se adaptar e moldar. A dominação racial estabelece ao racialmente dominado o lugar da desonra, o lugar de objeto do desejo do outro. O racismo, o sexismo e a classe social se reforçam mutuamente, na medida em que ocorre uma potencialização entre a dominação racial/étnica e a dominação de gênero e fazem com que grupos racialmente dominados estejam como que circulando por territórios de outrem (ANJOS, 2004).

No discurso de outra jovem podemos perceber que a mesma reconhece as dificuldades existentes por ser quilombola, mas tem em sua perspectiva de futuro, projetos para superar as dificuldades, conforme pode ser visto a seguir:

P: O que é ser uma jovem quilombola?

Eu sou quilombola, mas eu não fico focando só aqui no sítio não, eu penso em trabalhar, estudar, e como eu falo pra algumas meninas, não é porque somos do sítio que a gente tem que se prender só aqui, tem que estudar, conhecer outros lugares, tem que fazer amizade, tem que **pensar no seu**

¹⁸ A rede de apoio é composta por diferentes domínios, como família, escola, pares e comunidade. Compreende relações próximas e significativas que os sujeitos estabelecem, e representam o apoio que recebem ou que podem receber diante de adversidades na vida. A rede de apoio pode funcionar como fator de proteção, uma vez que ajuda os sujeitos a desenvolver estratégias para enfrentar as mais diversas situações, contribuindo para o desenvolvimento dos sujeitos (COSTA, 2009).

futuro, pra não ter o futuro que as outras pessoas mais velhas tiveram, não tiveram oportunidade de estudar, eu por ser quilombola, eu penso em estudar muito, pra quando eu ter meus filhos eu dá exemplo a eles, e dizer a eles que eu fui quilombola com muito orgulho e venci. Porque você mora no sítio não precisa só ficar presa aqui não, eu tenho orgulho de dizer que sou quilombola (Dara, F, 19 anos).

Podemos observar que a saída encontrada pela jovem para lidar com as dificuldades existentes no contexto das comunidades quilombolas, é voltada para uma perspectiva da mudança de vida através dos estudos. Ficamos refletindo sobre o discurso dessa jovem e percebemos que, embora a lógica da vida em comunidade seja baseada na coletividade, alguns e algumas jovens estão buscando realizar projetos de vida individuais.

O preconceito sofrido pelos/as jovens além de ser devido a raça/etnia é também devido ao local de moradia, como também já foi possível perceber nos relatos acima, os/as jovens são estigmatizados como matutos por morarem no “sítio”, vejamos o relato de Thembi:

P: Você falou sobre preconceito, como você percebe esse preconceito com os jovens quilombolas?

“Eu já vi colega meu sendo chamado de **matuto por ser do sítio**, o pessoal fica com um pouco de preconceito porque é do sítio, porque é negro, eu faço parte daqui, eu nasci aqui, minha família é descendente de quilombola eu faço parte” (Thembi, M, 19 anos).

O estigma pode destruir os atributos e qualidades do sujeito, exercer o poder de controle das suas ações e reforçar a deterioração da sua identidade social. Através do estigma a sociedade impõe a rejeição, o que leva à perda da confiança em si e reforça o caráter simbólico da representação social, segundo a qual os sujeitos são considerados incapazes e prejudiciais à interação sadia na sociedade (MELO, 2000). É isso que pode acontecer com os/as jovens quilombolas quando são estigmatizados devido à condição de raça/etnia, local de moradia e classe social, são colocados como aqueles/as que não devem interagir com os/as demais da sociedade, pois são vistos/as como uma ameaça a integridade da mesma. O sofrimento que tal prática ocasiona pode trazer sérias consequências para a vida dos/as jovens, o enfraquecimento da autoestima, da sua condição de sujeitos políticos, e dos/as mesmos/as deixarem de acreditar que são capazes de realizarem seus projetos de vida.

Encontramos também os/as jovens que possuem uma visão positiva de ser quilombola, e relataram um pouco do que a comunidade oferece para se divertirem, como no relato abaixo:

P: O que é ser um jovem quilombola?

Na verdade, ser um jovem quilombola aqui dentro a pessoa é mais livre, a gente sai, aproveita o dia, porque não tenho compromisso, enquanto não começa a escola, a pessoa sai, fica conversando com os outros, se empolgando, pra o dia passar mais ligeiro, quando não a gente sai pra os açude que tem aqui perto, quando é tempo de fruta a gente sai pra se divertir, pra umas grota que tem plantação de manga aqui perto, aí sai pra curtir e se divertir, agora tudo na brincadeira (Rashid, M, 18 anos).

Percebemos que alguns e algumas jovens fazem referência a um modo de vida não urbano que eles/as gostam de manter, pois têm a possibilidade de usufruir da natureza, por outro lado, vimos o quanto a falta de equipamentos sociais para lazer, formação e capacitação dos/as jovens nas comunidades acaba fazendo com que os/as mesmos/as recorram sempre as raras atividades para “passar o tempo” e se divertirem.

Pudemos observar que a trajetória dos/as jovens quilombolas é marcada por preconceitos, discriminação e exclusão. Alguns e algumas talvez para lidar com o sofrimento vivenciado ignoram as situações de preconceito e discriminação que sofrem, outros/as tem procurado saídas para solucionar os problemas que vivenciam atualmente nas comunidades, mas estas saídas estão voltadas muito mais para uma lógica individualista do que uma busca de melhoria para a coletividade. Há, ainda, aqueles/as que ressaltam o que existe de positivo no modo de vida nas comunidades. Segundo os/as jovens essas impressões é que constituem o ser jovem quilombola. A seguir podemos observar algumas questões presentes no cotidiano desses/as jovens.

5.3 O cotidiano dos/as jovens quilombolas

Buscamos conhecer o que os/as jovens quilombolas costumam fazer nas comunidades durante a semana e nos finais de semana, quais as atividades desenvolvidas, como o tempo é usado, o cotidiano desses/as jovens. Vimos que, durante a semana, as atividades são diversas: alguns estudam, outros/as estudam e trabalham, dentre os/as que trabalham há aqueles/as que trabalham nas comunidades, sobretudo na agricultura, e outros/as na área urbana de Garanhuns, geralmente na informalidade. As mulheres jovens e adultas trabalham como domésticas, e em salões de beleza como cabelereiras, manicure, e os homens jovens e adultos trabalham como serventes de pedreiro, em oficinas mecânicas, vendedor ambulante, e alguns jovens estão servindo ao Exército nesta cidade. Há também aqueles/as que não estudam, não trabalham, entre esses/as, algumas jovens ajudam nas tarefas

domésticas, não tendo esse trabalho reconhecido, e os jovens, segundo os/as mesmos/as, andam pelas comunidades, jogam futebol, reúnem-se para conversar, beber. As jovens também se reúnem com as amigas na comunidade, e, assim como os jovens, conversam, bebem, passeiam na localidade.

É importante ressaltarmos que a dificuldade para conseguir um emprego formal na área urbana do município, faz com que esses/as jovens trabalhem na informalidade, ficando mais uma vez, a margem da sociedade, sem carteira de trabalho assinada, não podendo usufruir os direitos de todos/as os/as trabalhadores/as, sendo também mal remunerados/as. A exceção são os poucos jovens que prestam serviço ao Exército, que é um tipo de trabalho diferenciado dos que estão na informalidade, e os/as que conseguem um contrato em alguma empresa, a exemplo da Bom Leite, fábrica de leite e derivados, localizada em Garanhuns. O Exército é um local que segue a tradição cultural, só os homens é quem pode “servir”, quando existem mulheres elas têm outras profissões, a exemplo de enfermeiras, dentistas, que estão atuando neste âmbito. Assim, para os/as quilombolas este também é um local restrito, alguns jovens conseguem passar um período trabalhando nessa Instituição, e as mulheres não têm os requisitos para atuar na mesma, sendo esse apenas um dos tipos de trabalho segregado por gênero. Esses jovens que estão no Exército passam a ser bem vistos nas comunidades, o local de trabalho, o uso da farda atribuem certo poder aos mesmos.

Vários fatores dificultam os/as jovens quilombolas conseguirem um trabalho formal: o nível de escolaridade baixa, a condição de raça/etnia, o local de moradia. Alguns e algumas jovens afirmaram que quando vão à cidade procurar trabalho, se revelarem que moram no “sítio” é difícil serem contratados/as, porque as pessoas acham que como o local de moradia é afastado da cidade vai ser difícil para os/as mesmos/as cumprirem os horários determinados, e também pelo estigma por serem quilombolas. Com isso, percebemos que vários fatores estão presentes, gênero, raça/etnia, classe, território/local de moradia que de modo relacional contribuem para as dificuldades de empregabilidade entre os/as jovens.

As desigualdades de gênero e raça/etnia mostram-se como preditores significativos do desemprego. As mulheres, principalmente as negras, são as que possuem o mais alto nível de desemprego, a posição mais vulnerável no mercado de trabalho, para as quais a interseccionalidade entre as condições raciais e de gênero agrava a discriminação sofrida.

Em uma pesquisa realizada por Bernardino-Costa (2013), o autor observou nas narrativas das trabalhadoras domésticas a discriminação racial e de classe ocorridas no local de trabalho, inclusive impetrados pela outra mulher, a empregadora. Isso porque as desigualdades de gênero são vivenciadas de modo diferente entre as mulheres. Foi visto também que não somente os marcadores de classe e raça configuram a opressão da trabalhadora doméstica, mas também a vulnerabilidade ao assédio e violência sexual. Do conjunto de trabalhadoras domésticas entrevistadas praticamente todas tinham tido experiência de violência sexual ou conhecia alguma trabalhadora que tivesse passado por tais experiências.

Caldwell (2000, p.100) chama atenção para o fato de que “as relações de poder têm moldado as vidas, posições sociais e identidades de mulheres negras e brancas, realçando a inter-relação de raça e gênero na sociedade brasileira”. Há um aprisionamento do corpo e imagem da mulher negra a uma posição no sistema de estratificação social brasileiro, uma herança do nosso passado colonial, que se tornou um fenômeno retroalimentado pelas práticas cotidianas atuais, que através dos eixos de poder, raça, classe, gênero, percebemos que estes geram e reforçam as opressões.

No que se refere às outras atividades desempenhadas pelos/as jovens durante a semana, vejamos a seguir alguns relatos:

P: O que os jovens e as jovens costumam fazer durante a semana aqui na comunidade?

Os jovens têm uns que trabalham, tem uns que são amigados que tem que sustentar os filhos, mas tem outros que ficam só esperando chegar a sexta, o sábado e o domingo pra os outros que trabalham pagar uma Pitú pra eles, porque eles não trabalham aí não tem como comprar a cachaça, aí ficam esperando os outros trabalhar e comprar a cachaça. Ficam em casa dormindo, comendo. Porque também **serviço tá difícil por aqui, e eles já não tem estudo**, e tá difícil para arrumar serviço, porque eles só trabalham assim de bico, e não tem estudo aí como é que eles vão arrumar um serviço no comércio, vão arrumar um serviço de alguma firma sem estudo, aí por isso que é mais ruim pra eles. As jovens do mesmo jeito só dormir, algumas vão pra escola, mas tem delas que não estudam não, outras ficam batendo perna, arrumam a casa e ficam batendo perna (Bahati, F, 22 anos).

A entrevistada trabalha na comunidade. A mesma desistiu dos estudos, segundo relatou por “falta de coragem”, mas é interessante que ela reconhece a importância dos estudos quando afirma que para os jovens está difícil conseguir um emprego porque eles não têm estudo, mesmo assim, quando indagada se pretende voltar a estudar, ela respondeu que não: “estudo é negócio pra doido, quero mais não”. A falta de incentivo, de uma escola que

atenda as demandas da comunidade pode ser um dos motivos para que a jovem ora acredite ser importante ora não se sinta motivada a estudar, e também a falta de oportunidades, inclusive para os que estudam, pois a mesma jovem no decorrer da entrevista pontuou: “tem menino aqui formado, tão tudo trabalhando arrancando mato, plantando feijão, que não tem trabalho para ninguém”, ou seja, a falta de exemplo de jovens que tem conseguido realizar seus projetos de vida pela via dos estudos é também um fator que contribui à desmotivação da jovem para retornar a escola.

Quando a jovem acima afirma que desistiu dos estudos por “falta de coragem”, foi possível refletirmos sobre várias questões, além das já mencionadas. Vimos durante o período de observação nas comunidades que são diversas as dificuldades enfrentadas pelos/as jovens que querem dá continuidade aos estudos. Os/as mesmos/as precisam se deslocar para a cidade, pois as escolas das comunidades só funcionam até o ensino fundamental II. O trajeto para a cidade nem sempre é tranquilo, existe um ônibus que transporta os/as estudantes, mas quando este tem algum problema e não pode funcionar, porque também não é um ônibus novo, os/as estudantes vão à cidade em um caminhão tipo F.4000, que geralmente faz o transporte dos/as quilombolas que comercializam seus produtos nas feiras da cidade. Um desses acontecimentos foi possível de ser vivenciado no período de observação participante nas comunidades, conforme relatamos quando falamos sobre nossas incursões no campo.

O contexto de desigualdades sociais é bem presente na realidade dos/as quilombolas. Esse contexto algumas vezes tende a estender-se, pois alguns e algumas jovens quando constituem a própria família, e principalmente os homens jovens que nas comunidades são considerados os responsáveis pelo lar, precisam trabalhar na informalidade para arcar com as necessidades financeiras. Percebemos também que para alguns jovens, principalmente os homens, possuir um trabalho é mais importante, e mais valorizado por algumas famílias dentro daquela coletividade do que os estudos, inclusive na imagem de homem, porque homem “direito” no contexto das comunidades são aqueles que trabalham, que são responsáveis pela família, independente da idade, escolaridade e do tipo de trabalho.

Em relação às atividades desempenhadas pelos/as jovens foi relatado também que:

P: O que os jovens daqui costumam fazer durante a semana?

“Tem uns que trabalham, outras não, tem uns que durante a semana vive nos bares por aí, jogando baralho a semana toda, bozó” (Rhena, F, 21 anos).

Podemos observar que o uso de álcool é uma prática frequente entre os/as jovens, esses/as se referem às atividades desempenhadas incluindo o uso de álcool, existe uma naturalização das práticas de consumo nas comunidades, que ao mesmo tempo em que em alguns momentos funciona como um elemento que favorece a sociabilidade, em outros vimos que o uso abusivo já ocasionou diversas repercussões negativas na vida dos/as moradores/as.

Na modernidade, o indivíduo se encontra saturado de formalidades, objetivos práticos e regras. A sociabilidade vem a ser o espaço onde a interação sai destes meandros (formais) e entra no âmbito do jogo, da brincadeira, da conversa “despretensiosa”, do coquetismo (ligado aos aspectos do erotismo, do envolvimento) (SIMMEL, 2006).

Outra questão que observamos nas comunidades que é uma prática frequente e faz parte da sociabilidade dos/as mesmos/as são os encontros para os jogos, mas existe uma diferença, pois as mulheres jovens, adultas e idosas jogam baralho e os homens jovens, adultos e idosos jogam bozó. Esses jogos são apostados, o valor das apostas é variável de acordo com quem está jogando, e se é um período que as pessoas têm mais ou menos dinheiro. Em um dos momentos que foi possível estar com as mulheres enquanto elas jogavam, elas apostavam R\$ 2,00, mas afirmavam que só jogavam para se divertir. Existem as casas nas comunidades onde ocorrem os jogos de baralho e as casas onde ocorrem os jogos de bozó. Durante os jogos também é comum as pessoas fazerem uso de álcool, mas o uso é mais frequente no jogo dos homens.

Uma jovem relatou que antes as mulheres também bebiam enquanto jogavam, como sempre dava confusão para fazer as contas dos jogos, o dono de uma das casas onde os jogos acontecem que fica em um dos bares na comunidade de Estivas disse: “quem joga não bebe, e quem bebe não joga” (Bahati, F, 22 anos). O que chamou atenção também é que essa prática dos jogos está sendo desenvolvida pelas crianças, é comum ver na comunidade as crianças também jogando, principalmente bozó. Também ficamos nos indagando se o jogo está só relacionado a uma prática de lazer ou se de alguma forma também faz parte da renda financeira dos homens e das mulheres.

Em uma revisão bibliográfica nos bancos de dados MEDLINE, LILACS e PsycINFO, sem limite de tempo, Cecília Galetti et al (2008) encontraram que idosos, jovens e adultos jogadores recreativos apresentam consumo principalmente de álcool. Existe uma correlação entre apostas em jogos, sobretudo jogos de azar e consumo de substâncias psicoativas. Não se pode dizer que exista uma relação causal entre os fatores, mas estes dados

chamam atenção, nos faz refletir sobre os jogos nas comunidades quilombolas que são uma prática frequente assim como o uso de álcool. Pois é comum nas comunidades os/as moradores/as perderem dinheiro nas apostas dos jogos e, em alguns casos, altas quantias, conforme foi relatado por uma jovem, **quando indagada se as mulheres jovens casadas jogam baralho:**

As casadas gostam mais de jogar baralho no sábado, no domingo, mas tem jogo a semana toda, mas não é toda hora que elas tem dinheiro, aí elas jogam mais nos finais de semana, porque os maridos dão dinheiro pra fazer a feira, elas pegam o dinheiro pra jogar baralho, em vez de comprar três quilos de carne, traz só dois e o dinheiro do outro quilo, elas vão jogar baralho, em vez de comprar quatro quilo de açúcar, compra só dois. Aí perdem o dinheiro, tem uma mulher ali que perdeu pra outra R\$ 1000,00 que ela tava juntando esse dinheiro, mas ela muito aviciada aí perdeu esse dinheiro, R\$ 1000,00 e um celular (Bahati, F, 22 anos).

Percebemos que os jogos nas comunidades é uma prática de sociabilidade endógena que faz parte do repertório de diversão, lazer, passatempo, momento de encontro dos/as quilombolas. É importante também voltarmos à atenção para o lugar que esses jogos têm ocupado na vida dos/as jovens, pois como vimos no relato, o uso do dinheiro para as apostas, interfere na economia doméstica e pode trazer implicações no âmbito familiar. Além disso, como mencionado no estudo referido acima (GALETTI et al, 2008) existe uma relação entre apostas em jogos e uso de álcool, e embora este não tenha sido um assunto explorado no presente estudo, ficamos refletindo sobre as implicações das práticas de jogos para a vida dos/as jovens.

Os jogos podem repercutir no uso de álcool por diversos motivos, ou por ganhar ou por perder dinheiro, ou simplesmente por estar naquele espaço em que as pessoas que estão jogando também estão bebendo, como é o caso dos jogos “dos homens”. Lembramos que o problema não é jogar e também não é o consumo de álcool, mas é necessário um olhar cuidadoso sobre o modo como o jogo e o consumo ocorrem enquanto situação que pode comprometer a autonomia dos sujeitos com relação às escolhas de uso de álcool e as práticas de jogo como diversão.

Em relação à vida nos finais de semana, aparece nos relatos com muita frequência à ida dos/as jovens aos bares:

P: Como é a vida aqui nas comunidades nos finais de semana?

No final de semana a maioria, procura assim, os que trabalham que no final de semana quer aproveitar o tempo, curtir o tempo, aí sai logo cedo, vai pra a

bica, um açude, uma coisa assim, toma seu banho com a família, a namorada ou a mulher, quando não é isso sai pra os bar que tem por aqui, chega lá fica bebendo, escutando um sonzinho e se divertindo, até tarde (Rashid, M, 18 anos).

“É alegre, **os bares estão cheios** também, a gente anda muito, vai para outros lugares também pra curtir, dançar e beber” (Jamila, F, 18 anos).

Para os/as jovens que fazem uso de álcool e frequentam os bares, é comum ouvir o que está apresentado nos relatos acima, os/as mesmos/as se referirem aos finais de semana, como um período de alegria, de diversão nas comunidades, porque muitos vão aos bares, conhecem pessoas de outras localidades que também vão às comunidades. É momento de encontro, de conagração. Já para os/as jovens que não fazem uso de álcool, não é agradável o que é vivenciado nesse período:

P: Como é a vida aqui na comunidade nos finais de semana?

Aqui no sítio é bom de morar de conviver com algumas pessoas, mas agora esse período esses jovens tão mais pra lá, do que pra cá, muitas pessoas estão vindo pra cá por conta dos jovens, por causa de bebidas, de drogas, dessas coisas, aí eu não gosto não, porque ninguém vive em paz, é muita zuada, bagunça, briga dos bebos (Dara, F, 19 anos).

E quem são esses/as jovens que não fazem uso de álcool neste contexto onde essa prática é comum? Percebemos que são os/as jovens que acreditam que fazer uso de álcool e outras drogas pode atrapalhar seus objetivos de vida, como ter uma formação profissional, um emprego formal. Observamos também que são os/as jovens que seguem a religião evangélica, pois, segundo conversa com alguns e algumas jovens, para participar do grupo de jovens que existe na igreja evangélica da comunidade, não pode beber, nem estar em festas, pois os/as que fazem isso podem ser “disciplinados”, que significa serem afastados/as do grupo.

É importante salientarmos que quando os/as jovens atribuem somente ao uso do álcool o fator que pode atrapalhar a realização de seus objetivos de vida, podem não estar atentos/as aos outros aspectos que estão implicando na exclusão e na condição de subcidadania a que estão sujeitos os/as quilombolas, o que reforça uma perspectiva individualista e meritocrática de ascensão social.

Sabemos que as práticas religiosas, como mediação de relações sociais, são um objeto dinâmico e de grande variabilidade. A maior ou menor relevância da dimensão religiosa na formação e vida cotidiana das pessoas tem relação significativa com a

reconfiguração de relações sociais, familiares, mediadas por pressupostos ético-políticos e culturais, afetando também os padrões de consumo de álcool e outras drogas (FARIA; DAVID; ROCHA 2011).

Os estudos que têm buscado investigar a relação entre a religião e o uso de álcool e outras drogas tem constatado que a religião pode funcionar como um fator de proteção para o uso das substâncias psicoativas entre os/as jovens. Em um estudo realizado por Faria, David e Rocha (2011) as autoras encontraram que de acordo com a religião professada, existem diferenças na postura quanto ao consumo de drogas, em especial o álcool. Algumas vertentes protestantes, como a Batista e a Metodista, apresentam maior tendência à abstinência alcóolica quando comparadas aos católicos, luteranos e presbiterianos. Assim, os católicos e os protestantes liberais apresentaram um maior envolvimento nas práticas de consumo relacionadas ao uso de álcool do que os protestantes conservadores, batistas e metodistas.

Embora, reconheçamos que seguir os princípios de alguma religião pode ser um fator de proteção em relação ao uso de álcool e outras drogas, não podemos esquecer que o uso das substâncias psicoativas é perpassado por diversas outras questões, conforme estamos observando no presente estudo, onde os marcadores de desigualdades sociais, gênero, classe e raça/etnia contribuem para opressão, exclusão e discriminação dos/as jovens quilombolas, gerando repercussões que podem ter efeitos no modo de se relacionar com o uso de álcool.

Outra questão é que o fato da religião funcionar como o interdito ao uso de álcool é algo que está presente mais entre as jovens. Não encontramos no discurso dos jovens, inclusive dos que não fazem uso de álcool, referência à religião. Mas, percebemos também que nas comunidades estudadas há uma prevalência da participação das jovens nas práticas religiosas, sejam estas católicas ou protestantes que são as religiões seguidas nas comunidades.

O que os/as jovens que não gostam dos bares, não dançam e não bebem fazem para se divertir, já que é referido por quase todos/as que nas comunidades não há nada para fazerem, só tem os bares? Essa foi uma questão que buscamos conhecer. Vimos que esses/as jovens consideram como práticas de lazer a ida a igreja, a escola, assistir filmes, alguns jovens se referiram a jogar vídeo game, relataram que existem inclusive campeonatos que eles organizam, onde vão alguns jovens para casa de um deles que tenha o jogo. Esse também é apostado, mas diferente dos/as que jogam baralho e bozó, as apostas não são em dinheiro, e sim em lanches, quem perde paga o lanche no dia. Percebemos que diante da escassez de

equipamentos sociais voltados para as práticas de lazer, a exemplo de praças e quadras para praticar esportes, no contexto das comunidades, alguns e algumas jovens vão buscando ao seu modo criar formas de diversão.

Observamos que várias são as percepções dos/as jovens a respeito das atividades desempenhadas pelos/as mesmos/as, e que também o cotidiano desses/as é atravessado por muitos desafios, dificuldades, situações de opressão, discriminação, exclusão social. Constatamos também que nesse contexto marcado por tantas questões de desigualdades, eles/as se divertem, se encontram para conversar, passear, namorar, viver e construir seus projetos de vida.

5.4 Projetos de vida dos/as jovens quilombolas

Muitas são as transformações que se vêm processando no meio rural, o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, a ampliação dos espaços de sociabilidade, novos valores têm sido incorporados aos modos de vida dos/as jovens rurais quilombolas. Nesse contexto, buscamos conhecer os projetos de vida desses/as jovens. A respeito da noção de projeto de vida, Juncken (2005, p.20) ressalta:

um projeto por mais particular que seja, tem de se basear em um nível de racionalidade cotidiana em que expectativas mínimas sejam alcançáveis, embora as emoções do sujeito também sejam matéria-prima que constituem o projeto. O projeto implica algum tipo de avaliação, uma estratégia para realizar certas metas, uma noção de tempo com etapas se encadeando. O projeto individual propriamente dito é construído por meio de uma ideia mais ou menos elaborada de uma história de vida.

Assim, ouvimos o que os/as jovens têm como objetivos em relação ao futuro, alguns e algumas se referiram a continuidade dos estudos, a ter uma profissão formal, outros/as afirmaram que desejam conseguir qualquer tipo de trabalho, mesmo que seja na informalidade. Percebemos que as jovens mais do que os jovens afirmaram que pretendem concluir os estudos, e algumas desejam fazer um curso superior.

P: O que você pretende para a sua vida daqui a uns 5 anos?

“Eu pretendo ter arrumado um emprego estável, ter terminado os meus estudos, está estudando pra medicina, ficar firme na minha igreja” (Dara, F, 19 anos).

Sei lá, pretendo ter terminado meu estudo também, e ser alguém na vida, porque o povo fica criticando, tanto os daqui como os da rua, é pobre não tem estudo bom, não vai ser alguém na vida, aí eu queria lutar pra mostrar a

essas pessoas que gente do sítio também pode ser alguém na vida. Porque antigamente o pessoal aqui só estudava até 2^a, 3^a série, 4^a, nunca continuava o estudo, ai depois começava a engravidar, a casar, ai essas pessoas mais velhas querem um futuro melhor para suas filhas (Halima, F, 22 anos).

Com a diminuição das fronteiras entre o rural e o urbano, umas das mudanças é a escolaridade, cada vez mais tem sido possível que as pessoas que moram nas áreas rurais deem continuidade aos estudos, mas essa é uma possibilidade que nas comunidades quilombolas é maior entre as mulheres, pois os homens jovens ou por questões de trabalho ou pela falta de uma rede de apoio que os incentive, abandonam os estudos e poucos retornam.

Percebemos que há uma diferença entre os/as jovens que estudam em escolas das comunidades e os/as jovens que se deslocam para estudarem nas escolas de Garanhuns, no que se refere aos objetivos de terminar os estudos e realizar um curso de nível superior. Isso é mais frequente nos projetos de vida dos/as que estudam na área urbana. A interação com os/as jovens urbanos/as, em escolas com estruturas diferenciadas das existentes nas comunidades, que possuem um pouco a mais para oferecer aos/as jovens, pode ser um fator que tem funcionado como motivador, e feito com que os/as mesmos/as acreditem que é possível realizarem seus objetivos de vida. Ainda que na permanência deste/as na escola urbana também se faça presente situações de discriminação pela condição identitária dos/as mesmos/as.

Em conversa com uma jovem que estuda em Garanhuns, a mesma relatou que: “as meninas da escola que eu estudo, são muito metidas, aí eu fico mais com as meninas do sítio mesmo, os trabalhos nós fazemos juntas, é melhor”. Ou seja, por mais que estejam em outro contexto os/as jovens tendem a buscar a companhia daqueles/as que possuem as mesmas condições que a sua, talvez como uma forma de se fortalecerem para enfrentar as adversidades que surgem no cotidiano.

No que se refere às relações desenvolvidas na escola, Sposito (2005, p.90) ressalta que esta instituição “surge também como um espaço de intensificação e abertura das interações com o outro e, portanto, caminho privilegiado para a ampliação da experiência de vida dos jovens que culminaria com sua inserção no mundo do trabalho”. Nessas experiências, incluem as práticas de lazer, pois alguns e algumas jovens afirmaram que o divertimento que possuem é só quando vão à escola.

É frequente entre os/as jovens quilombolas a referência ao casamento como objetivo para o futuro e ter filhos/as. As jovens mais do que os jovens fizeram ressalvas quando afirmavam que querem casar, pois temos percebido que mesmo a lógica de vida sendo coletiva, o casamento, a família, há o desejo de alcançar um projeto de vida individual, com os estudos e o trabalho. Vejamos:

P: Você pretende casar?

“Pretendo logo arrumar um trabalho em loja, em supermercado, e depois penso em casar, **mais agora não**, que eu tou muito nova, quero ter uma vida melhor pra mim” (Jamila, F, 18 anos).

P: Você quer casar, ter filhos/as?

“Daqui uns anos espero em Deus, casada né, com um emprego, ter um filho no máximo, **mas só quando eu terminar meus estudos**” (Gina, F, 22 anos).

Quando indagamos os/as jovens sobre com quem eles/as podem contar para ajudá-los/as a realizarem seus projetos de vida, alguns e algumas se referiram à família, e outros/as afirmaram que eles/as mesmos/as têm que buscar conseguir o que desejam, pois não tem quem os/as ajudem nas comunidades. Apesar de viverem em um contexto que se define pela coletividade, os/as jovens não o percebem como um local que pode oferecer um suporte aos mesmos. Isso revela uma situação de vulnerabilidade dos/as jovens, a falta de pessoas com quem podem contar nos momentos difíceis, mas sabemos também que as famílias estão em situação de desamparo pela ausência de políticas públicas para o contexto quilombola. Os relatos a seguir apresentam essa questão:

P: Existem pessoas aqui na comunidade que podem lhe ajudar a realizar seus projetos para o futuro?

“Não, só Deus mesmo, **aqui não tem quem ajude não**” (Shena, F, 21 anos).

“Assim, **quem pode mesmo sou eu**, eu que tenho que lutar pra o que eu quero, se eu estudar mais, me interessar mais, vou passar de ano, aí vou seguir minha vida pela frente” (Rashid, M, 18 anos).

Outro fato presente no projeto de vida de alguns e algumas jovens é poder construir sua própria casa em uma das comunidades, casar, ter seu emprego, mas continuar morando na comunidade. O que corrobora com os estudos rurais da região de Pernambuco em

que tem sido observado que os/as jovens não têm migrado tanto quanto os/as jovens de outras regiões do país, ou que a migração é temporária (WANDERLEY, 2006).

5.5 Relação rural – urbana

Percebemos que há uma circulação dos/as jovens quilombolas entre os contextos rural – urbano. Os/as jovens costumam frequentar a cidade em dias de festa, para fazer compras, passear, ter cuidados em relação à saúde, alguns e algumas trabalham na cidade, e principalmente para estudar, pois nas comunidades, como já referido quando fizemos a descrição das mesmas, só possuem escolas onde funciona o ensino fundamental I e II, e os/as quilombolas que desejam concluir os estudos precisam ir à cidade. Quando não é para estudar, os/as jovens e demais quilombolas vão à cidade a pé, de carro particular, moto particular, moto-táxi, cavalo, pois não existe transporte público que faça o percurso para as comunidades. As questões de classe, raça/etnia dificultam um maior contato dos/as jovens com a vida urbana e, conseqüentemente, com o que essa pode oferecer.

Os/as jovens e adultos da área urbana de Garanhuns também costumam frequentar as comunidades, sobretudo, nos finais de semana, onde participam de torneios de futebol nos domingos em que ocorrem os jogos e vão aos bares. Existe um bar na comunidade Estivas que é o mais frequentado pelos/as jovens urbanos/as. Lá eles e elas dançam, ligam o som de carro, bebem e namoram.

Percebemos que os/as jovens quilombolas acessam o mundo urbano, mas precisam retornar, sem poder usufruir de muitas das coisas que esse mundo possui e que, ao serem conhecidas, despertam e fazem surgir anseios. Já os/as jovens urbanos/as vão às comunidades vivenciam o lazer e têm uma maior possibilidade de usufruir o que o mundo urbano oferece. Nesse sentido, observamos que os espaços rural/urbano ao mesmo tempo em que possibilita que os/as jovens urbanos/as e quilombolas aproximem-se e vivenciem novas experiências, também segrega estes/as jovens, principalmente os/as quilombolas. Vejamos os relatos a seguir que apresentam como ocorre a interação entre os/as jovens quilombolas e urbanos/as:

P: As pessoas da cidade frequentam as comunidades?

Vem muita gente da rua nos finais de semana pra os bares. **P: Você bebe com essas pessoas?** Eu bebia mais com elas antes, que todo domingo eu tava nos bar, em festa, agora depois que eu tive a menina eu não bebo muito com elas não, só, às vezes, que eu vou pra o bar, bebo mais em casa mesmo agora (Mali, F, 24 anos).

P: Você costuma beber?

“Bebo com as amigas no bar, **a gente tem colegas que a gente conhece da rua, aí bebe mais eles** quando eles chega aqui, fica lá todo mundo no bar, é bom lá, a gente conhece outras pessoas, se diverte” (Jamila, F, 18 anos).

Percebemos que o uso de álcool tem funcionado como uma prática que faz parte da sociabilidade entre os dois mundos rural-urbano aproximando os/as jovens no contexto das comunidades quilombolas. Pois, vimos também que os/as jovens que não fazem uso de álcool e não frequentam os bares não interagem com os/as urbanos/as no espaço das comunidades quilombolas do mesmo modo que ocorre com aqueles que bebem.

P: Você tem amigos e amigas da cidade que frequentam a comunidade?

“Tenho uns conhecido que quando chegam mandam uma mensagem pra eu to aqui no bar, eu digo tá certo, porque eu não bebo mais, não tem pra que eu ir, aí mal vejo eles aqui” (Bahati, F, 22 anos).

Os/as jovens sempre que se referem à presença das pessoas da área urbana nas comunidades falam sobre os torneios de futebol e os bares, sobretudo os bares são os mais referidos. Estes têm um papel importante na frequência das pessoas nas comunidades nos finais de semana. Pensamos que os/as jovens e adultos buscam nas comunidades o lazer e até mesmo um refúgio da vida urbana.

P: Como é a vida aqui na comunidade nos finais de semana? O que as pessoas costumam fazer?

Nos finais de semana é movimentado aqui, passa muitos carros de pessoas que vem de fora pra os bares, tem gente que liga som em casa e fica bebendo, às vezes tem torneio de futebol, aí muita gente vai, é bom aqui. Frequenta gente da rua quando tem alguma reunião, ou algum turista vem aqui conhecer a comunidade, outros vem no final de semana pra os bares que tem aqui, os de lá da Estivas (Thembi, M, 19 anos).

Quando o entrevistado acima Thembi, foi indagado sobre **qual seria o motivo das pessoas de Garanhuns irem para os bares da comunidade**, já que na cidade também existem muitos bares, ele respondeu:

Vem, não sei explicar porque, deve ser porque é mais reservado ou mais calmo, é sítio ninguém proibi barulho de som, pode ligar a vontade aqui, aí vem de algumas partes de Garanhuns. Vem mulheres também, elas ficam lá dançando, a gente fica olhando. Às vezes a gente bebe também, vamos pro bar, a gente vai beber (Thembi, M, 19 anos).

No relato a seguir podemos ver a descrição de quem são as pessoas da área urbana que frequentam as comunidades:

P: Quem são as pessoas da cidade que frequentam as comunidades, mulheres, homens?

Vem mais mulher do que homem, porque quando se chega carro aqui gente de fora pra beber, vem o que, dois homem, três mulher, dois homem, quatro mulher, aí vem mais mulher do que homem de fora, mas daqui tem mais homem do que mulher, porque nem todas vão pra farra, agora de fora se conta assim de monte, ontem mesmo tava descendo carro aí cheio de gente, topado, mulher, tudo da cidade mesmo. Eles chegam aqui, aí começam a beber, muitos já conhecem os que gostam de farra também e que é daqui, aí chega lá e **se mistura tudo**, às vezes, não se mistura porque tem o pessoal daqui que não bate bem com alguns e da mesma forma que não se bate bem, tem uns de lá que vem, fala assim, mas não se bate com alguém daqui, às vezes, porque já quiseram brigar, mas só que fica tudo na deles, você pra lá e eles pra cá, cada um na sua mesa (Rashid, M, 18 anos).

Mesmo os/as jovens e adultos da área urbana frequentando as comunidades, compartilhando os mesmos espaços de sociabilidade dos/as quilombolas, pelo relato acima nos parece que existe uma questão de alguns e algumas jovens que “não se misturam”, de justamente buscarem ficar separados/as para mostrar certa superioridade em relação aos/as jovens quilombolas, afirmarem que existe diferença entre eles/as, seja através do tipo de bebida que é consumido, a maioria dos/as jovens da cidade bebem cerveja, seja através da roupa usada, ou do fato de chegarem de carro, ligar o som, já que ter um carro em determinados contextos é ter um status diferenciado. A partir dessas cenas percebemos o quanto as questões de classe produzem situações de opressão e desigualdades.

Refletimos também sobre as mulheres da área urbana de Garanhuns que vão as comunidades e fazem uso de álcool. A ida às comunidades pode ser uma fuga do controle de gênero que ocorre na cidade, bebendo em outro espaço não correm o risco de ficarem “mal faladas”.

A internet e as redes sociais é algo que está sendo usada também pelos/as jovens quilombolas e tem contribuído para aproximar esses/as dos/as urbanos/as, pois se há pouco tempo essa era uma realidade só da área urbana, isso tem mudado, apesar de que nas comunidades quilombolas ainda são poucas pessoas que possuem em suas casas computador e internet. Alguns e algumas estudantes ganharam tablets na escola que faz parte de uma ação do Governo do Estado, e estes/as fazem uso das redes para comunicar-se com os colegas da escola, fazer pesquisa, e também ter informações sobre o que acontece na cidade. Conforme podemos ver neste relato:

P: Você tem amigos e amigas da cidade que frequentam aqui as comunidades?

“Os amigos da rua, do colégio, eu converso pelo face, que eles não vem aqui não” (Dara, F, 19 anos).

É afirmado por Castro (2004, p.2) que “as fronteiras rurais e urbanas são constantemente diluídas no cotidiano. Morando em áreas rurais e transitando por áreas urbanas os jovens vivenciam diferentes redes sociais e práticas culturais, compondo uma verdadeira bricolagem de linguagem e comportamentos”. E é isso que encontramos como pôde ser visto no relato sobre a comunicação pelo facebook.

Se existem várias pessoas da cidade que vão fazer uso de álcool nas comunidades, há também os/as jovens e adultos quilombolas que vão beber na cidade. Não são muitos os que se referiram ter essa prática, mas alguns e algumas relataram que se reúnem e vão beber nos bares da Cohab II, bairro que fica mais próximo a Castainho. Vejamos os relatos a seguir:

P: Quando você vai à cidade, costuma beber com as pessoas de lá?

“Eu quando vou pra rua, eu bebo com os daqui mesmo, que a gente vai tudo junto. Mas, **vai mais os cara casados já**” (Taye, M, 19 anos).

P: Quando você vai à cidade, costuma beber com as pessoas de lá?

“Às vezes, eu vo passando em algum lugar lá na rua, quando eu vo trabalhar, aí tem um conhecido, vem cá vamos tomar uma, aí eu tomo uma lá também” (Ghedi, M, 20 anos).

Um fato que também nos chamou atenção no relato do primeiro jovem, Taye, é que o mesmo fala que quem mais frequenta os bares da cidade são os homens casados jovens e adultos, e vão juntos com a finalidade de se divertirem e fazerem uso de álcool. Na pesquisa realizada por Alves e Cantarelli (2010) também foi encontrado que os homens jovens e adultos que residem ou trabalham no campo, preferem a companhia dos amigos ou parentes, em suas horas vagas, distinguindo-se basicamente os programas que se fazem com os amigos, com a família e com a esposa ou namorada, no caso dos solteiros. Em relação aos casados, na referida pesquisa foi encontrado que o lazer na comunidade onde moram ou fora é comumente “regado” a cachaça. Dados que também encontramos no presente estudo.

Outra questão é que quando os/as jovens vão se divertir em Garanhuns, frequentam os bairros periféricos da cidade, lugar destinado historicamente aos grupos marginalizados socialmente. As questões de classe e raça/etnia dificultam que os/as jovens

frequentem outros espaços na cidade que requerem um gasto financeiro, assim a procura nesses bairros é também pelos bares que são mais acessíveis aos/as jovens quilombolas. Percebemos nesse sentido uma diferença na ocupação do território entre os/as jovens urbanos/as e os/as quilombolas. Quando os/as urbanos/as vão à comunidade, usufruem dos espaços sem que haja nenhuma interdição, ligam som do carro em alto volume, bebem, fazem o que querem, e o mesmo não ocorre quando são os/as quilombolas que estão na cidade. Podemos observar esse fato também **quando indagamos os/as jovens, se os mesmos/as percebiam alguma diferença entre os/as jovens quilombolas e os/as jovens urbanos/as**, um deles respondeu:

A diferença que eu percebo ao mesmo tempo eu nem ligo, ignoro porque os jovens daqui, por exemplo, vem gente da cidade, os jovens de lá, vem pra aqui, aí eles chegam aqui, não tem nenhum tipo de ser ignorado nem nada. Chega aqui ninguém faz nada com eles, e, às vezes, a gente sai daqui pra lá, que tem algumas Cohabs, e eles ficam marcando a gente querendo fazer alguma maldade, quer dizer ainda tem preconceito. **P: Por que você acha que existe preconceito?** Tem muitos que quando sabe que é do Castainho, eles considera a pessoa, sábado mesmo que passou eu saí com os meninos pra Cohab, a gente foi olhar uma quadrilha, aí uns cara lá ficou com encrenca pra nosso lado, querendo brigar, aí a gente disse não, nós não quer brigar não, vamos simhora, aí teve outro que chegou e disse ninguém vai mexer com os meninos aí não que eles são lá do Castainho, eu conheço tudo, aí eles ficaram na dele, mas se não tivesse esse que defendesse a gente, eles iriam querer confusão com a gente (Rashid, M, 18 anos).

No discurso acima fica visível como o território é usado de maneira desigual entre os/as jovens. Mais uma vez podemos perceber o quanto os/as jovens quilombolas sofrem discriminação na cidade, e o quanto são privados de usufruir o que esta possui. Os marcadores de raça/etnia e classe estão presentes reforçando as desigualdades sociais e a exclusão a que os/as mesmos/as ficam sujeitos/as.

No que se refere aos/as jovens que frequentam a cidade, as opiniões são diversas, alguns acham que é um lugar tranquilo, que gostam de ir à cidade, que tem muitos lugares para passear, é melhor para conseguir um trabalho. Outros/as acham a cidade muito agitada, muita gente, não gostam de ficar lá, só vão quando precisam comprar alguma coisa ou resolver algo.

P: Você costuma frequentar a cidade?

“É muita gente, a pessoa vai andar naquelas ruas não passa direito, muita gente, não gosto não” (Theiros, M, 22 anos).

P: O que você acha da vida na cidade?

“É mais tranquila eu acho, tem canto que a pessoa passear é tão bom, aqui no sítio é um barulho, o povo brigando, o povo se matando aqui, na cidade vai ter uma coisa ou outra, mas não é como aqui” (Gina, F, 22 anos).

Essas brigas a que a jovem acima faz referência geralmente ocorrem entre pessoas sob o efeito do álcool, e é bastante comum nas comunidades, sobretudo nos finais de semana que é o período em que os/as moradores costumam fazer uso de bebidas com um padrão mais elevado.

A relação rural-urbana é perpassada por várias questões, pudemos observar que os marcadores de gênero, classe e raça/etnia produzem as situações desiguais entre os/as jovens quilombolas e urbanos/as em ambos os contextos comunidade – cidade. Traverso-Yepez e Pinheiro (2005) pontuam que as inserções de classe social e gênero em uma mesma sociedade, ao configurarem contextos de interação específicos, repercutem de forma substancial nos processos de subjetivação de cada pessoa, delineando possibilidades e limitações. Foi isto que encontramos na trajetória dos/as jovens quilombolas na relação com os/as urbanos/as.

6 OS/AS JOVENS QUILOMBOLAS USUÁRIOS/AS DE ÁLCOOL

Quem são os/as jovens que fazem uso de álcool nas comunidades? Nas observações e nas entrevistas realizadas, percebemos que muitos/as jovens, adultos e idosos/as quilombolas fazem uso de álcool. As jovens que fazem uso e frequentam os bares geralmente são as solteiras sem filhos/as ou solteiras que têm filhos/as. Entre essas, algumas estudam na escola da comunidade ou na cidade, algumas trabalham, principalmente como domésticas em casas na área urbana de Garanhuns. Há aquelas que não estudam e não trabalham, e outras trabalham com a família na agricultura nos períodos de plantio e colheita. Encontramos também mulheres jovens casadas e mães que frequentam os bares na companhia das amigas e parentes (irmãs, cunhadas) e fazem uso de álcool nos vários bares existentes nas comunidades, e tivemos conhecimento de algumas mulheres que frequentam os bares com os companheiros, mas essa não é uma prática frequente.

Em relação aos homens jovens, encontramos solteiros que estudam e/ou trabalham na área urbana de Garanhuns ou nas comunidades; jovens que não estudam, não trabalham; jovens que são pais e jovens casados. Estes costumam frequentar os bares durante a semana e nos finais de semana onde fazem uso de álcool¹⁹.

Nos relatos que seguem abaixo podem ser observadas algumas questões que dizem das relações dos/as jovens com o uso de álcool:

P: Você costuma beber?

Eu bebo, é muito bom, a pessoa se diverte. Quando eu começo beber aqui em casa sempre chega gente, às vezes eu compro uma cerveja, uma vodka, aí chega minha cunhada, as amigas, aí a gente fica bebendo, conversando. Eu só não tomo Pitú, mas o resto eu tomo, a gente vai pra o bar toma Dreher, Whisky, Rum, Vodka, cerveja, eu bebo mais cerveja (Mali, 24 anos, F, casada).

P: Que tipo de bebida você costuma tomar?

“Eu tomo tudo, Pitú, Dreher, Rum, Whisky, Cerveja, o que vier eu tomo. No bar de Nena, bar de Neném, bar de Ângela, onde for bar eu to dentro, lá com as amigas” (Randa, 21 anos, F, solteira, tem uma filha).

P: Você costuma beber?

“Eu bebo só assim pra me divertir mesmo. Bebo com as amigas, fica lá todo mundo começa na cerveja, depois vai pro Rum, Pitú, quando todo mundo tem uma quantia boa, a gente bebe Whisk” (Jamila, F, solteira, 18 anos).

Para as jovens supracitadas, o uso de álcool é consumido em casa e nos bares. Como podemos observar, a bebida é um elemento que faz parte dos momentos de sociabilidade, de encontro de mulheres, em que as amigas bebem e conversam. Chama-nos atenção também a questão relatada por Jamila, que quando elas possuem mais dinheiro compram Whisk. A mulher ter condições financeiras de bancar sua própria bebida lhe atribui certo poder em seu contexto, pois visibiliza que essa tem algum recurso, afirmando em algum nível a sua individualidade. Além de favorecer a sua saída do espaço doméstico e a ampliação de seu papel tradicional de dona de casa. Outra questão apontada pelos discursos, conforme relata Mali, é que o espaço privado também tem sido usado como lugar de sociabilidade e uso de álcool entre as mulheres, proporcionando, de algum modo, uma mudança na forma como

¹⁹ Conforme ressaltamos neste estudo estivemos atentas ao modo como a heterogeneidade de situações juvenis operam em relação ao consumo de álcool. Sobre a noção de “situação juvenil” ver p. 24 do presente estudo.

os significados atribuídos a esse espaço foram construídos socialmente. Nas observações nas comunidades isto foi percebido, principalmente nos finais de semana, mulheres reunidas em suas casas bebendo.

Entre os jovens também encontramos essa questão da bebida fazer parte do encontro entre amigos:

P: Você costuma beber que tipo de bebida?

“Eu bebo tudo, Pitú, cerveja, Montilla, com os amigos, a gente se junta e vai beber, se divertir” (Taye, M, solteiro, 19 anos).

Podemos observar que o consumo de álcool é realizado também na companhia de parentes:

P: Você costuma beber na companhia de quem?

Bebo sozinha, bebo com meu esposo, com a minha irmã, com meu pai. Mas, quando eu comecei a beber eu já tinha uns 20 anos, porque nem bebia eu nem meu marido, depois nós se revoltamos, botamos pra beber, bebe eu e bebe ele. Aconteceu um negócio entre nós dois, aí ele começou a beber, (...) aí eu pedi pra ele mudar, ele não mudou, aí eu comecei também ficou nós dois, dois biriteiros. (Deka, F, 24 anos, casada).

O uso de álcool faz parte da coletividade nas comunidades quilombolas e para a jovem beber pode ser também uma forma de não estar em uma posição submissa ao homem, no caso ao seu companheiro, um modo de reivindicar seu lugar, pois se ele pode, ela também pode beber com ele ou sem ele, como ela relatou que bebe só, com a irmã, com o pai. Outra questão é a relação uso de álcool e geração, a jovem bebe com o pai. Temos observado que o uso dessa substância é algo que tem passado de geração em geração nas comunidades estudadas.

A respeito dessa questão Moreira (2001) ressalta que uma geração produz a outra, e esse movimento entre as gerações é dialético, no sentido de que, para afirma-se, uma geração nega a antecedente e ao mesmo tempo a perpetua. Assim, observamos que alguns e algumas jovens estão perpetuando as gerações antecedentes, evidenciando o aspecto cultural do uso do álcool. Vale ressaltar que é cultural, mas não deixa de ser preocupante diante das repercussões negativas que alguns têm sofrido nas comunidades devido ao uso abusivo realizado. Essas repercussões são abordadas na parte deste estudo em que falamos sobre as

percepções e repercussões sobre o uso do álcool. Vejamos o relato a seguir da jovem que consome álcool com sua avó:

P: Você bebe?

A primeira vez que eu bebi pra ficar bêbada eu tinha 15 anos. Bebi vinho Gengibre, me embebedei, fiquei bêbada cega. Agora, raramente, **eu tomo assim vinho Gengibre com a minha avó**, mas eu já bebi, quando eu andava em festa eu bebia muito, toda festa que tinha na rua eu tava (Dara, F, 19 anos).

P: As pessoas aqui da comunidade costumam beber na semana ou no final de semana?

As pessoas aqui bebem, bebem mesmo... eu bebo, mas agora estou diminuindo porque eu tava bebendo demais, sempre no fim de semana aqui o pessoal gosta de beber muito, na semana também, mas no fim de semana é mais frequente, o pessoal sempre bebe, mulher, homem, todo mundo. **P: Que tipo de bebida você gosta?** Gosto de Montilla, cerveja, muitos gostam de Pitú aqui, a famosa cachaça que é mais barato. Com uns 14 anos, eu comecei assim a beber com meus irmãos, que eles bebem, aí eu ia pra os bares com eles, ou em casa, às vezes eles bebem em casa, aí comecei a beber também, às vezes eu vou beber em casa de amigo, agora eu to bebendo só de vez enquanto nos finais de semana (Thembi, M, 19 anos).

A questão do tipo de bebida consumida é algo que pode ser bem observado na comunidade. No relato acima o jovem se refere à Pitú como a bebida mais barata. De fato percebemos que alguns e algumas jovens tomam Pitú porque têm menor poder aquisitivo, e como esta bebida possui um alto teor alcoólico, produz efeito mais rápido do que outros tipos como por exemplo, a cerveja, e com isso o gasto financeiro é menor.

Em sua pesquisa com jovens rurais de Orobó, Paulo (2011, p.253) observando os/as jovens em um momento de festa constatou que nesse espaço, a cachaça não é apreciada pelos jovens, “pois pode dificultar o desempenho da paquera ou até mesmo no beijo caso ‘role de ficar com alguma moça’”. Devido a isso, alguns jovens ficam a noite inteira com uma ou duas cervejas na mesa, mas tomam cachaça escondidos que é mais barata. Ou seja, o tipo de bebida também define *status* e o modo como os jovens são percebidos e aceitos por outros/as jovens, sobretudo os/as do contexto urbano. Nas festas e nos bares observados no presente estudo, vimos que alguns e algumas jovens fazem uso de Pitú e o consumo desta é muito comum nas comunidades. Constatamos também que o tipo de bebida é um dos elementos que distingue jovens quilombolas dos/as jovens urbanos/as no contexto comunitário.

Observei também uma região na comunidade Castainho que é onde antigamente funcionava a olaria, lugar ainda conhecido por esse nome. Nas várias vezes que fui à olaria encontrei jovens e adultos, principalmente homens, bebendo Pitú pura e chupando laranja

junto com a Pitú. Ficamos nos indagando se essa prática tem relação com a questão financeira, com a condição de classe social. A olaria é um lugar que tem famílias em situação de vulnerabilidade maior do que em outros lugares da comunidade, e talvez as pessoas por não poderem comprar o refrigerante que é misturado com a Pitú, tomam pura mesmo com a laranja.

É algo comum nas comunidades alguns e algumas jovens fazerem referência ao início do uso de álcool através de parentes mais velhos, a exemplo de irmãos/as e primos/as. Relatam que tiveram as primeiras experiências de consumo por frequentarem os mesmos lugares que os parentes onde esses consumiam álcool:

P: Você bebe?

Eu bebia com meus 13, 14 anos, porque **eu saía com a minha irmã pra o bar, aí ela bebia e me dava** também eu bebia. Minha irmã tinha uns 17, 16, minhas primas também gostavam muito, aí nós ia, saía pra casa onze horas da noite quando o bar ia fechar, aí ficava lá bebendo, dançando, mas eu não fazia o que elas faziam não, porque minha irmã saía com os cabra e eu ficava no bar esperando ela, porque se eu chegasse em casa sem ela, mãe ia dizer coisa com nós duas, aí ela saiu e eu ficava, mas eu não fazia o que elas faziam não (Bahati, F, 22 anos).

Outra questão presente nesse relato e em outros apresentados neste estudo é a idade a que os/as jovens se referem para o início do uso de álcool. Alguns e algumas tiveram as primeiras experiências de consumo com 13, 14, anos; outros, antes dessa idade. Esses dados corroboram os estudos realizados com jovens de áreas urbanas, inclusive com um estudo realizado com os/as estudantes de escolas públicas e privadas de Garanhuns, em que foi verificado que o início do uso de álcool ocorre entre 13 a 15 anos, em ambos os sexos. A maioria dos/as estudantes começou a usar álcool em festas e na companhia de amigos/as, sendo estes/as considerados pelos/as mesmos/as uma das maiores influências para que ocorra o início e a continuidade do uso (SILVA et al, 2010). Durante as observações que realizei na comunidade, sobretudo nos dias de festa, pude perceber que alguns meninos, que aparentavam ter menos de 15 anos, também faziam uso de álcool com seus pares, mas o início do uso com familiares é uma prática comum.

Existe uma discussão na literatura sobre uso de álcool realizado pelos pais e outros familiares (SHENKER; MINAYO, 2003), sendo este considerado um fator de risco para que os/as filhos/as iniciem e deem continuidade as práticas de consumo. Muitas vezes, as famílias são culpabilizadas pelo envolvimento de seus membros com o uso e abuso de álcool. No entanto, é importante salientar que vários fatores estão relacionados ao uso dessa substância

pelos pais e a questão é bem maior do que apenas culpabilizá-los. Não podemos esquecer que estes/estas jovens vivem em um contexto onde o uso faz parte da cultura, da sociabilidade, do lazer e do trabalho, presente nos espaços públicos e privados das comunidades, além de ser transgeracional. Um dos fatores que deve ser considerado é a necessidade da atuação de políticas públicas para que o uso não se torne abusivo, o que pode desencadear graves problemas.

Podemos observar também que algumas práticas dos jovens quilombolas relacionadas ao uso de álcool são semelhantes as dos jovens urbanos que também fazem uso desta substância. O relato a seguir traz um pouco disso:

P: O que você costuma fazer nos finais de semana aqui na comunidade?

“No fim de semana a gente vai jogar bola e quando sai vai pro bar beber, olhar o movimento. Tomar cerveja, eu gosto mais de cerveja ou Rum Montilla” (Taye, M, 19 anos).

É comum os jovens urbanos se reunirem para jogar ou assistir futebol e depois ter um momento de diversão, de encontro com os amigos, em que geralmente conversam sobre o jogo e fazem uso de álcool.

P: Você bebe?

“Bebo, gosto de tomar uma, final de semana, **é a alegria do povo aqui**. Comecei com 16 anos acompanhado com os amigos, todo mundo aqui bebe, a maioria aqui bebe” (Amari, M, 19 anos).

P: Você bebe?

Eu tomo cerveja, Rum Montilla, em festa eu não tomo cerveja não, a galera se ajunta aí e compra Pitú. Rum, eu tomo também assim em festa, quando tem aqui na comunidade, mas aqui muitos tomam Pitú. **Todo mundo aqui bebe**, não tem quem não beba não, tem muitos que bebem, esses jovens casados todos eles bebem (Ghali, M, 18 anos).

Nos relatos acima podemos observar como o uso de álcool é percebido de forma positiva quando o jovem afirma “é a alegria do povo aqui”. E, se é algo positivo, de que todo mundo faz uso, é comum que cada vez mais os/as quilombolas iniciem e deem continuidade às práticas de consumo.

A partir da análise dos discursos percebemos que existe uma heterogeneidade de situações juvenis nas comunidades e que estas estão relacionadas com o uso de álcool. Comprendemos melhor as relações construídas a partir das situações juvenis quando

buscamos saber sobre as motivações para o uso dessa substância entre os/as jovens, abordadas a seguir.

6.1 Motivações para o uso de álcool entre os/as jovens quilombolas

Diante de um contexto onde o uso de álcool se faz presente, como o das comunidades quilombolas estudadas, buscamos conhecer o que motiva os/as jovens a fazerem uso de álcool e encontramos diversas situações: o uso relacionado à alegria, coragem, para se refugiar dos problemas, esquecê-los, lidar com sentimentos como o de raiva, de apaixonamento; como algo que facilitou mudanças na vida consideradas pelos/as jovens positivas; o uso devido à falta de outras possibilidades de diversão, entre outras situações. Vejamos os relatos a seguir:

P: Você costuma beber?

“Bebo, a bebida dá **alegria**, que a pessoa **não tem outra coisa pra se divertir**, aí a bebida dá alegria” (Ghali, M, 18 anos).

P: O que as pessoas da comunidade dizem dos/as jovens que bebem?

Eu, eu não sei nem o que dizer, que eu também bebo, assim pra me divertir, porque eu gosto da bebida, **e por aqui não tem nada**, aí todo mundo vai beber pra se divertir. Quando eu estou com raiva, eu bebo, pra mim embebedar, esquecer tudo, quando eu não estou, eu bebo feliz da vida (Randa, F, 21 anos).

Podemos perceber nos relatos acima que fazem parte das motivações para o uso a alegria que segundo os/as jovens o uso de álcool proporciona, é um meio de diversão e isso é algo muito frequente nos discursos dos/as jovens e adultos quilombolas, o fato de que na comunidade não há nada para fazerem, nada para se divertirem, então o uso de álcool funciona como uma prática de lazer.

Observamos também que o uso não acontece só no tempo livre dos/as jovens, quando estes não estão trabalhando ou estudando, mas que alguns fazem uso durante o trabalho, inclusive nos parece que até como um modo de encorajar-se para desempenhar atividades em locais que podem ocasionar algum risco à vida, como no relato a seguir em que o jovem diz beber antes de ir trabalhar em um mato cheio de cobra e escorpião:

P: A bebida ajuda você em alguma coisa?

o caba que bebe se sente feliz, ô se sente feliz! Uma alegria só. Se tivesse uma grade de cerveja eu tava tomando aqui alegre, dançando. Sempre tem que tomar aquelas caninhas. **Se o cara para morre se não para morre também, é assim, eu tenho que tomar uma dose, duas doses, quando eu vô trabalhar no matagal que tem ali, é sapo, escorpião, cobra,** aí tem que tomar um pouquinho de cana antes de sair, e num frio desse, oxe! a cana tem que ir de lado. Oxe! O caba tomar cana é bom demais, uma dose, duas. Vivo no meio do mundo, trabalho e tomo uma todo dia, quando eu vô pescar também tomo uma, lá na água pescando e tomando uma. Eu bebo e vou trabalhar, eu bebo agora 5 litros e vou pescar, aí é que eu tô virado na gota (risos) (Tedros, M, 22 anos).

Outra questão que também o relato acima nos aponta é que o uso do álcool para esse jovem funciona como um elemento que favorece o enfrentamento de situações difíceis além do local de trabalho, o frio. Garanhuns é uma região em que boa parte do ano é fria. E até para lidar um pouco com a solidão, ele relata que “vive no meio do mundo” trabalhando. O álcool nesse sentido parece o acompanhar em diferentes situações. Agora podemos perceber que quando esse uso é feito, o jovem não está se preocupando com os riscos que o uso frequente poderá ocasionar em sua vida ou reconhecendo-os. Afirma que “se beber ou não vai morrer” e atribui um valor positivo à bebida.

No relato abaixo, pode ser observado o discurso de um jovem que trabalha e costuma fazer uso de álcool. A bebida para o mesmo parece funcionar como uma forma de relaxar, de distrair-se das atividades cotidianas, que muitas vezes são difíceis.

P: Você bebe?

Bebo, Pitú é boa demais, comecei com uns 13 anos, mas é bom, porque a pessoa trabalha a semana todinha, quando não tá trabalhando tem que vir pra o bar se divertir, dançar, já trabalha a semana toda. **P: Em quais lugares você costuma beber?** Bebo pro lado daquelas bandas ali, aí bebo sozinho, bebo acompanhado, no bar, em casa, em todo canto por aqui eu bebo, eu pra beber não tem hora boa, não tem hora ruim, eu bebo qualquer hora, todo dia uma dose, é porque eu gosto mesmo da bebida, eu vou deixar de beber uma coisa tão boa dessa (Ghedi, M, 20 anos, casado).

P: Com quantos anos você começou a beber? E que tipo de bebida você toma? “Comecei com uns 14. Tomo Rum, Dreher, Pitú. Acompanhado com os amigos lá no bar nos finais de semana e, durante a semana é só um pouquinho pra não perder o costume” (Talib, M, 18 anos).

Uma questão presente nos discursos dos jovens acima, é que o uso é feito durante a semana e aos sábados e domingos. Não investigamos nesse estudo o padrão de uso, mas

pelos relatos, a frequência parece ser alta. Existe uma linha tênue entre uso e abuso de álcool nas práticas de consumo de alguns e algumas jovens, o que configura a necessidade da criação de políticas para juventude que contemple as comunidades quilombolas pesquisadas, em prol de potencializar a autonomia dos/as jovens em relação ao uso dessa substância.

Os relatos a seguir apresentam a forma de consumo do álcool pelos/as jovens, evidenciando que para lidar com sentimentos como raiva, paixão, esquecer os problemas, estes/estas fazem um uso abusivo sem expressar preocupação acerca dos riscos que isto poderá ocasionar em suas vidas, a exemplo de adoecimento, dificuldade de conseguir emprego, se manter nos estudos, entre outras.

P: Existe algum momento que você bebe mais que em outros?

“Quando **eu tô com raiva**, eu bebo mesmo, bebo, bebo até esquecer tudo” (Randa, F, 21 anos).

P: A bebida te ajuda a fazer alguma coisa?

“A gente bebe só por beber mesmo, a gente bebe porque é bom, mas **quando eu tô com muita raiva eu bebo mesmo**” (Talib, M, 18 anos).

P: Você bebe?

“Bebo, gosto de tomar uma, final de semana, é uma alegria. E quando, às vezes, quando o cabra tá **apaixonado toma uma pesada**” (Amari, M, 19 anos).

P: Você bebe?

“Eu quando tiver 20 anos vou começar a **beber de verdade**, mas beber muito, porque é bom, é o que a gente faz aqui pra se divertir, ficar alegre. Eu não sei, a pessoa começa a pensar nos problemas aí bebe mesmo” (Talib, M, 18 anos).

O jovem entrevistado acima, Talib, ressalta ainda que quando completar 20 anos vai aumentar o padrão de uso. Sabemos que o uso de álcool pode significar a adultificação para alguns; para outros, masculinidade. Nas comunidades quilombolas, não temos percebido o uso relacionado à questão do tornar-se adulto. O fato do jovem afirmar que vai aumentar o padrão de consumo pode ser uma forma de querer provar sua masculinidade, já que homem na cultura sexista é aquele corajoso, forte, que pode beber e fumar. Este posicionamento do jovem pode ser também reflexo de uma mudança planejada na situação financeira, o que lhe irá garantir uma maior possibilidade de fazer uso contínuo.

Uma motivação para o uso de álcool é também o contexto favorável ao uso. Nesse sentido, a existência dos bares nas comunidades facilita o acesso às bebidas, como pode ser visto no relato a seguir:

P: Tem alguma situação que você bebe mais que em outras?

Bebo só pra me distrair mesmo, pra passar o tempo, pra relaxar, esquecer os problemas essas coisas, porque a pessoa relaxa, esquece os problemas, a pessoa fica com o corpo mais tranquilo. Mas, não tem outro lugar pra ir, **tem muito bar aqui, a cidade é distante** aí é por isso, todo mundo bebe aqui (Thembi, M, 19 anos).

Podemos observar no relato acima, que as dificuldades de mobilidade para ir à cidade em busca de outras formas de lazer são também fatores que favorecem o uso de álcool. A restrição de opções de lazer denuncia uma situação precária dessas comunidades e a invisibilização das mesmas na sociedade de modo geral. A existência de outras opções poderia interferir na frequência de consumo. Evidencia também como as situações de opressão de classe social podem estar relacionadas com o uso, haja vista ser o modo de diversão acessível para os/as mesmos/as, ainda que precisem ter gastos financeiros com a bebida.

Outra questão é que os homens que bebem muito vão deixando de ser considerados homens “direitos”, como pode ser visto também no estudo desenvolvido por Alves e Cantarelli (2010, p.304) com homens jovens e adultos rurais, sobre ser um homem de respeito. Foi encontrado na pesquisa que é comum nas áreas investigadas (engenhos da Zona da Mata de Pernambuco) ver diariamente nos bares rodas de homens que conversam, riem e bebem juntos. “Por sua vez, se ‘bebem demais’, ‘ou se não sabem beber’, destoa-se do padrão de masculinidade (...) sendo considerado o bêbado alvo de chacotas que o desqualificam como homem, feminilizando-o”. Ou seja, o modo como se relacionam com o uso do álcool está associado à representação da masculinidade.

Percebemos também que uma motivação para o uso de álcool é a influência do grupo de amigos/as. É interessante observar o que é relatado a seguir. A jovem afirma que fez uso de álcool influenciada pelas amigas, apesar de também ter consciência de que já tinha idade que lhe dava condições de tomar decisões para sua vida, mas a pressão grupal e o contexto favoreceram o uso abusivo de álcool.

P: Você costuma beber?

Eu bebia mais quando eu tinha uns 20 anos, na última eleição que Marinho daqui de Estivas se candidatou, aí nos comícios por aqui, as meninas andavam e bebiam, aí eu bebia com elas. Nos comícios tinha muita bebida, o

povo bebia vinha pra casa tudo bêbado já. **Eu já era bem crescidinha, mas as amigas me influenciou**, porque as meninas aqui tava tudo bebendo teve uma menina aqui, que eu ficava bebendo com ela, me embebedava, chegava em casa bêbada já (Gina, F, 22 anos).

Chama atenção ainda no relato o contexto onde o uso foi feito, nos comícios. Isso é bem comum em tempos de campanhas eleitorais, as festas, a distribuição de bebidas. O que revela a falta de cuidado dos candidatos com a população, que se preocupam em ganhar votos, não importando se as pessoas estão saindo embriagadas das festas, se acontece algum incidente naquele momento devido o uso abusivo de álcool. Essas são práticas que só reforçam as situações de vulnerabilidade existentes em algumas localidades.

Encontramos também jovens que atribuem um valor positivo ao início e a continuidade do uso de álcool, pois percebem que a bebida proporcionou mudanças em suas vidas como podemos observar a seguir:

P: A bebida te ajuda a fazer alguma coisa?

“**Melhorou um bocado minha vida depois que eu comecei a beber** (risos) porque antes eu só ficava em casa, aí depois que eu comecei a beber, nós saí, vamos pra uma festa, pro bar, se diverte, ficou mais animada minha vida, pra mim é bom” (Deka, 24 anos, F, casada).

P: A bebida te ajuda a fazer alguma coisa?

“Desde que eu **comecei a beber que minha vida tá mais feliz**, me divirto com minhas amigas, a gente vai pra o bar, fica dançando, eu acho bom” (Halima, F, 18 anos, solteira).

Esses relatos da vida ter mudado para melhor depois do uso de álcool é algo mais presente nos discursos das jovens, por mais que os jovens digam que beber é bom, que traz alegria, que se divertem, mas quando algumas jovens se referem às mudanças é como se o álcool funcionasse como um elemento favorecedor ao empoderamento²⁰ das mulheres na saída do privado para o público.

²⁰ Empoderamento é uma tradução do conceito de *empowerment*, da literatura sobre desenvolvimento anglo-saxão. Existem várias ideias em torno da noção de empoderamento, Karla Galvão Adrião faz uso do trabalho de Rowlands (1992) para explicar como este conceito pode ser definido, “que vem a ser um processo no qual pessoas e grupos que ‘não têm poder’ tornam-se cientes das dinâmicas de poder em suas vidas, desenvolvem habilidades e a capacidade de obter ao menos um controle razoável sobre as mesmas, sem comprometer os direitos de outros e apoiando o empoderamento de outros. No movimento feminista ele se tornou sinônimo de reintegração do poder às mulheres, através de subsídios relacionados à autoestima, ao acesso a bens sociais e econômicos. Há uma crítica interna feminista com relação ao uso deste termo, já que o mesmo foi trazido numa

Em um estudo realizado por David e Caufield (2005) com mulheres de classes populares, foi visto que algumas mulheres veem o uso do álcool como um fator de relaxamento e lazer, sobretudo quando associado à companhia do marido ou companheiro. O que parece significar também, pelos dados que construímos no campo, uma forma de poder estar na companhia dos maridos, de interagir socialmente com eles.

Há também aqueles/as jovens que só sentem-se motivados a fazer uso de álcool diante de uma comemoração ou em dias de festa:

P: Você costuma beber?

“Aí é uma raridade eu tomar assim um copo de cerveja, só quando eu to em uma festa, um aniversário, eu bebo um pouco, mas é difícil” (Rashid, M, 18 anos).

As motivações para o uso de álcool são diversas e percebemos também que essas são heterogêneas de acordo com as situações juvenis vivenciadas, conforme pode ser observado nos relatos acima, homens jovens que trabalham, são casados, precisam trabalhar em qualquer tipo de trabalho para manter a família, motivam-se para beber por diversão e para lidar com as dificuldades do dia-a-dia; jovens mulheres casadas cujos esposos também fazem uso. Essas motivam-se ao uso porque é uma forma também que encontraram de estar na esfera pública. E várias outras situações que perpassam a relação dos/as jovens com o uso dessa substância psicoativa. A seguir discutimos algumas questões relacionadas às percepções dos/as jovens sobre o uso de álcool e as repercussões desse nas comunidades quilombolas.

6.2 Percepções e repercussões do uso de álcool

No que se refere à percepção dos/as jovens acerca do uso de álcool, encontramos vários posicionamentos: existem aqueles/as que consideram que o álcool pode ocasionar consequências à vida das pessoas; há aqueles/as que não veem nenhum problema, que acham “normal” as pessoas beberem, até porque nas comunidades é uma prática frequente. Nos relatos abaixo podemos perceber algumas dessas questões:

P: A bebida te atrapalha em alguma coisa?

Atrapalha não, mas eu quero parar de beber, porque não tem futuro, vô parar de beber, **a pessoa gasta muito dinheiro**, a bebida também não é coisa boa, muita gente **morre de cachaça**, já morreu gente lá na estivas **de moto**, teve

relação hierárquica de cima para baixo, na qual os países desenvolvidos e as agências financiadoras requereram seu uso pelas ONGs locais” (ADRIÃO, 2008, p.54).

um senhor que morreu faz pouco tempo aqui doente por causa da cachaça (Amari, M, 19 anos).

Para o jovem, a partir do que se tem observado no próprio contexto, as repercussões negativas do uso abusivo de álcool na vida de outras pessoas da comunidade, tem contribuído para o significado que o mesmo está construindo sobre o consumo dessa substância. Em outro relato, observamos que a ocorrência de um evento negativo na vida do jovem, fez com que o mesmo refletisse sobre seu modo de se relacionar com o uso de álcool. Pelo que é relatado podemos inferir que mesmo o jovem afirmando que no dia do acidente não havia bebido, esse era um comportamento realizado pelo mesmo, beber e pilotar moto:

P: Você disse que está diminuindo o uso de álcool, é porque aconteceu alguma coisa?

“Eu sofri um acidente de moto, não tinha bebido não, bati, mas só foi por isso mesmo, se eu tivesse bebido teria sido pior, aí pensei muito e tou bebendo pouco agora, tendo mais cuidado” (Thembi, M, 19 anos).

Também nos leva a refletir sobre as estratégias de redução de danos, talvez o jovem entrevistado nem conheça o funcionamento dessa estratégia, mas, ao seu modo, a partir de uma reflexão sobre os danos que o uso abusivo pode ocasionar, diminuiu seu padrão de uso e pode ser que tenha mais cuidado na relação bebida e pilotar moto.

No relato a seguir, a jovem deixou de beber também devido às consequências vivenciadas após experiências com o uso abusivo de álcool:

P: Você bebe?

“Bebo mais não, eu gostava, descia docinho, docinho, cheguei duas vezes bêbada em casa, mãe me deu uma pisa, mas eu deixei porque cachaça não dá futuro a ninguém não, só a pessoa ficar doidona, a cabeça rodando, aí não presta não” (Bahati, F, 22 anos).

É interessante também destacarmos uma diferença que se apresenta nos três relatos acima. Cada pessoa tem uma relação diferenciada com o uso das substâncias psicoativas, a partir de seu contexto de uso e seu histórico de vida. E é isso que podemos observar nos três relatos, os jovens e a jovem falam sobre consequências advindas do uso abusivo de álcool, mas para o primeiro o foco maior está na questão econômica, o dinheiro gasto com o álcool; no segundo com a ocorrência de acidentes automobilísticos, e no último o relato da jovem sobre os efeitos fisiológicos sofridos que foram ocasionados pela ingestão

dessa substância. Essas questões evidenciam o quanto os significados atribuídos ao uso ou não uso do álcool é polissêmico.

Percebemos que existe uma diferença na percepção dos/as jovens em relação às práticas de consumo realizadas entre homens e mulheres jovens nas comunidades, principalmente no discurso dos homens jovens quando o consumo de álcool é realizado pelas mulheres. O uso realizado por essas é aceito com restrições. Porque nos parece que, para alguns jovens, a questão não é as mulheres beberem, mas o lugar em que o uso de álcool é feito. Não acham “certo” mulher estar em bar bebendo. Vimos também que algumas mulheres, as que não fazem uso, não consideram que seja um comportamento adequado para as mesmas, que seja algo correto as mulheres frequentarem os bares.

No relato a seguir o jovem é casado, faz uso de álcool, mas quando se refere a sua companheira afirma:

P: Sua esposa vai com você ao bar?

Não, **quero mulher minha no bar não**, a mulher tem que ficar em casa, né lugar de mulher o bar não, cheio de homem. Eu não acho muito certo não mulher tá em bar bebendo. Porque os homens é normal né, aqui todo mundo bebe, trabalha e depois vai se divertir no bar (Tedros, M, 22 anos).

Em uma pesquisa realizada com os jovens em um município da Zona da Mata de Pernambuco, Alves e Cantarelli (2010) encontraram nos discursos dos jovens participantes, que o casamento representa uma significativa mudança na vida dos homens, pois há o aumento da responsabilidade, principalmente financeira, e uma diminuição na liberdade de ir e vir (precisam ficar mais caseiros). Nas comunidades quilombolas temos observado que no que diz respeito à liberdade do homem de ir e vir, isso não é muito afetado com o casamento, como pôde ser visto no relato acima, o jovem é casado e afirma que não quer sua mulher no bar, mas os homens podem frequentar os bares e fazer uso de álcool onde querem. Percebemos assim, o quanto as desigualdades de gênero se potencializam nas práticas cotidianas.

Esse posicionamento do jovem casado, que existem comportamentos para a mulher e para o homem diferenciados, também foi encontrado entre os jovens solteiros, como pode ser visto abaixo:

P: O que você acha das jovens que fazem uso de álcool?

“Já é feio um homem beber, e uma mulher, aí assim já é mal falada, aí você vê uma mulher bêbada assim como eu mesmo já vi, o que vão pensar dela” (Yerodin, M, 22 anos).

“Eu acho errado umas meninas nova tudo bebendo. Os jovens já são muitos anos de cachaça tem mais jeito não” (Amari, M, 19 anos).

Essas questões remetem ainda ao fato de que algumas mulheres sempre fizeram uso de álcool na esfera privada justamente para não serem estigmatizadas e sofrerem violência por apresentarem alguns comportamentos em público. Prática que segundo o estudo realizado por Silva (2002) durante muitos anos ficou “escondida” no espaço do lar e que dependendo de como era realizado não produzia incômodos. A estigmatização e as consequências que recaem sobre as mulheres ainda são muito presentes, conforme podemos observar nos relatos abaixo o que um jovem afirmou:

P: O que você acha dessas jovens que bebem?

Se fosse irmã minha eu não deixava não, porque uma moça que bebe, fica bêbada no chão, aí os meninos se aproveita, no outro dia saí a fama dela, porque os homem engravida não tem nada não, mas a mulher começa logo a aparecer a barriga e surgir os boatos (Ayubu, M, 19 anos).

Além da reprovação ao uso de álcool realizado pelas mulheres, o jovem apresenta o posicionamento machista presente nas comunidades, através da manutenção de uma cultura androcêntrica que constrói papéis diferenciados para homens e mulheres, em que o homem tem autoridade sobre a mulher e a família. Sobre esse assunto Cynthia Sarti (1996, p. 47), ao estudar o lugar do homem e o lugar da mulher na família pobre, constatou que “o homem corporifica a ideia de autoridade como mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Sua presença faz da família uma entidade moral positiva, na medida em que ele garante o respeito”. Assim, o comportamento e o corpo da mulher passam a ser preocupação do homem em prol da manutenção moral da família, seja essa mulher, esposa, irmã ou filha.

Há os/as jovens que consideram o uso de álcool uma prática normal entre homens e mulheres:

P: O que você acha dos jovens que bebem?

“Eu acho que eles estão indo no caminho bom, eles bebendo, não tem outro fora esse, se o cara beber o cara morre, se não beber morre do mesmo jeito” (Talib, M, 18 anos).

P: O que você acha dos homens e das mulheres que bebem?

“Acho **normal**, tanto faz ser homem ou mulher beber, todo mundo bebe” (Ghali, M, 18 anos).

P: O que vocês acham das jovens casadas que bebem?

“**Elas estão certa**, tão mais do que certa, porque quando eles saem de casa, que vão pra festa deixam elas em casa, aí elas vão beber também” (Randa, F, 21 anos).

No relato da jovem acima, a mesma se refere às jovens casadas e apresenta a ideia que algumas jovens da comunidade possuem: se eles (companheiros) podem beber, elas também podem, ou seja, de algum modo o uso de álcool pode ser também uma forma de reivindicar um lugar de igualdade perante os homens, e um modo de contrariar o companheiro que sai de casa e deixa a mulher só. O comportamento de beber considerado transgressor quando realizado por uma mulher pode ser também uma forma de lidar com a insatisfação diante da situação vivenciada, inclusive porque se a jovem casada fica “mal falada” o seu companheiro também passa a ser percebido de outra forma, como algumas jovens relataram que nas comunidades há homens que são “dominados” pelas mulheres.

Em um estudo realizado com mulheres de classes populares, David e Caufield (2005) observaram que as mulheres que trabalham e contribuem financeiramente para a manutenção do lar, sobretudo aquelas que o sustentam sozinhas, se sentem em situação de “liberdade”, não devem nada a ninguém, nem precisam prestar contas dos seus comportamentos. Se elas estão, ou saíram de um relacionamento afetivo opressivo e controlador, a sua atitude em relação ao uso do álcool pode espelhar a afirmação do seu desejo de liberdade, como direito, muitas vezes duramente conquistado. A ruptura com o estereótipo histórico da "mulher comportada" pode incluir o uso do álcool como uma forma de transgressão. No presente estudo, também encontramos esse posicionamento de algumas mulheres solteiras e solteiras que têm filhos/as que fazem uso e não se importam com o que falam sobre as mesmas.

No relato a seguir uma jovem que não faz uso de álcool apresenta seu posicionamento sobre os homens e as mulheres que fazem, a princípio, a mesma afirma que as mulheres estão mais avançadas do que os homens por frequentarem os bares, mas percebemos que essa não está usando a comparação em sentido positivo, pelo contrário, a jovem tece uma crítica às mulheres solteiras e as casadas que têm filhos/as e frequentam os bares, vejamos:

P: O que você acha dos jovens que bebem?

As mulheres estão ganhando, tão bebendo demais aqui, porque tem vez que os homem tão em casa, e as mulher no bar bebendo, aí é o quê? Elas tão ganhando né? (Risos). Eu acho que elas tão assim, tão mais avançadas do que eles, porque muitas vezes você passa no bar, vê mais mulher do que homem. São tudo sem futuro, porque umas meninas tudo nova, não estudam, metem a cara na cachaça, saem com um e com outro, não procuram um homem certo, é umas meninas sem futuro, porque não estudam, não quere um objetivo na vida só na cachaça. A maioria daqui, as mulheres casadas vão tudo pro bar, acontece até das mulheres casadas tarem no bar e os maridos em casa, deixa os filho em casa com os marido e vão para o bar, tem deles que são dominado aí ficam em casa, agora tem deles que não. Eu acho assim, se já falam das mocinhas que vão pro bar, que não tem compromisso com filho, imagino uma mulher casada, isso é feio, cé de ficar em casa cuidando dos filhos e do marido, vão pra os bar fazer o que da vida? Nada.

Quando indagada sobre o que ela acha dos homens que bebem: Os homens pode ir pro bar, é normal aqui, os homem trabalham e quando não tão trabalhando vão beber, se divertir (Gina, F, 22 anos).

A entrevistada acima evidencia o quanto é uma prática considerada natural os homens irem aos bares, chamando de “dominado” os que ficam com os filhos/as e as esposas saem e bebem. Mais uma vez esse discurso reifica a cultura sexista existente na sociedade, a mulher dona de casa e mãe, o homem no espaço público, e nos mostra o quanto isso é presente nas comunidades estudadas. Uma vez que essas jovens também fazem parte das comunidades é difícil para algumas perceberem as situações de modo diferenciado. Como pontua Alves e Cantarelli (2010) a socialização das mulheres é relacionada à contenção de comportamentos e a uma maior circunscrição ao espaço doméstico, já a socialização masculina ocorre geralmente no espaço público, e denota um movimento cada vez maior desse espaço, legitimado como masculino.

No discurso de outra jovem a mesma relata seu posicionamento mostrando que é contra os homens e as mulheres fazerem uso de álcool. Alguns pontos nos chamam atenção, a jovem se refere à idade, nos parece que para ela não há problemas se os adultos e idosos fazem uso e abuso de álcool, a questão são os menores de 18 anos. Mas percebemos também que a rejeição da jovem em relação às práticas de consumo tem um caráter de ordem econômica, dos gastos decorrentes do uso para os jovens solteiros, e principalmente os casados que são responsáveis pela família:

P: O que você acha das jovens que bebem?

Eu acho uma sem vergonha, eu acho assim, quando a pessoa quer entrar em algum vício, espere completar seus 18 anos, porque já tem pensado o que realmente quer pra vida, mas entra na cachaça assim nova, aí envelhece antes do tempo, quando quiserem um marido para casarem não vão achar, porque já vão ter vendido seu corpo nova, eu acho assim que isso é muito

feito pra elas, porque podendo tá estudando, trabalhando, às vezes deixa até o estudo pra tarem bebendo, se prostituindo, aí ficam ai sem valor, sem namorado certo, porque nenhum namorado vai querer pra noivar e casar e fica elas ai banda voou. Quando tiverem velha nenhum cabra vai querer mais, quem quer resto veio, que muitos já tem pegado. A maioria dos jovens aqui da Estivas pararam o estudo por causa da cachaça, agora eles podendo tá trabalhando, se arrumando bem e eles não querem, os casados é uma pouca vergonha, porque a pessoa trabalhar a semana todinha pra ter ser dinheiro e comprar suas coisas, e chegar no final de semana e preferir beber do que comprar suas coisas, às vezes fica faltando as coisas dentro de casa, porque tem bebido o dinheiro todinho de cachaça, eu acho isso muito feio, eu sou contra a cachaça, mas cada cá tem seu gosto (Bahati, 22 anos).

Outra questão que ainda nos leva a refletir, presente no relato acima é o ciclo de vulnerabilidade existente, alguns jovens afirmaram fazer uso de álcool, por na comunidade não ter outra coisa para fazerem e para lidar com os problemas do cotidiano. Percebemos a extensão desses fatores quando a jovem entrevistada pontua que “às vezes, falta as coisas em casa” porque o dinheiro foi gasto com a compra de bebida. Para o homem considerado provedor do lar, não conseguir oferecer o que a família necessita é experienciar a sensação de fracasso, inclusive através da família e de outras pessoas que conheçam a situação. Alguns afirmaram que bebem para esquecer os problemas, essa é uma situação que pode fazer parte desses problemas. Com isso, não queremos dizer que todos os jovens casados que bebem gastam dinheiro, sentem-se mal por não cumprir com suas “obrigações” e vão beber para lidar com a insatisfação, mas é um dos casos possíveis de acontecer.

Quando não tem o dinheiro como é que os/as jovens fazem para beber?

Vimos que há uma cumplicidade nesse sentido:

“A gente faz uma cotinha e cada um dá o que tem, quando um não tem outro paga, de outra vez o que não tinha paga” (Halima, F, 18 anos).

Encontramos também outro jovem que se referiu ao dinheiro gasto com o uso de álcool, as consequências a exemplo do fim do casamento, violência nas comunidades, e também a visão de que os homens bebem, mais “sabem” beber e as mulheres não, “porque quando vão ao bar começam a beber, se depravar”, como se toda a mulher que frequente o bar, que consuma bebidas alcoólicas, possa ter comportamentos considerados inadequados e diferentes do que os homens apresentam quando bebem, vejamos o relato:

P: O que você acha dos jovens que bebem?

Você sabe é difícil ter homem pra não beber, a maioria bebe, gosta de beber assim, tem uns que bebem pra ficar assim mesmo, mas tem uns que bebem conscientes né, aí você ver mais homem que mulher no bar, aí os homens, o pessoal manera mais a língua não fala muito, porque tem homem que bebe aí sossegado, aí quando ver que tá meio, aí vai pra sua casa, e mulher não, mulher vai pro bar, começa a beber e a dançar, depravar, aí é mais falada do que os homens. A bebida é uma coisa que você tá gastando dinheiro com ela, que tá jogando seu dinheiro fora, e estragando com seu corpo, aí eu acho isso que só tá jogando dinheiro fora, que aquele dinheiro podia tá gastando com outra coisa, que sirva pra alguma coisa, isso quando a pessoa não arruma confusão ou fica jogado por aí, arriscado fazer alguma coisa, e quando eu vejo aí, os homens casado que bebe, chega em casa aí por causa da bebida acaba separando da mulher ou então dando no seu filho, uma coisa assim, a bebida na maioria das vezes acaba com a família, porque, às vezes, tem uns que pega gosto pela bebida, aí fica bebendo, aí a mulher, se for uma mulher mesmo de respeito ela não vai aguentar isso, querer um homem que só pensa em beber, beber, e estragar o dinheiro com besteira, aí acaba se separando por conta disso, tem muitas delas que fala oia, se você parar de beber eu fico com você, eles não param aí elas se separam (Rashid, M, 18 anos).

No relato a seguir o jovem apresenta uma percepção de que o uso de álcool pode ser algo que atrapalhe sua vida, mas só considera que não se deve beber quando se torna maior de idade. Uma ideia baseada no pensamento de aproveitar a vida, independente do que esteja sendo feito e das implicações. Tudo isso antes de assumir responsabilidade:

P: Por que você pretende parar de beber?

“Porque eu acho que não tem futuro não, a pessoa tem que beber quando tá de menor, quando tá de maior tem que parar, assumir responsabilidade” (Talib, M, 18 anos).

Vimos ainda que existem jovens grávidas que consomem álcool e não consideram que o uso poderá ocasionar algum problema para si própria e/ou ao bebê:

P: Você falou que durante a gravidez também bebia, o que você acha dessa questão de beber durante a gravidez?

Eu acho normal, muita gente aqui grávida bebe, é o divertimento que tem. Eu bebi os nove mês, quando completou os nove mês e um dia aí eu não bebi mais, eu parecia um sapo de rabo, só pele e osso, e a barriga (risos). Às vezes eu tava em casa e eles vinha me chamar para beber, aí eu ia beber também (Randa, F, 21 anos).

Uma questão presente no relato acima diz da falta de cuidados da comunidade com as jovens grávidas, pois as pessoas de lá, mesmo sabendo que a jovem estava grávida, incentivaram a mesma ao uso quando a convidaram. Isso pode ser por um desconhecimento de algumas pessoas sobre o que o álcool pode ocasionar na gestação, ou por não pararem para

refletir sobre esse fato, já que o uso na comunidade apesar das mulheres que consomem serem “mal faladas” é uma prática comum.

Freire et al (2005) chamam atenção para o fato de que existe uma associação significativa entre o consumo de bebidas alcoólicas e gestantes solteiras. Há uma ocorrência duas vezes maior de consumo de bebidas alcoólicas durante a gravidez entre mulheres solteiras quando comparadas com as casadas, possivelmente porque a gestação em solteiras pode estar associada à falta de uma rede de apoio, e se pensarmos o contexto das comunidades quilombolas, o estigma sofrido pelas mulheres que engravidam antes do casamento, as desigualdades sociais existentes, o próprio contexto onde o uso de álcool é uma prática comum podem favorecer o uso dessa substância, inclusive como um meio de lidar com a condição vivenciada.

É comum nas comunidades quilombolas que fazem parte deste estudo, a ocorrência de violência de gênero contra as mulheres²¹, que ocorrem nos espaços de intimidade ou em espaços públicos e que é explicada pelas quilombolas através do uso abusivo de álcool realizado por seus companheiros, alegando que quando estes não estão embriagados não cometem nenhum tipo de violência. Esse aspecto chama atenção para o significado e as repercussões do uso/abuso de álcool em um contexto relacional, onde as mulheres jovens e adultas casadas estão vulneráveis aos “efeitos” do álcool, e também as/os filhas/os dessas mulheres, como podemos observar o relato abaixo de uma jovem que sofre com as agressões do pai usuário de álcool:

P: Como são as pessoas que moram aqui na comunidade?

As pessoas aqui tem de todo jeito, tem umas que são violenta, qualquer briguinha vão pra cadeia dar parte. Tem muitos que, quando bebem vira

²¹ No campo das políticas públicas que discutem a violação de direitos das mulheres, uma das nomenclaturas recorrentes é “violência doméstica contra a mulher”. Algumas estudiosas feministas têm alertado para os riscos de utilizar o termo violência doméstica, pois esse remete ao ambiente onde as violências ocorrem, deixando de explicitar que estão em jogo relações de poder que foram instituídas no sistema patriarcal de sexo/gênero, portanto, num jogo político de legitimação da opressão. Outra denominação é violência intrafamiliar, mas essa também traz implicações para ser usada, pois qualquer situação de violência entre os membros da família pode ser considerada violência intrafamiliar. Percebemos que adjetivação da violência como doméstica e intrafamiliar remete demasiadamente ao campo privado, bem como a uma excessiva psicologização individualizante das relações humanas. Há também o uso por alguns autores/as do termo violência de gênero, que não é sinônimo de violência contra a mulher, pois aqueles/as que se afastarem dos padrões heterossexuais também poderão ser alvos de múltiplas agressões em virtude do sistema patriarcal-racista de sexo/gênero. Como também a violência que as mulheres a partir da posição social ocupada podem cometer contra outras mulheres (SILVEIRA, R., 2013). Assim, compreendemos que o termo mais preciso a ser utilizado é o violência de gênero contra as mulheres. O uso do termo mulheres no plural é importante para visibilizar que somos múltiplas, atravessadas por vários marcadores sociais, os quais vão compondo trajetórias singulares que não cabem em uma norma universal de mulher.

valentão, e pega briga no bar, no meio dos caminho aí, em casa com as mulher (...). **Meu pai quando bebe, ele é muito violento, chega em casa quebrando tudo, querendo dar em mãe**, e eu não vô deixar ele dá em mãe, eu sou filha dele, mas não vou deixar. Teve um dia que ele chegou, eu tava lá sentada no sofá, ele disse tem café não, eu disse não que mãe foi apanhar o café pra torrar, aí ele pegou e jogou a garrafa de café no chão, quebrou a garrafa de café, começou a quebrar as coisas lá, aí eu peguei e liguei pra polícia, mas só que a pessoa liga, **liga pra polícia e ela não vem**, porque o policial disse que só pode vir se for briga de facada ou se tiver alguém já desmaiado no chão, senão ele não vem não, como no dia que eu tava falando com o policial e pai correndo atrás deu. Porque ele queria quebrar tudo dentro de casa aí eu não ia deixar, ele não compra nada pra casa, e fica querendo quebrar tudo. Outro dia ele correu com uma faca atrás deu, me deu uma mãozada no ouvido, que quase que eu fiquei surda, aí meu irmão deu parte dele, ele ficou preso, aí mãe mandou eu ir lá dizer ao policial que era mentira, aí ela liberou pai. Aí era eu falando com a policial lá e ele chutando minha canela pra eu não dizer a verdade, mãe gosta muito de pai, aí disse não mulher não deixa o pobizinho ir preso não, porque ele lá ia ficar sofrendo, levando pisa dos outros presos, aí mãe ficou com pena, aí mandou eu tirar ele, aí eu tirei (Bahati, F, 22 anos).

A associação violência de gênero contra a mulher e uso de álcool já foi descrita em muitos estudos (ADEODATO et al, 2005; RABELLO; CALDAS JÚNIOR, 2007). O elemento preocupante no contexto das comunidades quilombolas é que em função da naturalização/banalização do uso de álcool, principalmente quando este é realizado pelos homens, da recalitrância dos códigos de dominação que incidem sobre as mulheres e da ausência de iniciativas que desnaturalize esses casos de violência pautados nas desigualdades de gênero, comprometem as possibilidades das mulheres saírem dessa situação de opressão. No relato acima, podemos ver que a polícia conhece os casos de violência, mas não atua de acordo com os princípios legais da lei, sobretudo a Lei Maria da Penha, que em seus mecanismos estabelece que “nos crimes que exigem a representação da vítima, como ameaça, a vítima somente pode renunciar a denúncia perante o juiz em audiência marcada para esse fim e por solicitações da mulher” (SPM, 2012, p.13).

Outra questão que também pode ser observada no relato acima é o fato da jovem telefonar para a polícia e obter como resposta que “o policial só pode vir se for briga de facada ou tiver alguém estirado no chão” o que revela o quanto a violência de gênero contra as mulheres ainda é naturalizada, não considerada violência. O que faz com que se torne ainda mais difícil que haja uma mudança na cultura sexista vigente.

A situação descrita acima tem, ainda, relação com a condição identitária quilombola, marcada por uma história de desigualdades sociais que tem perdurado no decorrer dos tempos e com repercussão nas mais diversas dimensões de suas existências.

Buscando compreender esse contexto de uso de álcool e como uma de suas formas de repercussão a violência, percebemos que as dimensões raciais, de gênero, e de classe, contribuem para a produção da subordinação e opressão das mulheres, umas sem saber como e onde buscar ajuda, outras quando buscam não conseguem o que deveriam. Isso porque a percepção de uma parcela da população acerca das mulheres pobres e racializadas pode não apenas torná-las alvo de violência, mas também pode contribuir para a tendência de duvidar da honestidade das que procuram pela proteção das autoridades (CRENSHAW, 2002).

Vale destacar ainda que a realidade descrita tem no seu contexto geográfico, mais um complicador para que as políticas públicas de enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres sejam implementadas. No cenário nacional as delegacias da mulher – DDM, casas-abrigo e as demais assistências foram pouco pensadas levando em consideração o meio rural. Os desafios para implementar estes tipos de ação, cada vez mais realizadas no meio urbano, passam por recursos, distância, disponibilidade de funcionários, dificuldades de anonimato, oposição no poder local e por vários outros fatores que proporcionam que as mulheres rurais fiquem expostas as situações de violência (SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010).

Em outro relato podemos observar a situação de violência vivenciada por uma jovem solteira, em um espaço de sociabilidade da comunidade:

P: O que você acha das jovens que bebem?

As jovens ficam aqui se depravando nos bares, no outro dia tá cheio, como ontem o menino pegou aqui deu uma pisa em uma menina lá no bar e todo mundo tá sabendo já. Eles são namorado sabe, aí quando foi ontem ela ficou dançando lá, até o chão, se depravando, aí ele viu, aí pegou ela e deu uma pisa nela, lá mesmo na frente de todo mundo. Se fosse casado entre quatro paredes né, mas não em público, porque se ela tivesse em casa, e ela é quase mulher dele, se ela tivesse em casa nada disso teria acontecido, ou se acontecesse ninguém ia saber porque estava os dois só, mas no bar todo mundo sabe, hoje já tava cheio que tinha acontecido. **Quando indagada se dentro de casa o homem pode bater na mulher:** Não, eu não acho não, mas tem marido aqui que dá dentro de casa na mulher, mas é diferente de chegar e meter o pau no bar na frente de todo mundo, porque dentro de casa mesmo que errado ele deu ali, só vão saber se ele sair dizendo ou se ela sair dizendo, mas é totalmente diferente de chegar no bar e dá uma pisa na mulher (Gina, F, 22 anos).

Há uma reprovação da jovem entrevistada muito mais pelo ato de violência ter sido cometido em público do que por ter acontecido uma violência contra a mulher. O modo como a jovem relata a situação ocorrida também revela que nas comunidades a violência de

gênero contra as mulheres é algo que se faz muito presente, e que alguns e algumas quilombolas ainda têm lidado com a mesma seguindo o ditado popular: “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.

A violência contra as mulheres é uma questão de violação dos Direitos Humanos. Quando observamos o relato acima da jovem que foi agredida no bar, e as pessoas não tomaram nenhuma providência quanto à situação, não só sofreu violência a jovem que apanhou, mas todas as mulheres, porque a violência de gênero contra as mulheres é muito mais coletiva do que individual. Os impactos do racismo e a subordinação econômica articulados com as desigualdades nas relações de poder engendradas no marcador gênero estão presentes nas situações de violência vivenciadas pelas jovens quilombolas.

A literatura (ALMEIDA; PASA; SCHEFFER, 2009; MONTEIRO et al, 2011) pontua ainda que é comum algumas mulheres iniciarem o uso de álcool por estarem em situação de violência sem ver possibilidades de sair da mesma. Dessa forma, podemos inferir que quando algumas jovens relataram que bebem para esquecer os problemas, possa existir jovens que estejam nessa situação e o álcool tem funcionado como um elemento para amenizar o sofrimento, mas outra questão preocupante é que o uso abusivo poderá ocasionar outros problemas. Vale lembrar ainda, a violência moral que nas comunidades as mulheres que fazem uso de álcool sofrem e o quanto são estigmatizadas.

Outra repercussão negativa do uso abusivo de álcool são os acidentes que ocorrem nas comunidades, acidentes de moto, de carro, e também de pessoas andando a cavalo sob efeito do álcool. É comum encontrar homens e mulheres jovens e adultos que já sofreram algum acidente. A seguir podemos observar um relato de uma jovem sobre um acidente vivenciado por sua amiga, que teve consequências graves:

P: As jovens aqui da comunidade costumam beber em quais espaços?

(...)Tem delas que bebem fora, tem delas que bebe aqui, às vezes me chamam, bora, aí eu digo vo nada, que a cachaça que lá tem, aqui tem. Porque eu fiquei com medo depois de um acidente que teve com uma amiga minha de carro por causa da bebida. Até hoje, vai fazer uns três mês já que a perna dela descolou, a bacia dela trincou, aí ela não está podendo andar ainda não, nesse dia que ela tava, tinha otas também só que não aconteceu nada com as outras não, aí eu fiquei traumatizada por causa disso também (...). Elas tava bebendo aqui, tava tudo normal, aí uns colegas da gente da cidade que tava aqui chamou elas pra beber fora, aí oxe, foram se embora, e nesse dia tava tendo festa fora, aí foro pra lá, aí pronto, um carro bateu no outro, aconteceu o acidente, ainda girou com elas dentro, aí pronto o carro ficou todo esbagaçado, essa amiga minha ficou presa nos ferro, quebrou a bacia até hoje ela ainda não tá andando. Aí todo mundo tinha bebido, eu

fiquei com medo, porque podia ter sido comigo também se eu tivesse lá, aí bebo por aqui mesmo (Halima, F, 18 anos).

Uma questão que percebemos no relato acima é que uma das nossas indagações quando soubemos da presença dos/as jovens urbanos nas comunidades, sobretudo nos finais de semana quando vão beber, era se a presença dessas pessoas poderiam contribuir ao uso de álcool dos/as quilombolas, e temos visto que sim, sabemos que o uso ocorre independente das pessoas da cidade frequentarem as comunidades, mas como no relato é colocado, os jovens da cidade convidaram as jovens para ir para outra festa depois que já estavam bebendo no bar da comunidade, todos/as sob o efeito do álcool que contribuiu para desencadear o acidente. Vale ressaltar que quando pontuamos neste estudo que uma das repercussões do uso do álcool são os acidentes, não estamos deixando de considerar que também existem acidentes nas comunidades com pessoas que não estão sob efeito do álcool.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para iniciarmos nossas considerações finais trazemos a indagação feita por Spivak (2010) “pode o subalterno falar?”. A autora relata a história de mulheres indianas e da imolação de viúvas que não podem se autorrepresentar, logo, não podem “falar” fora do contexto patriarcal e pós-colonial, nesse caso em especial, a mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir.

Esta realidade não é muito diferente das mulheres quilombolas jovens e adultas, que vivendo na área rural, em contextos permeados pelas desigualdades e em uma cultura sexista, é muito difícil, principalmente para algumas, a depender de sua posição na comunidade, poderem falar e serem ouvidas. Este é um fator que também pode ter uma relação com o uso abusivo de álcool, haja vista as consequências advindas do fato de não ter um lugar na sociedade como sujeito de direito.

Essas questões também se fazem presente na realidade dos/as jovens quilombolas, que no contexto das comunidades não podem participar das decisões em relação à mesma, não são ouvidos/as. Desse modo, o enfrentamento das situações de opressão que sofrem fica, em certo sentido, comprometida. Consideramos que esse é um importante ponto para futuras investigações, pois estão em pauta aqui questões que perpassam a possibilidade dos/as jovens construir projetos decoloniais em suas trajetórias de vida.

Os/as jovens também sofrem a opressão de gênero, raça/etnia e classe social quando estão na área urbana do município de Garanhuns, onde mais uma vez não são ouvidos/as e as desigualdades sociais que marcam suas existências dificultam o acesso e usufruto da cidade. Diferente dos/as jovens urbanos/as que vão às comunidades quilombolas, onde se divertem, fazem uso de álcool, ligam o som em alto volume, fazem o que querem sem interdições e, ao retornarem para a área urbana podem usufruir muitas coisas que os/as quilombolas não podem.

Vimos que os/as jovens quilombolas apresentam diversas percepções em relação às comunidades onde moram, uns/umas consideram um bom lugar para viver, outros/as queixam-se da falta de lazer, trabalho, entre outras dificuldades. Uma questão comum a todos/as jovens participantes é a percepção de que os/as moradores/as gostam muito de fofocas, e isso interfere principalmente na vida das mulheres, pois a fofoca exerce sobre essas um controle de caráter moral centrado na sexualidade.

A juventude para os/as participantes desse estudo é atribuída a características como saber aproveitar a vida, ter coragem, responsabilidade, alegria, força, independente para alguns e algumas da idade, e do estado civil; já os/as quilombolas adultos e idosos não consideram jovens aqueles/as que casaram, ou que já são mães e pais. Quando buscamos conhecer o que é ser um/a jovem quilombola nos deparamos com a realidade vivenciada no dia-a-dia dos/as jovens, preconceito, discriminação por serem quilombolas e por morarem na área rural.

Constatamos algumas atividades desenvolvidas pelos/as jovens durante a semana, onde vimos que alguns e algumas estudam, outros/as estudam e trabalham, ou só trabalham, sobretudo na agricultura e na área urbana de Garanhuns, na informalidade. Nos finais de semana, costumam frequentar os bares existentes na comunidade onde fazem uso de álcool, dançam, namoram e divertem-se, pois os/as jovens afirmam que nas comunidades não há nada para fazerem, só há os bares para ir. O que revela a necessidade de equipamentos de lazer, espaços diversificados para o encontro, em atenção às demandas por diversão.

Quanto aos projetos de vida dos/as jovens, prevalece o desejo de conseguir qualquer tipo de trabalho, mesmo que seja na informalidade, pois para os jovens ter um emprego é mais importante do que os estudos; as jovens, mais do que os jovens, pretendem concluir os estudos e ter uma profissão formal. Os homens e as mulheres jovens afirmaram

que querem casar, ter filhos, e pretendem continuar morando nas comunidades. Só algumas jovens se referiram a morar em outro lugar.

Constatamos que a idade dos/as jovens é incompatível com o nível de escolaridade esperado para cada faixa etária. As relações de gênero, raça/etnia e classe social contribuem para as desigualdades sofridas pelos/as mesmos/as no acesso à educação, no modo como são vistos/as pela sociedade, sobretudo as mulheres negras que são associadas ao trabalho doméstico, que não é valorizado socialmente.

Percebemos que há uma circulação dos/as jovens quilombolas no contexto urbano, os/as jovens costumam frequentar a cidade, em dias de festa, para fazer compras, estudar, trabalhar, entre outras finalidades. Os/as jovens e adultos da área urbana também frequentam as comunidades, sobretudo nos finais de semana, onde fazem uso de álcool nos bares existentes nas comunidades. Nessa relação entre mundos rural/urbano, vimos que o uso de álcool tem funcionado como uma prática que faz parte da sociabilidade entre os dois mundos aproximando os/as jovens no contexto das comunidades quilombolas, apesar de termos observado que os marcadores de gênero, classe e raça/etnia produzem as situações desiguais vivenciadas pelos/as jovens quilombolas em ambos os contextos.

Os/as jovens quilombolas que fazem uso de álcool possuem situações juvenis heterogêneas, há os/as solteiros, que estudam, trabalham, os/as casados/as que têm filhos/as, os/as que não estudam, que não trabalham. O uso de álcool geralmente é feito nos bares nas comunidades. A presença nos bares de homens e mulheres não é percebida da mesma forma, é visto com naturalidade os homens jovens e adultos fazerem uso de álcool em qualquer lugar, já as mulheres que frequentam os bares são “mal faladas”, consideradas as “piriguetes”, “sem futuro”, que não servem para casar, apesar do uso ser feito por muitas mulheres e ser uma prática naturalizada no contexto quilombola.

Encontramos diversas situações que, segundo os/as jovens, motivam-nos/as a fazerem uso de álcool: alegria, diversão, coragem, uso para se refugiar dos problemas, esquecer-los, lidar com sentimentos como o de raiva; uso como algo que proporcionou mudanças na vida consideradas pelos/as jovens como positivas, a exemplo das mulheres que afirmaram que depois que começaram a beber, saem de casa e se divertem. As dificuldades para ir à cidade em busca de lazer também favorecem o uso.

No que se refere à percepção dos/as jovens acerca do uso de álcool, encontramos vários posicionamentos. Existem aqueles/as que consideram o álcool um fator que pode

ocasionar consequências à vida das pessoas, há aqueles/as que não veem nenhum problema, acham “normal”, até porque nas comunidades é uma prática frequente entre os/as moradores/as.

É comum nas comunidades que fizeram parte deste estudo, a ocorrência de acidentes automobilísticos, em que se destacam os acidentes com motos, homens jovens e adultos que estavam pilotando sob efeito do álcool, violência de gênero contra as mulheres nos espaços privado e/ou em espaços públicos, e que é explicada pelas quilombolas através do uso abusivo de álcool de seus companheiros, entre outras repercussões negativas advindas do uso abusivo dessa substância.

Buscando compreender o contexto do uso de álcool e como uma de suas formas de repercussão a violência contra a mulher, percebemos que as dimensões de raça/etnia, gênero e classe social contribuem para a produção da opressão das mulheres, umas sem saber como e onde buscar ajuda, outras quando buscam não conseguem o que por direito deveriam. Isso faz com que algumas mulheres também façam uso de álcool para aliviar o sofrimento e as dificuldades cotidianas.

Os/as jovens fazem uso de álcool em casa, nos bares nas comunidades, na área urbana (periferia) de Garanhuns, sozinhos/as, acompanhados/as pelos familiares e amigos/as. Não negamos os aspectos culturais que circunstanciam o uso de álcool entre os/as jovens e por toda a comunidade. Por outro lado, consideramos que uma compreensão cultural separada de uma análise sobre seus efeitos sociais pode contribuir para a reificação das desigualdades que têm marcado a existência dos/as quilombolas. Estivemos atentas a essas questões durante a pesquisa, vimos que o uso de álcool é uma prática cultural que sempre se fez presente nas comunidades, mas constatamos também que essa prática não deixa de ser preocupante quando tomada como justificativa para a desassistência ou assistência moralista e autoritária a essa população, o que tem repercussão para a execução de projetos coletivos e individuais dos/das quilombolas.

As comunidades possuem alguns equipamentos, a exemplo do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, Unidade de Saúde da Família - USF, Escolas, que podem ser potencializados para trabalharem de modo articulado na perspectiva da redução de danos quanto ao uso abusivo de álcool no contexto local. Sabemos que essa não é uma tarefa fácil, na qual vários fatores precisam estar implicados. A capacitação dos/as profissionais para trabalharem com essa temática e para a atuação em rede é necessária. É importante que os/as

profissionais repensem suas práticas, no intuito de desmistificar questões em torno do uso de álcool, e para a superação de práticas reiterativas que retroalimentam mitos, preconceitos e estereótipos a respeito do/a usuário/a.

Quando buscamos conhecer os fatores relacionados ao uso de álcool, percebemos que existe uma linha tênue entre o uso e o abuso dessa substância nas comunidades estudadas. Mas, vimos também que estão implicados nesse uso vários fatores que chamam atenção para a necessidade da existência de políticas públicas para os/as quilombolas, que favoreçam os direitos desses à educação, saúde, oportunidades de trabalho, lazer, entre outras questões que foram apontadas no decorrer do presente estudo.

A compreensão sobre o uso de álcool por jovens, em geral, tem favorecido programa preventivistas e moralizantes como forma de enfrentamento aos “perigos” dessa mistura (juventude/álcool). Não se pode pensar em prevenção ao uso abusivo de álcool sem considerar o contexto no qual os/as jovens estão imersos/as, e para os/as quilombolas, em especial, a análise interseccional contribuiu para visualizarmos suas condições de existência marcadas pela ausência de atividades diversificadas de lazer, dificuldade em arranjar emprego, o preconceito sofrido por serem negros/as e/ou quilombolas, por morarem na área rural, em comunidades que são estigmatizadas, enfim, situações que repercutem no uso/abuso de álcool.

Outro fator que também deve ser considerado são os aspectos positivos associados ao consumo de álcool, ao desenvolver projetos interventivos com os/a jovens. Uma vez que existem motivações positivas no consumo de bebidas alcoólicas associadas às experiências satisfatórias, e também devido ao fato do álcool funcionar como instrumento facilitador dos contatos e participação social entre os/a jovens. Este é um ponto muito importante a ser considerado quando se busca pensar a respeito do uso de álcool, visto ser um dos grandes atrativos que essa substância possui, e um dos principais motivos que faz com que os/as jovens deem continuidade ao uso dessa substância psicoativa, que é a busca pelo prazer.

A redução das desigualdades, a integração socioeconômica, o fortalecimento das famílias, a responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade civil através de recursos financeiros e ações comprometidas com as crianças, adolescentes, jovens e adultos ainda são fatores que estão escritos na Política Nacional sobre drogas, mas que não conseguiram produzir resultados satisfatórios. O que chama atenção para a necessidade de repensar as práticas que estão sendo realizadas, e também refletir sobre o que não tem sido feito.

Pensando na realidade dos/as quilombolas, há a necessidade da criação de políticas para esta população que considerem todo o contexto cultural e o modo de vida que estes/as possuem. Outra questão importante é que, quando as situações de abuso de álcool se colocam para os/as quilombolas, o acesso a condições que possam contribuir para a superação dessa situação são escassas. Se, por um lado, o uso cultural do álcool pode circunscrever uma situação de naturalidade entre eles/as, por outro pode também ser interpretado pelos agentes das políticas públicas como algo em que não se deve interferir, e com isso essa população fica desassistida, o que requer uma atenção sobre esse fato.

Muitas são as reflexões sobre os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas, acreditamos que ainda há muito a ser compreendido e continuamos nesse processo. Uma compreensão contextualizada da prática cultural, que seja inclusive não moralista e não estigmatizadora, mas que considere a importância do uso de álcool para essas comunidades, como também a possibilidade de que essa prática dialogue com outros saberes, pode contribuir para a autonomia dos/das jovens na relação com a bebida.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

_____. Condição Juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. e BRANCO, Pedro P. M. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-71.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, Miriam. **Drogas nas escolas**. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do ministério da saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ADEODATO, Vanessa Gurgel et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 39, n. 1, Jan. 2005. p. 108-113.

ADRIÃO, Karla Galvão. **Encontros do Feminismo**. Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia. 2008. 300 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ALMEIDA, Eliane de Souza. **Ilusão e realidade em Ivaporunduva: a televisão na cultura quilombola**. Análise a partir da Folkmídia. 2005. 200 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2005.

ALMEIDA, Rosa Maria Martins de; PASA, Graciela Gema; SHEFFER, Morgana. Álcool e violência em homens e mulheres. **Psicologia: Reflexão e Crítica** 22(2). 2009, p. 252-260.

ALVES, Maria de Fátima Paz; CANTARELLI, Jonhny. Ser um homem de respeito: masculinidade, sexualidade e relações de gênero na perspectiva de homens rurais de um município da Zona da Mata pernambucana. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 301-320.

ALVES, Andréa Moraes. Fronteiras da relação. Gênero, geração e a construção de relações afetivas e sexuais. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Revista Latinoamericana. Nº. 3 - 2009. p.10-32.

ANJOS, J. C. dos. Etnia, raça e saúde: sob uma perspectiva nominalista. In: MONTEIRO, S.; SANSONE, L. (Org.). **Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 97-119.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombolas**. Tradições e cultura de resistência. São Paulo: Aori comunicação, 2006.

AZERÊDO, Sandra Maria da Mata. O político, o público e a alteridade como desafios para a psicologia. **Psicol. cienc. prof.** vol.22, n.4, 2002. p. 14-23.

_____. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, jan-abr, 2010. p. 175-188.

BASTOS, Priscila da cunha. **Entre o quilombo e a cidade: trajetórias de individuação de jovens mulheres negras**. 2009. 102 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) -Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Colonialidade e Interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o século XXI. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes**. Brasília: Ipea, 2013. p. 45-58.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean- Claude. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. (26), 2006. p. 329-376.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-51.

CALDEIRA, Zelia Freire. **Drogas, indivíduo e família: um estudo de relações singulares**. 1999. 81 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz -ENSP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1999.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Rev. Estudos feministas**. Florianópolis, 8 (2). 2000. p. 91 – 108.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da *et al.* (Org.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 97-117.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 243-261.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Revista Lola**. Press nº 16, novembro de 2002. p.1-5.

_____.Mulheres em movimento. **Estudos avançados**. Vol. 17, n 49. 2003. p. 117-133.

CARVALHO, Daniela Moreira et al. Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. In: **Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre. 14 f. 2009.

CASTANÕN, Gustavo Arja. Construcionismo social: uma crítica epistemológica. In: **Temas em Psicologia da SBP**. Vol. 12, nº 1. 2004. p. 67-81.

CASTRO, Elisa Guaraná de et al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X: Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná de. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias. In: WOORTMANN, Elen F; MENACHE, Beatriz (Org.). **Margarida Alves – Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDC, ICA, 2006. p. 245-277.

_____. Sonhos, desejos e a realidade: herança, educação e trabalho de jovens rurais da Baixada Fluminense/RJ. In: **I Simpósio Internacional de Juventude Brasileira – JUBRA**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

CREPOP - CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Referência técnica para atuação do (a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS /Conselho Federal de Psicologia (CFP)**. -- Brasília, CFP, 2008.

COFANI, Alessandra. **Juventude e consumo de álcool entre jovens de distintos grupos sociais**. 2012. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Lívia. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. vol. 57, n. 1. 2005. p. 2-11.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE: Diretrizes e perspectivas**. NOVAES, Regina Célia Reyes et al (Org.) – São Paulo: **CONJUVE**, Fundação Friedrich Ebert, 2006.

CNAS - CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Relatório GT: população Quilombola**. Março, 2007.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP. Nº 018/2002**. Disponível em: < http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF>. Acesso em: 20 de set. de 2013.

CORDEIRO, Rosineide de L. Meira. **Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão Central de Pernambuco**. 2004. 199 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de estudos Pós Graduated em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

COSTA, Letícia Graziela. **A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social e o uso de drogas**. 2009. 93 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estudos feministas**. Ano 10 (172), 2002. p. 171-188.

CRUZ, Marcelo Santos. Considerações sobre possíveis razões para a resistência às

estratégias de redução de danos. In: CIRINO, Oscar ; MEDEIROS, Regina (Org.). **Álcool e outras drogas: escolhas, impasses e saídas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.13-19.

CRUZ, Valter do Carmo. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, Frederico G. B. de; HAESBAERT, R. (Org.). **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Ed. Access, 2007. p. 93 – 122.

CUPERTINO, Maria Cristina. **Juventude rural quilombola: identificação, reconhecimento e políticas públicas**. 2012. 201 f. Dissertação (Mestrado em Extensão rural) - Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2012.

DALLA - DÉA, Hilda Regina Ferreira et al. A inserção do Psicólogo no trabalho de prevenção ao abuso de álcool e outras drogas. **Psicologia, Ciência e Profissão**. V. 4, 24 (1). 2004. p. 108-115.

DAVID, Helena Maria Scherlowski Leal; CAUFIELD, Catherine. Mudando o foco: um estudo exploratório sobre uso de drogas e violência no trabalho entre mulheres das classes populares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Rev Latino-am Enfermagem**. 2005 novembro-dezembro; 13(número especial):1. p. 148-54.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, Dec. 2003. p. 40-52.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. In:_____. **Durkheim- Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 113p.

FARIA, Ivan. **Projetos de vida e juventude: um diálogo entre a escola, o trabalho e o mundo: uma experiência de etnopesquisa no Vale do Iguape**. 2006. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2006.

FARIA, Magda Guimarães de Araujo; DAVI, Helena Maria Scherlowski Leal; ROCHA, Patrícia Rodrigues da. Inserção e prática religiosa entre mulheres: aspectos protetores ao uso de álcool e violência. **Revista eletrônica de Saúde Mental álcool drogas**. jan-abr, 7 (1). 2011, p. 32-37.

FERREIRA, Karla Patrícia Martins. **Ficar ou partir? Afetividade e migração de jovens do sertão semi-árido cearense**. 2006.176 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 63, out. 2002. p. 7-20.

FREIRE, Tácio de Melo et al. Efeitos do consumo de bebida alcoólica sobre o feto. **Rev.Bras. Ginecol. Obstet.** vol.27 no.7. Rio de Janeiro, July, 2005. p. 376-381.

FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro de. **A adolescência, família e drogas: a função paterna e a questão dos limites**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FURLANI, Daniela Dias. **Juventude e afetividade: tecendo projetos de vida**. 2007. 79 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

GALDURÓZ, José Carlos F. et al. V Levantamento Nacional Sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas Entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras - 2004. In: **Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID**, 2004.

GALETTI, Cecília et al. Jogos de azar e uso de substâncias em idosos: uma revisão da literatura. **Rev. psiquiatr. clín.** vol.35, suppl.1. 2008. p. 39-43.

GALINKIN, Ana Lúcia; SANTOS, Claudiene ; ZAULI-FELLOWS, Amanda. Estudos de gênero na Psicologia Social. In: GALINKIN, Ana Lúcia; SANTOS, Claudiene (Org.). **Gênero e Psicologia Social: Interfaces**. Brasília: TechnoPolitik, 2011. p.17-27.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In:_____. **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85 -107.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 5ª. ed. São Paulo: Sabotagem, 1993. 172p.

GOMES, Bruno Ramos; CAPPONI, Marília. Álcool e outras drogas: novos olhares, outras percepções. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (Org). **Álcool e outras Drogas**. São Paulo: CRPSP, 2011. p.9-13.

GOUVEIA, Charlene Nayana Nunes Alves. **Avaliação do impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na qualidade de vida de jovens agricultores familiares paraibanos**. 2010. 208 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Revista Estudos Feministas**, vol. 6, n.º 1, 1998. p. 114-124.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Os quilombos, a noite e a aguardente nas Minas coloniais. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique. **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUCMinas, 2005. p. 93-122.

GUIMARÃES, Ana Beatriz Pedriali et al. Aspectos familiares de meninas adolescentes dependentes de álcool e drogas. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo, v. 36, n. 2, 2009.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5. 1995. p.07-42.

_____. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** (22) 2004. p. 201 -246.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O Brasil em 4 décadas**. Rio de Janeiro, set. 2010 (Texto para Discussão, n. 1.500). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1500.pdf>. Acesso em: 18 de ago. de 2013.

JUNCKEN, Elaine. **Jovens Pobres e a construção de projeto de vida**. (Projeto de Qualificação) - Instituto de psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MASIERO, André Luís. A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). **Estudos de Psicologia**, 10(2). 2005. p.199-206.

MATTOS, Patrícia. O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. In: **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2011. 23 f.

MCKLINTOCK, Anne. **Imperial leather, Race, gender and sexuality in the colonial contest**. Routledge, 1995.

MEDEIROS, Rosa Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Vol. 5, No 1, 2003. p. 1-14.

MELO, Zélia Maria de. **Os estigmas: a deterioração da identidade social.** 2000. p.1-4.

MENDOZA, Aurora Zamora. **O uso de álcool na adolescência, uma expressão da masculinidade.** 2004. 168 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

MENEZES, Jaileila de Araújo; COSTA, Mônica Rodrigues. Festa estranha com gente esquisita: desafios e possibilidades para a participação juvenil. In: MAYORGA, Claudia; CASTRO, Lucia Rabello de; PRADO, Marco Aurélio Maximo (Org.). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. p.35-62.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 27ªed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2008. p. 61-77.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. SVS/CN-DST/AIDS. **A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas.** 2. ed. Rev. ampl.– Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Pró-jovem.** 2007. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem>>. Acesso em: 12 de out. de 2013.

_____. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.** 2007. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>>. Acesso em: 12 de out. de 2013.

MONTEIRO, Anita Maria de Queiroz. **Castainho:** etnografia de um bairro rural de negros. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1985.

MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza et al. Relatos de mulheres em uso prejudicial de bebidas alcoólicas. **Esc. Ana Nery.** jul-set, 15 (3). 2011.p. 567-572.

MORAES, Micheline Alves de. Mulheres, bebidas alcoólicas e trânsito: novas tendências e desafios. In: UCHÔA, Roberta (Org.). **Ensaio sobre as drogas: necessidades humanas e políticas públicas.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. p.39-54.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Jovens avós e mães adolescentes. **Articulando gênero e geração aos Estudos de Saúde e Sexualidade**. PUC: Minas, 2001. p.1-7.

MOTTA, Alda Brito da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu**. (13). 1999. p.191-221.

_____. Gênero, idades e gerações. **Cadernos CRH**. Set./dez. Salvador. Vol. 17, nº 42, 2004. P. 349-355.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele . Nosso racismo é um crime perfeito. Entrevistadores: RAMOS, Camila Souza; FARIA, Glauco. **Entrevista – Revista FORUM**. 2013. Disponível em: < <http://revistaforum.com.br/blog/2012/02/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/> >. Acesso em: 22 de nov. de 2013.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: A reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais. **Rev. Reflexão e Crítica**. Nº 3, vol. 18, 2005. p.408-412.

NICHOLSON, Linda Interpretando o gênero. **Revista de Estudos Feministas**. Vol.8, nº 2. CFH/CCE/UFSC. 2000, p. 09-41.

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações de gênero: feminismo e perspectivas críticas na Psicologia Social**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2001a.

_____. A análise do discurso. In: L. Almeida ; E. Fernandes (Org.). **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação**. Braga: CEEP, 2001 b.

_____. Ter ou fazer o gênero: o dilema das opções epistemológicas em psicologia social. In: **Encontro Nacional da ABRAPSO**, Porto Alegre, 2003. p.220-253.

NOGUEIRA, Conceição; OLIVEIRA, João Manuel de. Um olhar da psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LBGT. In: _____. (Org.). **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010. p.9-17.

NOGUEIRA, Simone Gibran. I Mostra de Práticas em Psicologia (leitura étnico-racial). In: **Psicologia e Africanidades**. 2012. Disponível em <<http://psicologiaeaficanidades.wordpress.com/psicologia-negraafricana/ii-mostra-de-praticas-em-psicologia/>>. Acesso em: 13 de out. de 2013.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel et al. (Org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 150-120.

OLIVEIRA, Maria Luisa Pereira de; MENEGHEL, Stela Nazareth; BERNARDES, Jefferson de Souza. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. **Revista Psicologia & Sociedade**, vol.21, n.2. 2009. p. 266-274.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Casa da Moeda, 1993.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ed Mulheres: Florianópolis. 2010. p. 345-368.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude rural: suas construções identitárias**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

PAULO, Maria de Assunção Lima de; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de Orobó: a realidade do presente e os sonhos para o futuro – pesquisa exploratória. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 263-277.

PECHANSKY, Flavio; SZOBOT, Claudia Maciel; SCIVOLETTO, Sandra. Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. In: **Rev. Brasileira de Psiquiatria**. Vol. 26 (Supl. I): p.14-17, 2004.

PEIXOTO, C. E. **Envelhecimento e imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro**. São Paulo: Annablume, 2000.

PEREIRA, Jorge Luiz de Goes. Entre campo e cidade: amizade e ruralidade segundo **jovens** de Nova Friburgo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Vol. 12. Nº. 2. p. 322-352, 2004.

PERUCCHI, Juliana. **Dos estudos de gênero às teorias Queer: desdobramento do feminismo e do movimento LGBT na Psicologia Social**. p. 1-5. 2009. Trabalho apresentado

no XV Congresso da ABRAPSO, Maceió. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/imagens/Anais_XVENABRAPSO/627>. Acesso em: 20 de out.de 2013.

PINSKY, Ilana; JUNDI, Sami A R J El. O impacto da publicidade de bebidas alcólicas sobre o consumo entre jovens: revisão de literatura internacional. **Rev. Bras. Psiquiatr.** 30(4): 2008. p.362-74.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno de gênero e feminismo. In: COSTA, Cláudia Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Org.). **Poéticas e políticas feministas.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.p. 43-66.

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura.** Vol. 11, nº 2, jul-dez, p. 263-274, 2008.

RABELLO, Patrícia Moreira; CALDAS JÚNIOR, Arnaldo de França. Violência contra a mulher, coesão familiar e drogas. **Rev. Saúde Pública.** Vol.41. Nº.6. São Paulo, dez. 2007. p.970-978.

RODRIGO, María Luisa Jiménez; ORDAZ, Raquel Guzmán. Género y usos de drogas: dimensiones de análisis e intersección com otros ejes de desigualdad. **Oñati Socio-Legal Series.** Vol. 2, nº. 6, 2012. p. 77-96.

ROMERA, Liana Abrão. **Juventude, lazer e uso abusivo de álcool.** 2008. 137 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres:** notas sobre a economia política do sexo. Ed. SOS Corpo: Recife, 1975.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely (Org.). **Marcadas a Ferro:** violência contra mulher uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Política para mulheres, 2005. p. 35-76.

SPM - SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Lei Maria da Penha.** Conheça a lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar. Brasília: 2012. Disponível em: <http://www.mulheresdireitos.org.br/publicacoes/LMP_web.pdf>. Acesso em: 14 de nov. de 2013.

SANTOS, Maria Pricila Miranda dos. **A comunidade de Castainho: uma contribuição aos estudos geográficos de remanescentes de quilombos em Garanhuns, Pernambuco.** 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** Campinas: Autores associados, 1996.

SATO, Leny; SOUZA, Marilene Proença Rabello de. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em Psicologia. **Psicol. USP.** Vol 12. Nº 2. São Paulo, 2001. p. 29-47.

SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria Cecília de Souza. A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. **Ciênc. Saúde coletiva.** Vol. 8, n.1, p. 299-306, 2003.

SCHLICKMANN, Maria Marlene. **Adolescência: um enfoque sobre o consumo de bebidas alcoólicas.** 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SCOTT, Joan W.. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.). **Falas de Gênero.** Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55.

_____. O enigma da igualdade. In: **Estudos feministas**, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005. p. 11 – 30.

SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Cláudia; SARAIVA, Jeíza. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e Geração em contextos rurais.** Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p.65-95.

SENAD - SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS. **Política Nacional sobre o Álcool.** 2007. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/senad/main.asp?Team={3355A6C1-0CB1-45F2-8E29-3EDF9CBC2C92}>>. Acesso em: 12 de ago. de 2013.

SNJ - SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Cartilha de Políticas públicas de juventude.** 2013. 53p. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/documentos/cartilha-politicas-publicas>. Acesso em: 30 de dez. de 2013.

SILVA, Roseane Amorim da. **Vulnerabilidade de jovens do município de Garanhuns/PE em contextos de uso/abuso de álcool e outras drogas.** 2010.123 f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade de Pernambuco, Garanhuns, 2010.

SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes antropológicos.** Porto Alegre, ano 15, n. 32. 2009. p. 171- 188.

SILVA, Karina Bezerra da Fonseca. **O consumo de álcool entre os adolescentes estudantes de escolas privadas católicas de Natal – RN, 2004-2005.** 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SILVA, Maria Aparecida Lima; SOARES, Rafael Lima Silva. Reflexões sobre os conceitos de raça e etnia. **Entrelaçando** – Revista Eletrônica de Culturas e Educação. Caderno Temático: Educação e Africanidades. N.4, ano 2. 2011. p. 99-115.

SILVA, Tatiana Dias. Panorama Social da população negra. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Igualdade racial no Brasil:** reflexões no ano internacional dos afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013, p.13-30.

SILVA, Roseane Amorim da et al. Uso/abuso de álcool e tabaco entre estudantes do ensino fundamental e médio do município de Garanhuns/PE. In: **Encontro Regional da Associação Brasileira de Psicologia Social.** Livro de resumos. p. 164. 2010.

SILVA, Roseane Amorim da; SENA-LEAL, Marilyn Dione de. Vulnerabilidade de Jovens de Garanhuns ao uso/abuso de álcool e outras drogas. In: **Anais do 16^a Encontro Nacional ABRAPSO,** Maceió, 2011.

SILVEIRA, Dartiu Xavier da. Política atual de álcool e outras drogas e perspectivas. In: Conselho Federal de Psicologia. **Drogas, Direitos Humanos e Laço Social.** Brasília: CFP, 2013. p. 73-83.

SILVEIRA, Raquel da Silva. **Interseccionalidade gênero/raça e etnia e a Lei Maria da Penha:** Discursos Jurídicos Brasileiros e Espanhóis e a produção de subjetividade. 2013. 244f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da Sociologia:** indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMÕES, J. A. Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades sexuais. In: PISCITELLI, A. et al. (Org.). **Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 415-447.

SOARES, Sabrina Kelly N. F.; JESUS, Paulo de; SILVA, Minéia P. G. Anseios de Jovens Rurais face à Permanência no Campo. In: **VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**. Porto de Galinhas, 2010. p.1-15.

SPINK, Mary Jane. A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. **Revista Semestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS**. Porto Alegre, v. 31, nº. 1, jan./jul., p. 7-22, 2000.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes. A Sociabilidade Juvenil e a Rua: Novos Conflitos e Ação Coletiva na Cidade. In: **Tempo Social**. Vol. 5, nº 1-2, São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, 1993, editado em 1994. p. 210-226.

_____. **Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil**. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P.P.M. Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2005.

TAVARES, Mauricio Antunes. O rural e o urbano em cada um: jovens que vivem em pequenos municípios. **Comunicação apresentada no VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**. Porto de Galinhas (PE), 2010. p.1-20.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade. In: MIRANDA, Orlando de (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EdUSP, 1995. p. 231-352.

TOSTA, Sandra Pereira; COSTA, Lígia Marise Lima. Alunos quilombolas: escola e identidades etnicorraciais. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v.21, n. esp., jan./jun.2013. p.149-171.

TRAVERSO-YÉPEZ, Martha. A.; PRINHEIRO, Verônica de Souza. Socialização de gênero e adolescência. **Estudos Feministas**. Vol.13, nº 1, Florianópolis, 2005. P147-162.

UCHÔA, Roberta. Vidas viradas ao avesso: uma análise sobre a dependência do álcool em adultos-jovens da região metropolitana do Recife. In: _____ (Org.). **Ensaio sobre as drogas: necessidades humanas e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. p. 55-69.

VIEIRA, Patrícia Conzatti et al. Uso de álcool, tabaco e outras drogas por adolescentes escolares em município do Sul do Brasil. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro. Vol. 24(11): p. 2487-2498, 2008.

ZALESKI, M.; LEMOS, T. As principais drogas: como elas agem e quais seus efeitos. In: PINSKY, I.; BESSA, M.A. (Org.). **Adolescência e drogas**. São Paulo: Contexto, 2004. p.16-31.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro**. Recife, 2006.

_____. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-33.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). **Alcohol, gender and drinking problems: perspectives from and middle income countries**. Geneva: Department of Mental Health and Substance Abuse, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - CARTA DE ANUÊNCIA - COMUNIDADE QUILOMBOLA CASTAINHO E ESTIVAS

Garanhuns, 31 de janeiro de 2013.

Ao

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Autorização para realização de pesquisa

Eu, José Carlos Lopes da Silva, líder da comunidade Quilombola Castainho e Edilma Gomes da Silva, líder da comunidade Estivas, venho por meio desta informar a V. Sa. que autorizo a pesquisadora Roseane Amorim da Silva, aluna do curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, a realizar a pesquisa intitulada “Os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas de Garanhuns/PE: uma perspectiva interseccional”, sob orientação da Profa. Dra. Jaileila de Araújo Menezes.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta comunidade está ciente de suas co-responsabilidades como co-participante da presente pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados.

Assinatura das lideranças das Comunidades

CPF:

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos você para participar, como voluntário (a), da pesquisa: *Os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas de Garanhuns/PE: uma perspectiva interseccional*, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Roseane Amorim da Silva, que reside na Av. Sátiro Ivo, nº 82, Magano, CEP: 55290-000, Garanhuns/PE. Fone (87) 99110342, e-mail: roseane_amorim6@hotmail.com. A pesquisa está sob a orientação da Prof^ª. Jaileila de Araújo Menezes.

No caso de aceitar a fazer parte do estudo, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado.

Informações sobre a pesquisa:

A pesquisa busca investigar os significados do uso/abuso de álcool e outras drogas, realizado pelos/as jovens quilombolas e jovens da área urbana do município de Garanhuns/PE em interface com as questões de gênero, e será realizada em duas etapas: 1ª etapa – será feita uma observação nas comunidades quilombolas e na 2ª etapa - serão realizadas entrevistas com jovens de ambos os sexos, moradores das comunidades quilombolas e da área urbana do município de Garanhuns que frequentam as comunidades. As entrevistas serão gravadas.

Em relação aos riscos e benefícios:

Caso você sinta algum desconforto ou constrangimento durante as entrevistas, pode solicitar que a mesma seja interrompida. Sobre os benefícios, este estudo possibilitará aos (as) participantes reflexões sobre a temática investigada, contribuirá para que as comunidades ganhem visibilidade e que estratégias de prevenção e promoção de saúde sejam desenvolvidas.

A participação de cada jovem nas entrevistas terá em média 40 minutos. O sigilo das informações disponibilizadas será resguardado, bem como o anonimato dos/as participantes. Os dados só serão utilizados para atender aos objetivos da pesquisa, inclusive na publicação dos resultados. As gravações das entrevistas serão arquivadas no computador da pesquisadora Roseane Amorim, no endereço citado acima, que ficará responsável pelo sigilo do material armazenado por 5 anos, após isso será deletado.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – email:cepcs@ufpe.br).**

(Assinatura da pesquisadora)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____,
RG/CPF/_____, abaixo assinado, concordo em participar do
estudo _____,
como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido(a) pela pesquisadora sobre
a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios
decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a
qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Garanhuns, ____/____/_____.

Nome e Assinatura do participante:

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.

02 testemunhas:

Nome:

Assinatura:

Nome:

Assinatura:

APÊNDICE C - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

1. Identificação da observação			
1. N° da Observação		2. Evento/Atividade	
3. Mestranda			
5. Local e Data			
6. Horário de Início e Término da observação			

2. Cenário (descrição física do local)
<p>Na descrição da comunidade, iniciamos por uma descrição ampla: localização - fica perto de quais lugares? Como são as ruas? São estreitas, largas? Tem becos? Como são esses lugares? Como são as casas? De alvenaria, desbotadas? Espaçosas, apertadas, possuem quantos cômodos? Possuem banheiros, puxadinhos? Há praças, mercadinhos, farmácias, igrejas (católicas, evangélicas), PSF, escolas, bares, espaços de encontros entre os jovens e demais moradores? Quem são as pessoas que frequentam as comunidades?</p> <p>Ex: Se estávamos observando o jogo de futebol, descrevemos como é o campo, como as pessoas se organizam para assistir o jogo, se existe lugar para se sentarem ou não. Quem está assistindo o jogo? Como as pessoas estão interagindo naquele espaço? Quem está jogando? Tem homens e mulheres no campo? Estão juntos ou em grupos separados? Estão fazendo uso de álcool ou de outra substância? Como este uso é feito? Em grupos? Junto com as mulheres? Por jovens e adultos? Descrevemos como a estrutura física é organizada e como influencia as interações. Como essa estrutura é utilizada pelos jovens.</p> <p>Os detalhes podem ajudar a perceber como os jovens usam a distribuição espacial da comunidade. Fizemos uma lista com os lugares visitados, todas as vezes que fomos a esses lugares usamos a lista para lembrarmos o que foi feito e o que foi observado. É como se quiséssemos montar um filme e para fazer o roteiro do filme observamos todos estes dados.</p>

2. Descrição das cenas

Para cada cena não esquecer de identificar:

- local ou locais do cenário onde a cena se desenrola
- personagens: protagonistas (sexo, idade aproximada, cor/raça); figurantes (sexo, idade aproximada, cor/raça).

Como as pessoas entram e saem dos lugares que descreveu. Em o mesmo lugar, a primeira descrição é sempre mais detalhada. Focar em um detalhe que não observou antes, quando notar que está se repetindo.

Não é só dizer que João encontrou com Maria, ou que João foi com Maria. Identificar, idade, raça de quem está nas cenas e como foi o encontro.

Tem que estar atenta para os microgestos, a linguagem que é utilizada. Quais os códigos das relações (de amizade, afetivas, de grupo), há um código ou linguagem diferente entre jovens do sexo masculino e/ou das jovens do sexo feminino.

Como eles utilizam o espaço físico (cenário), que lugares eles privilegiam, que lugares frequentam para a sociabilidade.

Formam grupos na comunidade, saem em bandos, de quantos? Grupos mistos, as mulheres vão na frente, atrás, ao lado?

Como os jovens se comportam durante o uso de álcool e outras drogas. As meninas bebem junto com os meninos? No mesmo espaço ou em espaços separados? Qual o tipo de bebida usado pelos homens e pelas mulheres? Quem são essas mulheres que bebem? São solteiras, casadas, têm filhos, trabalham, estudam? E os homens quem são? Com quem eles e elas bebem? Com amigos, familiares, moradores da comunidade? Com pessoas que são de outros lugares(da cidade)? Como interagem com essas pessoas?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Identificação do perfil

1. Você estuda? Faz que série ou curso? Se sim, na escola da comunidade ou em Garanhuns?
2. Você trabalha? Na comunidade ou na cidade?
3. Pretende trabalhar em que futuramente?
4. Você é casada/o, solteira/o? Com quem você mora?
5. Você tem filhos/as? Se sim, quantos? Com quem eles(as) moram?
6. Você futuramente pensa em casar, ter filhos/as?
7. Os seus pais trabalham? Fazem o quê?
8. Qual a renda da sua família?
9. Você participa de algum grupo aqui na comunidade?

Questões relacionadas à comunidade quilombola e ao uso de álcool

1. Suponhamos que eu nunca tivesse vindo à comunidade como você me descreveria a tua comunidade? Como são as pessoas daqui? O que eles costumam fazer? E no final de semana, como é a vida por aqui?
2. O que você mais gosta na sua comunidade?
3. O que você não gosta na tua comunidade? O que poderia ser feito para mudar essa situação? Quem poderia ajudar a mudar essa situação?
4. Na tua comunidade tem mais crianças, jovens ou adultos?
5. Como é ser um/a jovem quilombola?
6. O que os/as jovens daqui fazem durante a semana?
7. E no final de semana?
8. O que você faz para se divertir aqui na comunidade?
9. O que é ser jovem para você?
10. Você se considera jovem? Por quê?
11. O que as pessoas da comunidade dizem sobre os/as jovens que bebem?
12. Homens e mulheres jovens bebem do mesmo modo?
13. Você bebe? Com que idade começou a beber?
14. Que tipo de bebida você toma?
15. Em quais lugares você costuma beber?
16. Você bebe sozinha/o ou acompanhada/o?
17. O fato de você beber mudou alguma coisa em sua vida?
18. A bebida te ajuda a fazer alguma coisa?
19. A bebida te atrapalha em alguma coisa?
20. As mulheres e os homens jovens das comunidades bebem juntos? Eles podem beber nos mesmos lugares?
21. O que você acha das mulheres jovens que fazem uso de álcool? E dos homens jovens?
22. As jovens casadas também bebem? E os jovens casados?
23. Como os/as jovens casados/a que bebem são vistos pelas pessoas da comunidade?

Jovens quilombolas x jovens urbanos e projeto de vida

1. Você costuma frequentar a cidade?
2. Como você percebe a vida lá na cidade?
3. Gostaria de morar lá? Por quê?
4. Quando você vai à cidade? Costuma ir com quem? Para fazer o quê?
5. Você se sente a vontade na cidade?
6. O que mais te agrada lá? E o que você não gosta?
7. As pessoas da cidade frequentam as comunidades?
8. Quem são essas pessoas que vem da cidade? O que fazem quando estão aqui? A presença deles te agrada?
9. Você tem amigos/as na cidade? Bebe com eles/a? Seus amigos da cidade frequentam as comunidades?
10. O que fazem quando vem para aqui?
11. Você percebe diferenças entre os/as jovens da cidade e os/as jovens da comunidade? Que diferenças são essas?
12. As/os jovens da cidade e as/os jovens quilombolas têm as mesmas oportunidades de vida?
13. Como você imagina sua vida daqui a 5 anos?
14. O que você pretende estar fazendo? Acha que vai conseguir?
15. Quais são os teus objetivos na vida?
16. Quem pode te ajudar a atingir esses objetivos?
17. O fato de ser um/a jovem quilombola facilita/dificulta alcançar seus objetivos?
18. Há alguma coisa a mais que você gostaria de falar?